MARIO DE SOUZA COSTA

**Qualificação sob a divisão capitalista do trabalho:
ideologia e desqualificação**

São Paulo

ABRIL / 2011

MARIO DE SOUZA COSTA

**Qualificação sob a divisão capitalista do trabalho:
ideologia e desqualificação
(Versão original)**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de doutor em Psicologia.

Área de concentração em Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Sylvia Leser de Mello.

São Paulo

ABRIL / 2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Costa, Mário de Souza.

Qualificação sob a divisão capitalista do trabalho: ideologia e desqualificação / Mário de Souza Costa; orientadora Sylvia Leser de Mello. -- São Paulo, 2011.

158 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Qualificação profissional 2. Divisão do trabalho 3. Trabalho 4. Ideologia 5. Mercado de trabalho 6. Globalização 7. Psicologia social I. Título.

HD4831

COSTA, Mario de Souza

Qualificação sob a divisão capitalista

do trabalho: ideologia e desqualificação

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de doutor em Psicologia.

Área de concentração em Psicologia Social

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Cleuza, minha mãe.

Ao pequeno Caetano.

À professora Sylvia Leser.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Professora Sylvia Leser de Mello, que tive a sorte e o prazer de ter como minha orientadora neste longo percurso, desde o Mestrado, pela paciência e pelo apoio nas horas mais difíceis.

Um agradecimento especial à Professora Maria Helena Souza Patto, que tem contribuído profundamente com as suas observações agudas e precisas nos momentos dos exames de qualificação, porque desde o Mestrado, e nas Defesas.

À Professora Maria da Conceição Uvaldo Coropos, amiga desde sempre, que contribuiu enormemente no exame de qualificação com suas correções e sugestões, além do apoio e incentivo incondicional ao longo do percurso.

Ao amigo Sandro Mazzio, que esteve presente nas discussões sobre este trabalho, amigo desde a primeira hora, sempre um excelente interlocutor. Ao Xandó, meu camarada de trabalhos e empregos, que muito me auxiliou na viabilização do trabalho. Ao Fabiano, meu amigo e parceiro de muitos fazeres e boas discussões. Corinthianos de primeira hora, sofredores como eu.

Ao Professor Marcelo Afonso Ribeiro pelo apoio em momentos importantes deste trabalho. À Fátima e à Sônia do Labor pela pronta ajuda durante estes anos. À Tânia do CPAT, pelo apoio sempre presente.

À Cecília e Nalva, à ambas meus agradecimentos especiais, mais uma vez anjos da guarda do Departamento de Psicologia Social, que nos guardam a todos nós da pós, presentes nos momentos cruciais deste percurso nada fácil de trilhar.

À *família Gonça*, Fernanda (mãe de Caetano), Xandi, Quinho pela ajuda, pelo apoio e pela enorme paciência nos períodos mais tensos.

Mais uma vez, agradeço à Cleuza, minha mãe, batalhadora desde sempre, que criou a filharada dentro da escola mesmo diante das muitas dificuldades enfrentadas.

E agradeço ao Caetano, meu filhote ainda pequeno, pela paciência de esperar que acabasse este trabalho para voltarmos a brincar deliciosamente, sem o que não teria sido possível terminá-lo.

O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contra-escola.
(Eduardo Galeano - De Pernas Pro Ar - A Escola do Mundo ao Avesso)

Resumo

Costa, M. de S. Qualificação sob a divisão capitalista do trabalho: ideologia e desqualificação, 2011, 158 f. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2011

O processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos de 1990 provocou profundas transformações no mundo do trabalho, que resultou em um grave quadro de desemprego no Brasil, sob o neoliberalismo. Os anos de 2000 viram os empregos retornarem sob as políticas desenvolvimentistas governamentais. Em ambos os momentos da ocupação da força de trabalho, a qualificação foi apontada como um problema que atinge a classe que vive do trabalho: no país faltam trabalhadores qualificados – no quadro de alta do desemprego, responde pelos seus elevados índices; no quadro de alta do emprego, responde pelas dificuldades de contratação. Discurso ideológico, a qualificação é elemento chave para a adesão dos trabalhadores ao processo de intensificação do trabalho em curso, pela responsabilização individual dos desempregados pelo desemprego e pela movimentação econômica de um mercado educacional/formativo profissionalizante crescente. Neste trabalho, procuramos aprofundar o entendimento da ideologia da qualificação e identificar no processo de divisão do trabalho o processo de desqualificação do trabalho que institui a qualificação de molde capitalista. Buscamos identificar nas metamorfoses do trabalho produzidas pela reestruturação do capital nesta passagem do século XX para o XXI, os elementos de desqualificação-qualificação do trabalho e sua apropriação pela ideologia da qualificação.

Abstract

Costa, M. de S. Qualificação sob a divisão capitalista do trabalho: ideologia e desqualificação, 2011, 158 f. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2011

The productive restructuring process underway since the 1990s led to profound transformations in the world of work, which resulted in a serious situation of unemployment in Brazil, under neoliberalism. The years 2000 saw the return jobs in the governmental developmentist policies. In both moments the occupation of the workforce, vocational skills was identified as a problem that affects the lives of the working class: the country lacks skilled workers - in the context of high unemployment, is liable for its high rates, in the context of high of employment, is liable for difficulties of recruitment. Ideological discourse, the qualification is key to the workers' adherence to the process of intensification of work in progress, for the individual accountability of the unemployed by unemployment and for drive economic a market educational / vocational training growing. In this work, we try to advance the understanding of the ideology of qualification and identify in the process of division of labor, the process of disqualification of work establishing the vocational skills of capitalist mold. We sought to identify in the metamorphosis of the work produced by the restructuring of capital in this transition from the twentieth to the twenty-first century, elements of disqualification/qualification the labor and its appropriation by the ideology of qualification.

SUMÁRIO

Folha de rosto	i
Termo de Aprovação	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Epígrafe	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Sumário	viii
Introdução	12
Financeirização do capital: a lógica financeira na organização do trabalho – um capítulo à parte	16
Os Fundos de Pensão e os Fundos de Investimento	20
Neoliberalismo e transformações no trabalho no Brasil	29
Objetivo e Método	35
PRIMEIRA PARTE	
I – Qualificação: Uma explicação para o desemprego	44
II – O empreendedorismo de si mesmo	52
III – Qualificação políticas de combate ao desemprego e responsabilização do trabalhado	63
IV – Crescimento econômico e emprego: a qualificação como obstáculo	78

SEGUNDA PARTE

I – Ideologia da qualificação	85
II – Divisão do trabalho: qualificação e desqualificação do trabalhador	94
III – Subsunção do trabalho ao capital: qualificação como processo de objetivação do trabalhador?	109
IV – Imaterial e Capital Humano	118
Considerações finais	139
Referências bibliográficas	145

Introdução

O final do século XX foi palco de profunda transformação nas sociedades capitalistas com o advento da chamada terceira revolução industrial, ou apenas revolução molecular-digital, que transformou em grande medida a base produtiva mundial, com a constituição do regime de *acumulação flexível* e mudanças nos paradigmas de gestão do trabalho, com a implementação do modelo japonês, o toyotismo, e sua mescla com o taylorismo-fordismo até então predominante (ANTUNES, 2001, 2004; SALERNO, 1985; BERNARDO, 2009), transformações operadas pelo capital, que vieram responder à crise do início dos anos de 1970 marcada pela perda de rentabilidade do capital que se abateu sobre as economias capitalistas e que impactaram profundamente no sistema produtivo, nas organizações empresariais e no mundo do trabalho (ANTUNES, 2001, 2002, 2003, 2004; MESZÁROS, 2003; OLIVEIRA, 1997, 2003; ALVES, 1999). Uma torrente de mudanças no trabalho e na empresa capitalista, que afetaram diretamente os trabalhadores em seu cotidiano, retirando-os violentamente daquilo que tinha sido considerado em certa medida estável durante os chamados trinta anos de ouro do capitalismo, período de intenso crescimento econômico do pós-guerra, interrompido na década de 1970¹.

Foi também o período de ascensão e hegemonia do neoliberalismo, gestado no Chile de Augusto Pinochet pela chamada Escola de Chicago² nos anos de 1970, com a aplicação de seu receituário pelos governos de Margareth Thatcher na

¹ As discussões sobre as transformações no mundo capitalista no final do século XX e início do XXI podem ser encontradas em Antunes (2002, 2003, 2004), Oliveira (1997, 2003), Meszáros (2003), Pochmann (2001), Fiori (1997, 2002), Mattoso (1994), Kurz (1999), entre os tantos outros autores.

² Milton Friedman, premiado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976, foi o principal líder da Escola de Chicago e referência das Teorias Monetaristas, que viriam a configurar-se como o centro das políticas neoliberais. Foi conselheiro econômico do ditador Augusto Pinochet, consultor da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e fez parte do Comitê de Política Econômica de Ronald Reagan no início dos anos 80. (Folha Online, 16/11/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112437.shtml>. Acesso em 02/04/2011)

Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA e sua extensão como paradigma econômico pelos mais diversos países do globo. Políticas marcadas pela crescente desregulação financeira e a irrestrita circulação de capitais financeiros pelos mercados mundiais de capital, tornada viável pela integração das Bolsas de Valores das principais praças mundiais promovida pela microinformática, e que resultariam nas inúmeras bolhas especulativas das últimas décadas³; ampliação da integração dos mercados mundiais com a abertura assimétrica de mercado dos países periféricos aos produtos e serviços das economias centrais, com a diminuição ou eliminação de barreiras tarifárias à importação e exportação de produtos e com a conformação de blocos comerciais e o estabelecimento de tratados bilaterais de livre-comércio (TLCs)⁴; ampliação da proteção à propriedade intelectual como garantia do monopólio industrial; políticas de redução do Estado, com a diminuição de seu papel e alcance social e de sua capacidade de intervenção na economia e de transferência de áreas estratégicas da economia do Estado para a iniciativa privada por meio das privatizações, além da desnacionalização da economia com a abertura de diversas áreas às corporações transnacionais; e políticas de reordenamento da divisão internacional do trabalho com a expansão das fronteiras econômicas para o Leste, particularmente para a Ásia, com o deslocamento da produção industrial em direção aos países capitalistas semiperiféricos e a concentração da produção de

³ A mais recente delas estourou com a crise do *subprime* nos EUA iniciada em agosto de 2007 e que viria a desabar em setembro de 2008 e levaria à mais grave crise econômica desde os anos de 1930, abrindo um período de forte recessão econômica mundial. Esta crise levou à perda de 27,6 milhões postos de trabalho de 2007 até 2009 e à uma taxa de desemprego 17,7% em 2009 entre os jovens de na União Europeia. (OIT, Global employment trends for youth : August 2010 : special issue on the impact of the global economic crisis on youth / International Labour Office. - Geneva: ILO, 2010).

⁴ “Na execução de sua estratégia econômica procuram os Estados Unidos promover em todos os países a liberalização do comércio exterior e dos fluxos de capitais enquanto mantêm protegidos os seus mercados internos para aqueles setores menos competitivos, a começar pela agricultura. Isto sempre ocorreu, e os casos recentes são exemplares, como os do algodão, do suco de laranja e do etanol. Aí, perdedores em processos de arbitramento multilateral em organizações de que fazem parte, mantêm suas políticas que foram consideradas ilegais” (GUIMARÃES, 2011)

bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção nos países do centro capitalista (POCHMANN, 2001, p. 34).

Um final de século que se mostrou aos homens como um período de profundas mudanças e de extrema instabilidade, período em que, parafraseando Marx, tudo que era sólido, ou ao menos assim se apresentava, dissolvia-se no ar. O colapso do socialismo real nos anos de 1990, com a emblemática queda do Muro de Berlim no ano de 1989 e o desmoronamento da antiga União Soviética em 1991, viria a enfraquecer os trabalhadores diante do capital e abriria a possibilidade das investidas contra as conquistas dos trabalhadores obtidas ao longo do século XX nos mais diversos cantos do mundo capitalista. O fim da Guerra Fria trouxe consigo a perspectiva da vitória final do capitalismo e da democracia, com suas teses sobre o *fim da história* e o *fim das ideologias*, o estabelecimento do chamado *pensamento único*, o questionamento e desmonte do *Welfare State* constituído em parte da Europa Ocidental e da ofensiva do capital aos países ex-comunistas, um final de século que para Hobsbawm se constituiu como “uma nova era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes partes do mundo (...) de catástrofe” (1995, p. 15).

Financeirização do capital: a lógica financeira na organização do trabalho – um capítulo à parte?

Não bastassem as transformações na base produtiva postas em marcha último quarto do século passado para este, o homens viram avançar um processo intenso de financeirização do capital, que se mesclou com as mudanças provocadas pelo capital produtivo, assim ao menos se pode percebê-los: duas dimensões do capital que postas em movimento provocaram um revolucionamento no processo de produção e de acumulação do capital. No entanto, não é sequer arriscado apontar que exatamente do entrecruzamento do processo de financeirização do capital e da reestruturação produtiva é que se produziu a modernização conservadora, a recomposição da lucratividade do capital em declínio nos anos anteriores aos de 1970. As décadas de 1970 e seguintes e o início do século XXI viram avançar o processo de financeirização das empresas e a sua reestruturação produtiva, como processo mutuamente determinados. A disponibilidade de capitais em volumes muito grandes propiciada pela desregulamentação financeira permitiu às corporações transnacionais o acesso a estes capitais a custos mais baixos por meio da sua captação nas bolsas de valores e, assim, modernizarem a sua produção, a realizarem uma profunda reestruturação produtiva. É necessário, então, buscar compreender, ainda que de maneira breve estas relações entre a financeirização do capital e a reestruturação produtiva em

curso desde os anos de 1970 e a desordem do trabalho, procurar identificar a os impactos da financeirização nesta desordem do mundo do trabalho.

As teses sobre dominância financeira defendidas pelos teóricos da Regulação Financeira⁵ apontam que desde as últimas décadas do século XX se configurou uma importante mudança de rumo no sistema capitalista. Este passou a ser caracterizado pelo surgimento de um regime de acumulação com predomínio da lógica financeira sobre a lógica até então vigente de um regime de acumulação centrado na esfera produtiva. Marcadamente rentista, especulativa e curto-prazista, veio a se tornar predominante após 1973 em relação ao período fordista do pós-guerra (CHESNAIS, 1998b) como resultado da liberalização dos movimentos de capitais e a desregulamentação e o desbloqueio dos sistemas financeiros nacionais realizados pelos principais Estados, o que “conduziu à emergência de um espaço financeiro mundial”, (CHESNAIS, 1998b, p. 17), com uma nova configuração em que “o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (ibid, p. 35 - 44). O autor se refere à crescente importância da propriedade capitalista em sua forma patrimonial, isto é, a propriedade constituída por títulos de propriedade mobiliária e imobiliária, direcionada para o rendimento. Esta lógica proprietária de predominância financeira alcança largamente os grupos industriais subordinando-os à lógica da finança, conseguindo “alojar a ‘exterioridade da produção’ no próprio cerne dos grupos industriais” (CHESNAIS, 1998a, p. 54), o que resulta em um tipo distinto de ‘poder administrativo’ em que o *administrador-financeiro* tem como prioridade responder às demandas por rendimento dos proprietários-acionistas. Em decorrência, as empresas devem corresponder prioritariamente à necessidade de sua valorização financeira no curto-prazo em

⁵ Chesnais(1998a; 1998b), Farnetti (1998), Guttman (2006), Bellofiori (2002), Paulani (2007), Sauviat (2005), Serfati (1998), entre outros.

detrimento de uma valorização advinda da produção em médio e longo prazos. As teses da financeirização propõem que tenha havido uma mudança no regime de acumulação e não que tenha havido uma mudança interna do próprio modo de produção, o que não é consensual nas análises sobre o processo de crescimento vertiginoso das finanças no mundo globalizado.

No coração destas transformações estão três grandes agentes econômicos como agentes da financeirização da economia:

a) o sistema bancário, que com a securitização dos empréstimos e a terceirização dos riscos com a venda destes *derivativos* de créditos alcançou uma expansão espetacular de seu volume a partir de meados dos anos de 1990 – este processo de securitização dos empréstimos iniciado nos anos de 1990 e associado ao processo de mudanças regulatórias na circulação de capitais empreendido pelos EUA em âmbito mundial durante o governo Clinton, resultou na constituição de “bancos universais multifuncionais que combinam operações tradicionais de banco comercial [...] com operações de banco de investimento [...]”, que usaram a capacidade de manipular a informação, em fazer do monopólio da informação uma fonte de lucro, característica da opacidade de suas operações⁶ (GUTTMANN, 2006), processo este cerne da crise dos derivativos nos EUA de 2007 e 2008, responsável pela pior crise mundial, ainda em curso, desde a emblemática crise de 1929. ;

b) os grandes grupos empresariais, organizados em uma holding (uma sociedade-mãe com controle de suas sociedades filiais), que com o processo de desregulamentação financeira obtiveram o acesso direto aos mercados financeiros sem passar pelos bancos (CHESNAIS, 1998b) e, assim, passaram a ter em sua

⁶ Todo o processo que envolveu esse salto de financeirização provocado pelos grandes bancos universais multifuncionais e a crise subsequente, a própria produção racional da crise pode ser visto no recém lançado documentário “Trabalho interno”, de 2010, do diretor Charles Ferguson.

posse capitais líquidos lhes permitiu, por um lado, tornarem-se “aplicadores financeiros [...] aproveitando as oportunidades para obterem lucros [...] nos mercados de câmbio ou de derivativos” (SERFATI, 1998) e, por outro, a realizar investimentos na reestruturação dos parques produtivos, em um processo em que as “formas produtivas e financeiras se interpenetram permanentemente (SERFATI, 1998);

c) os fundos de pensão, grandes conglomerados de poupança de trabalhadores que formam caixas de aposentadoria, criados pelos regimes de previdência por capitalização. Nestes agentes vamos nos deter mais demoradamente.

Os Fundos de Pensão e os Fundos de investimento

No início dos anos de 1990 o Banco Mundial, em estudo realizado sobre as tendências demográficas⁷ apontava para o colapso no sistema de financiamento das aposentadorias, com a diminuição progressiva dos contribuintes em relação aos pensionistas pelo envelhecimento da população e a diminuição das taxas de natalidade (BLACKBURN, 2002). Dentre as proposições apontadas em suas teses, indicava a capitalização nos sistemas de pensão, o desenvolvimento dos Fundos de Pensão como a solução para o equilíbrio das contas, com efeitos de garantir aos trabalhadores de rendimentos superiores, além de resultar em um aumento das poupanças e a elevação dos investimentos e consequentemente dos níveis emprego. Incorporada por inúmeros governos, estas teses resultaram em um crescimento vertiginosos dos Fundos de Pensão.

Os Fundos de Pensão são caixas de aposentadoria separadas da conta do empregador que foram criados pelos regimes de previdência por capitalização, com reservas de origem patronal e/ou salarial, que são acumuladas e valorizadas no mercado financeiro. Seu montante de recursos se compõe pelas contribuições e pelos rendimentos financeiros. Seu desenvolvimento se deu no período que vai desde o final da segunda guerra até a década de 1970, compostos essencialmente com contribuições patronais, com a finalidade de elevar o nível de pensão dos assalariados em uma modalidade de garantia de rendimentos

⁷ BID, *Adverting the Old Age Crisis*, 1990.

predeterminados – chamados de Fundos de Pensão de regime de Benefícios Definidos. A partir dos anos de 1980, a elevação das taxas de juros, o regime de baixa inflação e o desenvolvimento das Bolsas, por um lado, inflam as contribuições acumuladas e aplicadas no mercado financeiro; e com a desregulamentação dos mercados de ativos e a liberalização dos mercados de capitais, por outro, que ampliam as oportunidades de ação, seu poder financeiro se afirma.

Sauviat (2005) se refere a eles como os principais atores da finança mundializada e aponta-os como “componentes mais importantes e mais dinâmicos” dentre os investidores institucionais, pelo seu “tamanho e pela força financeira de ataque considerável”. Constituídos a partir da poupança financeira advinda dos assalariados de grandes empresas estes fundos “surgiram como os principais atores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados” (SAUVIAT, 2005, p. 109).

Ocorre neste mesmo período uma mudança nos regimes de capitalização. Há a transferência dos riscos e custos com a aposentadoria para os trabalhadores: os empregadores passam a fechar os Fundos de Pensão por regime de Benefício Definidos e os substituem por Fundos de Pensão por regime de Contribuições Definidas⁸, que são compostos basicamente por contribuições dos assalariados (eventualmente mista, com contribuições dos empregadores). Com isso, os Fundos tornaram-se uma nova maneira de os empregadores coletarem uma

⁸ Os Planos de Previdência Privada foram definidos pela Lei básica de previdência complementar L.C.109/01. Os Planos de Benefício Definido são aqueles em que prestação é prefixada no momento de adesão ao plano, as contribuições dos participantes são corrigidas ao longo do processo e garantem rendas predeterminadas. Neles a contribuição é essencialmente patronal. Os Planos de Contribuição Definida são aqueles em que as taxas de contribuição são pré-fixadas, mas não são uniformes e os benefícios variam de acordo com as contribuições feitas, com os rendimentos obtidos e com a idade em que o se entrou ou saiu do plano, ou seja, a pensão é definida pelo montante das contribuições e pelos resultados de suas aplicações nos mercados financeiros. Neles a contribuição é essencialmente dos trabalhadores assalariados o que faz com que os trabalhadores é que suportem o risco financeiro das aplicações.

nova poupança para poder especular e obter liquidez para as crescentes operações de fusões-aquisições em curso no período. O resultado deste processo foi o crescimento vertiginoso dos ativos financeiros acumulados por estes Fundos, ultrapassando os acumulados pelos Fundos de Pensão de Benefícios Definidos no período entre 1980 e 1990⁹. Assim, segundo Farnetti (1998), como “beneficiários de aportes regulares de capital imobilizados por períodos muito longos” os Fundos de Pensão tornaram-se “a peça chave dos centros financeiros” (ibid, p.188).

Estas transformações nos regimes de capitalização resultaram no desenvolvimento dos Fundos Mútuos (*Mutual Funds*) – um segmento especializado na gestão de ativos, cuja função é a de constituir e administrar uma carteira coletiva de valores mobiliários, subscrita por investidores institucionais e por investidores individuais por meio da compra de suas cotas. São estes fundos que vão capturar a poupança familiar¹⁰, em detrimento dos bancos de depósito tradicionais, e se tornar, ao mesmo tempo, o suporte privilegiado das aplicações dos planos de contribuição definida – dessa forma seu poder tornou-se considerável com ativos que superaram o PIB de inúmeros países do centro capitalista¹¹.

Os Fundos de Pensão e os Fundos de Investimento coletivos, em particular os anglo-saxônicos, desempenharam papel central na emergência do regime de “finanças diretas liberalizadas e desreguladas” (Farnetti, 1998, p. 183)., tornando-se instituições decisivas na mundialização financeira. São estes fundos

⁹ Entre 1980 e 1990 os Fundos de Pensão em regime de benefícios definidos e os Fundos de Pensão em regime de contribuição definida atingiam, respectivamente, 20% e 27% dos assalariados, segundo Sauviat (2005, p.112)

¹⁰ Em 2002 nos EUA 49,6% das famílias americanas possuíam cotas dos *mutual funds*, segundo Sauviat (ibid, p. 120).

¹¹ Conforme aponta Farnetti, em 1995 os *mutual funds* na Inglaterra somavam 2,6 trilhões de dólares em ativos, equivalendo à soma dos PIBs da França e Inglaterra. (“O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas”, in *A mundialização financeira*, p. 190).

que se encontram na “origem do essencial das transações dos mercados de ativos” e “são os principais responsáveis pelos movimentos diários dos preços das ações”, segundo Sauviat (2005), aumentando o volume de títulos negociáveis uma vez que operam transações com blocos de ações significativos¹². Ao mesmo tempo, provocaram uma redução do tempo de manutenção das ações nas carteiras, multiplicando “as transações e operações de aplicação cada vez mais arriscadas” em busca de um retorno elevado e rápido do investimento, o que contribuiu “tanto para inflar a demanda de aplicação (...) quanto para puxar a tendência para a alta, a fim de satisfazer suas exigências de rentabilidade” (ibid, p.117), resultando no aumento de sua volatilidade – o que fez dos Fundos um dos principais agentes na formação e na manutenção da bolha financeira.

A terceirização da administração dos Fundos de Pensão, posta em mãos de administradores especializados, resultou em uma ampliação da *indústria de fundos mútuos* e a ampliação da disputa pela administração de suas poupanças. Conforme aponta Paulani (2007), esta

“concorrência que se estabelece entre essas instituições na luta pela administração dessas grandes massas de poupança financeira torna ainda mais agressivas suas estratégias de operação nos mercados de capitais (...) fazendo dessas instituições elementos fundamentais na criação e propagação de bolhas especulativas de preços de ativos,” (p. 10).

Agentes centrais no padrão de acumulação financeira, os Fundos substituíram os bancos como intermediários financeiros e tornaram-se os principais

¹² Segundo Sauviat, os Fundos de Pensão e os *Mutual Funds* operam transações com blocos de ações: esse tipo de transação (...) implica a compra ou a venda de blocos de ao menos 10 mil ações representa quase a metade do volume das ações negociáveis”. Em 2002 foram responsáveis por 90% e 95% das transações em ações e em obrigações em Paris, respectivamente. (2005, p. 116).

acionistas das empresas. Destronaram as famílias proprietárias dos títulos representativos dos principais ativos industriais (SAUVIAT, 2005) e instituíram administradores (dos Fundos) cujas práticas estão em consonância com a sua lógica financeira de acumulação. Esses administradores são movidos pela possibilidade da antecipação dos ganhos e pela realização dos ganhos de capital e concebem os títulos antes como ativos negociáveis do que como ativos imobilizados, uma vez que sua preocupação central é com a rentabilidade financeira e não com o lucro propriamente dito. É desde este ponto de vista que impõem seu viés às empresas e aos seus dirigentes, implementando uma reestruturação em seu funcionamento segundo uma lógica mais financeira, fazendo valer as prerrogativas dos acionistas e exigindo que os dirigentes empresariais alcançassem mais elevados níveis de retorno sobre a aplicação e, dessa maneira, contribuindo com uma concepção financeira da empresa¹³, entendida como “uma coleção de ativos divisíveis e líquidos, prontos para ser cedidos ou comprados de acordo com a oportunidade” (SAUVIAT, 2005, p. 123). A estes dirigentes empresariais a sensibilidade ao desempenho das Bolsas se tornou essencial “à medida que uma parte de sua remuneração passou a depender dela” (SAUVIAT, 2005), o que os faz procurar atingir um crescimento que permita alcançar excedentes financeiros favoráveis e compatíveis com os objetivos estabelecidos pelo mercado¹⁴.

¹³ Sauviat aponta que se trata de um poder em que o modelo de empresa “se baseia na criação de valor para o acionista e na reivindicação de seus direitos de propriedade” e que “se exerce de certo modo do exterior e se encarna na afirmação da primazia dos interesses dos acionistas sobre qualquer outro interesse” (2005, p.123).

¹⁴ A autora aponta que neste movimento de adesão e obediência do dirigente às demandas dos acionistas dos Fundos de Pensão se encontra a origem das acrobacias contábeis que permitiram inflar artificialmente os lucros e completa “Por ocasião das recentes falências (Enron, WorlCom, Tyco, etc), alguns administradores mostraram sua capacidade de, com a cumplicidade de grandes bancos de investimento, maquiar complacentemente as contas financeiras de sua empresa para sobrevalorizar os resultados financeiros (...) com o objetivo exclusivo de maximizar sua remuneração de curto prazo mediante a valorização da ação do grupo” (Sauviat, 2005, p. 124-125).

O impacto desta compreensão financeira da empresa desencadeou sobre os trabalhadores consequências drásticas resultantes de políticas de redução de custos e de reestruturação dos grupos empresariais. As políticas de deslocalização e subcontratação tornaram-se ameaças constantes ao emprego, o que possibilitou a ampliação dos controles e a intensificação do trabalho associados ao aprofundamento da precariedade e à redução dos salários. A substituição de trabalhadores formais por trabalhadores precários, que não tem acesso à proteção social estabelecida na legislação trabalhista, bem como a terceirização diminuem os custos do trabalho – são trabalhadores que recebem salários inferiores em relação ao demais trabalhadores – e tem levado à degradação das condições de trabalho, com a ampliação dos acidentes e do adoecimento no trabalho e suas consequências em uma escala ampliada¹⁵. A substituição ainda que parcial do modelo fordista do pós-segunda guerra mundial pelo modelo toyotista, cujo trabalho flexível tem significado a precarização das relações de trabalho, visa não apenas uma transformação da produção com a busca de aumento da produtividade.

A redução da vulnerabilidade das empresas frente ao mercado passou a dirigir as políticas de gestão, as políticas salariais, de benefícios e de contratação da força de trabalho. De um lado, a busca pela diminuição do passivo trabalhista, tanto com a terceirização, que retira da empresa contratante a responsabilidade pelos custos indiretos da força de trabalho (inscritos na legislação trabalhista), repassando-os às contratadas, como pela alteração dos regimes previdenciais dos

¹⁵ A onda de suicídios que atingiu os trabalhadores de empresas francesas desde 2007 se tornou alarmante: na France Telecom foram 46 suicídios de trabalhadores desde 2008, 11 deles em 2010, empresa que foi privatizada em 1997 e enxugou 40 mil nomes da folha de pagamento, por conta da adoção de um modelo de negócios mais agressivo - para seus 100 mil empregados, isso significou metas de produtividade, promoções por mérito e cobranças de maior eficiência (disponível em: <http://veja.abril.com.br/071009/por-que-franceses-estao-se-matando-p-099.shtml>. Acesso em: 31 mai. 2010).

trabalhadores contratados diretamente por ela, com a substituição intensa dos regimes de previdência de Benefícios Definidos por regimes de previdência de Contribuições Definidas, e de outro lado, a redução dos salários, pela via dos baixos reajustes nos acordos coletivos e pelo congelamento dos salários do setor público, e a instituição dos programas de participação nos lucros e resultados (PLR) como forma de premiação pelos resultados alcançados pela empresa, um forte instrumento de adesão às metas empresariais direcionado aos trabalhadores, permitem uma poupança significativa que pode ser direcionada ao mercado de ações e sinalizam ao mercado financeiro com a solidez da empresa, segura para receber investimentos e para realizá-los. São políticas que se materializam “por uma ‘racionalização’ da proteção social e por dispositivos rentistas no sistema de remuneração” dos trabalhadores (SAUVIAT, 2005), pondo na mira o conjunto dos direitos dos trabalhadores, apontados como empecilhos ao crescimento, à competitividade e à saúde financeira da empresa. A implementação deste modelo ao longo dos anos de 1980 acompanha o processo de predomínio das finanças e serve como instrumento de intensificação e controle do trabalho e permite a redução e a adequação dos custos empresariais aos ciclos de expansão e retração econômicas, além da diminuição significativa do passivo das empresas, pela redução da contratação direta de trabalhadores, que resultam em valorização das ações nas bolsas, tornando os investimentos em seus papéis rentáveis.

Vale ainda ressaltar, mesmo que de maneira ainda pouco aprofundada, que a financeirização apontada pelos teóricos da Regulação Financeira impactou também na organização dos trabalhadores, em seus sindicatos. A expansão dos Fundos De Pensão, formados pela poupança salarial, e a centralidade que passaram a ter no sistema financeiro mundial, despertaram a atenção dos

trabalhadores, cuja representação sindical passou a exigir a participação no controle dos Fundos de Pensão para fazer uso dos seus direitos de acionistas-proprietários¹⁶ e, ao mesmo tempo, influir nas estratégias das empresas com o objetivo de devolver aos trabalhadores “como rendimento da renda o que lhe foge como rendimento do trabalho” (BELLOFIORE, 2002 p.74), ao mesmo tempo em que desenvolver políticas na direção de um “controle social da acumulação que interrompa e inverta o sentido em direção à desigualdade, à precariedade, ao desemprego” (ibid, p.64).

Este *ativismo acionário*, segundo Sauviat, “fundado no pleno exercício do ‘direito acionário’, investindo substancialmente no jogo do *corporate governance* (...) tornou-se a estratégia privilegiada da ação sindical em face da mundialização financeira”, resulta em uma distorção do papel da representação sindical, posto que a gestão destes Fundos obedece à lógica financeira francamente oposta à lógica sindical: “reivindicar como acionista assalariado deixa forçosamente o sindicato numa posição esquizofrênica, que reflete a natureza antagônica das relações capital-trabalho” (2005, p. 129), de sorte que os trabalhadores encontram-se nas duas pontas – de um lado, veem seus rendimentos do trabalho diminuírem, para vê-los aumentar como rendimentos da renda, os quais exigem como condição para seu aumento na lógica financeira cada vez mais a redução e o achatamento salarial e a eliminação de direitos trabalhistas e da precarização do trabalho. Como não poderia deixar de ser, o pagamento desta conta recai em última instância sobre o trabalho, o

¹⁶ José Ricardo Sasseron, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) e conselheiro deliberativo da Previ, aponta: “Ao verem seu patrimônio em risco os trabalhadores, por meio de seus sindicatos e associações de aposentados, passaram a reivindicar participação nos organismos de gestão. Desde o início da década de 80 vieram conquistando o direito de eleger diretores, conselheiros deliberativos e fiscais e dividiram o poder absoluto das empresas (...) (em 2001) parlamentares aprovaram a nova legislação, que obrigou os fundos de empresas estatais a cederem metade das vagas nos conselhos deliberativo e fiscal para participantes eleitos pelos trabalhadores e um terço das vagas nos fundos de empresas privadas” (“Transparência nos Fundos de Pensão”, in *Revista dos Bancários*, nº 106, p. 34, setembro de 2005; São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região).

que paradoxalmente choca-se com os interesses dos trabalhadores. Vive-se, então, uma dupla esquizofrenia: uma classe que vive do trabalho dividida entre trabalhadores acionistas e não acionistas, cuja representação sindical é, ao mesmo tempo e forçosamente, defensora dos interesses do trabalho e do capital.

Associadas, as transformações na base produtiva e a financeirização da economia, ambas, vieram chacoalhar o planeta como uma onda sísmica de magnitude 9 na escala Richter¹⁷ – alegoria é muito apropriada posto que tanto a reestruturação produtiva, quanto a financeirização da economia, elementos centrais da modernização conservadora operada pelo capital, se apresentam naturalizadas aos homens, como fenômenos naturais no âmbito da economia global e das sociedades, e seus efeitos devastadores, o desemprego, a pauperização e a intensificação do trabalho com suas múltiplas consequências para o trabalhador, consequências indesejáveis, porém inevitáveis, posto que naturais. Assim, ao sismo de 9 graus na escala Richter na economia global, conhecido por reestruturação do capital na direção de recomposição de sua lucratividade, se sucedeu e se sucedem até o momento tsunamis econômicos que devastaram e ainda devastam distintas regiões e povos do planeta. Porém, a alegoria cessa por aqui: ação dos homens, estas transformações revelam “um dos aspectos mais perturbadores da civilização industrial desenvolvida: o caráter racional de sua irracionalidade”, para usar as palavras de Marcuse (1979).

¹⁷ A escala Richter indica a energia sísmica liberada em terremotos a partir das medições e registros sismográficos. Mais informações ver: http://www.apolo11.com/perguntas_e_respostas_sobre_terremotos.php?faq=3. Acesso em 28 abr 2011.

Neoliberalismo e transformações no trabalho no Brasil:

Na América Latina, inúmeros países implementaram as chamadas reformas neoliberais sistematizadas no Consenso de Washington¹⁸ com suas prescrições de condução das políticas econômicas, que resultaram em graves crises econômicas e o aprofundamento das desigualdades sociais na região, uma das mais afetadas pelo neoliberalismo. No Brasil, a apologia do mercado como regulador das relações econômicas e a *dramática financeirização da economia*, que viria a criar uma dívida interna espantosa (OLIVEIRA, 2003, p. 134) e o estabelecimento de metas de superávits fiscais para pagamento de juros ao capital especulativo, a abertura do setor bancário ao capital internacional e sua consequente concentração¹⁹, a

¹⁸ O Consenso de Washington é um conjunto de dez recomendações elaboradas a partir do encontro realizado pelo *Institute for International Economics*, em Washington, no ano de 1989, com a presença de economistas latino-americanos, economistas do FMI e do BID e funcionários do governo estadunidense, cujo tema era *Latin American Adjustment: How Much has Happened?* (*Ajuste da América Latina: Como muita coisa aconteceu?*). John Williamson, economista inglês e diretor do instituto, foi quem sistematizou os dez pontos consensuais do encontro que se tornaram a prescrição para a América Latina. Sucintamente são eles: “1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Priorização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Regime de taxa de câmbio competitiva; 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) Privatização, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas e; 10) Propriedade intelectual” (disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>. Acessado em 01/06). Para uma breve discussão sobre o Consenso de Washington e suas políticas para a América Latina ver: Batista, Paulo Nogueira (1994): O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos, in Batista Júnior, Paulo Nogueira (org.), *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil : ensaios e palestras*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

¹⁹ Especificamente no caso brasileiro, o sistema bancário sofreu uma redução de 246 instituições em 1994 para 135 em 2007, o menor número de instituições bancárias desde 1989.

desmoralização do Estado, o desmonte das políticas sociais de caráter universalizante, chamadas de populistas e perdulárias, e sua substituição por políticas focais de atenção social, a política de reforma do sistema previdenciário, apresentado como deficitário e justificadas por estudos financiados pelo Banco Mundial (BID) que apontavam pra o inevitável colapso do sistema, resultado do crescente desequilíbrio entre o número de beneficiários e o de contribuintes em função do envelhecimento da população – responsável pelo aumento gradativo dos inativos e a diminuição do percentual de população jovem e adulta na ativa – (BLACKBURN, 2002) e sua crescente privatização por meio dos fundos de pensão, a desqualificação dos sindicatos e a criminalização dos movimentos sociais, acusados do mais estrito corporativismo, a interdição do debate e o estabelecimento do pensamento único na política e na economia, com a desqualificação das vozes destoantes, então chamados de neobobos e ultrapassados, e a busca pela desregulamentação das relações de trabalho com a flexibilização das leis trabalhistas consolidadas desde a era Vargas tornaram-se hegemônicas e produziram os mais nefastos resultados. Na periferia do sistema, a reestruturação do sistema produtivo, responsável pelo mais sério ataque às conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao longo do século XX, teve nas políticas neoliberais seu principal instrumento, cujos resultados foram o aumento do desemprego, da precariedade no trabalho, da fragilização da organização social e dos trabalhadores

(TROSTER, R. L., *Concentração Bancária*, disponível em http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Con_c0404.pdf. Acesso em: 16 març. 2011 e ARAÚJO, Luís Alberto et al. *Competição e concentração entre os bancos brasileiros*, disponível em http://www.febraban.org.br/arquivo/Servicos/Eventoscursos/peconomia2010/novo/B_1_ArthurAbib.pdf. Acesso em: 16 març. 2011). Em fins de 2007, os cinco maiores bancos no país passaram a concentrar 65,72% dos ativos bancários ou R\$ 2,04 trilhões e 75,3% dos depósitos bancários (*Sindicatos dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, Jornal Eletrônico*, disponível em <http://www.spbancarios.com.br/noticia.asp?c=9878>. Acesso em: 16 març. 2011).

e do empobrecimento acelerado de parcelas cada vez maiores das populações latino-americanas.

Neste cenário, brevemente apresentado, emergem profundas mudanças no mundo do trabalho: a expressiva diminuição dos trabalhadores industriais e ampliação dos trabalhadores nos serviços (POCHMANN, 2001; DIEESE, 2001); a precarização das relações de trabalho, a *fragmentação*, a *heterogeneização* e a *complexificação* da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2002a, 2002b); a ampliação da participação do trabalho feminino (HIRATA, 2002; ANTUNES, 2002b); a ampliação do trabalho informalizado (POCHMANN, 2001; DIEESE, 2001; ANTUNES, 2002a, 2002b; NAVARRO, 2004; MARCELINO, 2004); as altas taxas de desemprego em nível mundial e o crescente desemprego estrutural. (ANTUNES, 2002a, 2002b). Trata-se de um período de ruptura das antigas relações sociais e salariais que foi caracterizado por Mattoso (1995) como de *desordem do trabalho*, resultado da modernização conservadora em curso, cuja principal face visível aos trabalhadores se apresentou na forma das altas taxas de desemprego no país – nunca é demais lembrar que no ano de 1999 o Brasil contou com 7,6 milhões de desempregados em números absolutos, ocupando o terceiro lugar em Desemprego Aberto²⁰ no mundo, uma taxa de 5,61% do total de desemprego mundial. Porém, a *nova ordem do capital*, a chamada globalização sob a tutela das políticas neoliberais se resultou, por um lado, em uma ampliação brutal do desemprego mundial, por

²⁰ “Desemprego Aberto do IBGE é a relação entre o número de pessoas que procuraram emprego de maneira efetiva no período de 30 dias antes da entrevista e não exerceram nenhum trabalho durante a última semana (7 dias) anterior à pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas (PEA). Desta maneira, se um trabalhador não procurou emprego no período a que se refere a pesquisa ele passa à condição de inativo e é excluído da PEA, enquanto que se exerceu algum trabalho por mais de 60 minutos no período pesquisado torna-se ocupado – e ambos estarão excluídos da taxa de desemprego” (COSTA, 2005). A parcela dos trabalhadores sem ocupação e que não procuraram emprego no período mencionado, excluídos da PEA e considerados economicamente inativos, vão compor o chamado Desemprego Encoberto pelo Desalento, conforme terminologia utilizada pelo Dieese/Seade, que irá elevar significativamente o número de trabalhadores desempregados no país.

outro, produziu um processo inédito de intensificação do trabalho para aqueles que permaneceram com seus empregos e o consequente aumento da produtividade. Pegos pela onda de desemprego, verdadeiro tsunami, os trabalhadores ameaçados com a perda de seus empregos e de serem lançados definitivamente ao crescente desemprego estrutural se viram submetidos à lógica de intensificação de seu trabalho e à exigência de ampliação da adesão às novas políticas de gestão da empresa – *flexibilização funcional* do trabalho, a fusão de postos e a redução dos níveis hierárquicos (SEGNINI, 1999) com o aumento da responsabilidade, da autonomia, da cooperação e, paradoxalmente, do controle e da competição no ambiente de trabalho –, bem como ao achatamento salarial decorrente da ampliação do exército de reserva de força de trabalho disponível – os trabalhadores desempregados tornaram-se com sua existência massiva uma ameaça ao trabalhador empregado, ao menos assim foram apresentados, podendo vir a tomar seu lugar a qualquer momento ou a qualquer descuido no ambiente de trabalho: bastava não seguir as novas determinações ou não possuir alguma qualidade, qualificação ou competências exigidas para que viesse a ter seu lugar tomado de assalto por outro trabalhador, por ora desempregado, que as possuísse e, mais que isto, aceitasse a sujeição ao trabalho intensificado²¹. Cindida a classe trabalhadora em qualificados e não qualificados, considerados sinônimos de empregados e desempregados, respectivamente, transforma-se uma parte dela em ameaça à permanência da outra no mundo do trabalho, à sobrevivência. Com o fantasma do desemprego a rondar, quebra-se os laços de solidariedade e aprofunda-se a

²¹ Em pesquisa com a categoria bancária paulistana, Segnini (1999) observa que o medo de perder o emprego é fator decisivo na adesão à intensificação do trabalho em curso na área e que “o bancário compreende estar trabalhando mais intensamente, comumente realizando horas extras, percebendo salários relativamente menores em comparação com os anos anteriores. No entanto, revela compreender também que dessa forma mantém o emprego, transformando o medo em produtividade” (1999, p. 195).

competitividade entre os trabalhadores pelos postos de trabalho, o que corrói os laços de solidariedade e permite aumentar, em consequência, a adesão do trabalhador empregado à chamada cultura da empresa, como forma de manter-se empregado.

Diante do desemprego em massa, como característica do processo de modernização conservadora em curso, surgiram no país políticas de qualificação e requalificação profissionais como instrumento de combate ao desemprego ou, ao menos, como tentativa de diminuir seus efeitos, baseadas na premissa de que parcela significativa dos trabalhadores tiveram suas qualificações tornadas obsoletas pela reestruturação tecnológica então em curso no país, somada à baixa escolaridade dos brasileiros, que resultaram em sua baixa competitividade no quadro de uma economia mundializada. Programas e políticas governamentais voltadas à readequação profissional da força de trabalho no país foram criadas e os trabalhadores instados a buscar novas qualificações e a procederem a reciclagem de suas habilidades, capacidades e conhecimentos, além da ampliação de seus níveis de escolaridade, readequando-se ao novo mundo do trabalho. Porém, o fenômeno do desemprego estrutural se constituía como um limite à reentrada de um grande contingente de trabalhadores no mundo do trabalho. Tratava-se de um contingente de desempregados nada desprezível que estaria definitivamente fora do mercado de trabalho²², apresentado como resultante da adoção das novas tecnologias e das novas formas de gestão, que teriam suprimido definitivamente postos de trabalho pela substituição em larga escala o trabalho vivo pela automação em diversos setores da economia, desde a indústria até os serviços, configurando

²² Governos, economistas e empresários assumiam que apenas 1/5 da população alcançaria inserção econômica, enquanto que o restante, 4/5 estariam definitivamente excluídos, conforme aponta Souto Maior (2002, p. 05)

novas relações sociais e de produção características da *nova economia* e da chamada *sociedade pós-industrial*²³. As saídas para o desemprego tornaram-se, assim, basicamente duas: a qualificação e requalificação dos trabalhadores adequadas às novas demandas da nova economia e da nova sociedade, o que propiciaria ao trabalhador desempregado o retorno ao chamado mercado de trabalho e; o empreendedorismo como forma de geração de renda para aqueles tornados desempregados definitivos, atingidos que foram pelo desemprego estrutural, tal qual se é atingido por um raio ou se é acometido de algum mal, neste caso o de ter se tornado força de trabalho excedente ao processo produtivo, o que propiciaria ao desempregado trabalhar por conta própria, tornar-se gestor de si mesmo, articulando suas capacidades, habilidades e competências com oportunidades pouco ou não exploradas existentes no seu entorno, empurrado pelas suas próprias necessidades para o empreendedorismo. Ao menos assim, vão sendo empregados os discursos ideológicos do empreendedorismo e da qualificação, influenciando decisivamente nas políticas de educação profissional no país.

²³

De um modo geral, nesta nova economia característica da sociedade pós industrial a indústria teria perdido sua centralidade no sistema produtivo e em seu lugar o conhecimento e a informação teriam se tornado os elementos chaves na produção. As proposições referentes à sociedade pós-industrial podem ser encontradas em De Masi, 1999; Kumar, 1997; Touraine, 1969. Para uma crítica à estas proposições ver Fiori, 2002; Oliveira, 2003

Objetivo

Neste trabalho, ao enveredar pela temática da Qualificação, não é nossa intenção procurar a melhor definição para o termo entre as formulações existentes, sequer submeter o conceito à uma nova reformulação. Não se trata de procurar resolver a questão da qualificação, mas de problematizá-la e procurar entendê-la para além da forma como ela faz sua aparição em um mundo do trabalho em desordem. Os discursos sobre a falta de força de trabalho qualificada e a consequente necessidade de qualificar os trabalhadores no país ganharam centralidade com as transformações operadas pela reestruturação do capital. Surgiram as falas sobre a necessidade de elevação da qualificação dos trabalhadores e do desenvolvimento de suas competências. Estes discursos, que permanecem em voga até os dias de hoje, apontam para um deslocamento do trabalho manual para o trabalho intelectual resultante da substituição do trabalho humano pelos autômatos na produção industrial e o deslocamento do emprego da força de trabalho no setor de serviços: tanto em um, quanto em outro caso a intelectualização do trabalho teria ocorrido de maneira a exigir dos trabalhadores maior empenho de sua intelectualidade do que de suas capacidades manuais. Assim, sob uma nova divisão do trabalho, passaram a ser exigidas qualificações, competências, habilidades, níveis escolaridade mais elevados, formação técnica e conhecimentos variados, tais como idiomas, informática, entre tantos outros, que se tornaram um conjunto de atributos assumidos no final das contas como qualificações

e que seriam exigidos aos trabalhadores nas suas mais diferentes configurações e arranjos.

Ao apontar para a qualificação como um conjunto de atributos que passou a compor o termo na sua expressão cotidiana no Brasil, não há a intenção de ampliar seu significado com a inclusão de outros conceitos ou dimensões da formação humana. Ao contrário, ao indicar que no país a qualificação tem incluído sob seu manto tão diversificado conjunto de características e formações se quer apontar para o aparente quadro de confusão teórica que se faz no seu uso prático, em sua aplicação social: aparente porque cotidianamente, em particular nos processos de seleção de pessoal para as empresas, mas também na grande mídia e em diversos espaços intelectuais, a qualificação como um conjunto de atributos cumpre o papel de justificar o exercício de visões preconcebidas sobre o trabalhador que está em busca de emprego, por extensão, o exercício do preconceito em relação aos trabalhadores no país e a sua responsabilização diante do seu emprego-desemprego. Aqui reside uma das teses centrais de nosso trabalho, a saber, a Qualificação como Ideologia, já objeto de nossas discussões durante o Mestrado, que procuramos debater aqui, buscando suas raízes.

Não se trata, porém, com isto de invalidar os usos que se tem dado à qualificação quando se utiliza o termo para se referir à especialização possuída pelo trabalhador ou ao conjunto de saberes adquiridos e que ele utiliza para a realização de determinado trabalho no sistema capitalista, o conhecimento prático, técnico e intelectual da parcela do trabalho a ele destinado, conforme os arranjos da divisão do trabalho. Também não se trata de ignorar o processo de hierarquização social e salarial que promove a partir do estabelecimento das hierarquias profissionais. Se o trabalho na modalidade capitalista aparece como uma *necessidade humana*,

profissionalizar-se se torna algo de que os homens devem desejar para se engajarem no processo produtivo, vale dizer tornarem-se integrados na sociedade. A sua aquisição, da profissionalização, no processo educativo e formativo, no entanto, advém das necessidades postas pela produção, determinadas não desde o ponto de vista da subjetividade do trabalhador, mas da objetividade da produção. A profissão será, então, não apenas um meio de realização pessoal e de inclusão na sociedade, como aparece socialmente, mas de fornecimento racional de força de trabalho ao sistema de produção (CHAUÍ, 1984).

Ora, se a divisão social do trabalho é, pois, característica das sociedades humanas, que dividem o trabalho socialmente necessário para a sua reprodução entre os membros de sua coletividade (Marx 1985a), a racionalização do processo de trabalho sob o capital, a divisão do trabalho pelo fracionamento das especialidades determinadas socialmente, transforma a profissionalização em mais especialização, toma os saberes e os racionaliza, subdividindo-os, transformando o trabalho em *migalhas de trabalhos*²⁴. A qualificação resulta, pois, do processo de apropriação do trabalho pelo capital, que ao dividir o trabalho retira do trabalhador a posse do saber-fazer sobre o produto e o desqualifica, para em seguida transformar o conhecimento parcelar, a especialização, em qualificação. A substituição dos fazeres fracionados pela maquinaria passa os trabalhadores para a condição de operadores e supervisores do maquinário, faz dele apêndice da máquina (Marx, 1985b, 1985c) e transforma as qualificações exigidas à força de trabalho. É sobre a divisão capitalista do trabalho que se assenta outra de nossas teses: o trabalho transformado em trabalho objetivamente abstrato pela divisão fabril do trabalho e

²⁴ A expressão *trabalho em migalhas* é utilizada por Friedmann (1983) ao se referir à divisão do trabalho operada pelo capital, sua decomposição em frações de trabalho simplificadas, que em oposição à integralidade característica do trabalho artesanal, reduz os ofícios à simples migalhas de trabalhos.

pela introdução da maquinaria, realizado dentro do processo de produção como dispêndio de energia física indiferente em relação à atividade realizada, acompanhando Marx (1985b, 1985c), faz da qualificação uma capacitação também objetivamente abstrata. Na medida em que “são as condições de trabalho que usam o trabalhador” (MARX, 1985), são também estas condições de trabalho que qualificam o trabalhador – o saber-fazer subjetivo do trabalhador dá lugar à uma especialização objetiva do trabalhador. Há, pois, uma relação direta entre a desqualificação do trabalho promovida pela divisão do trabalho fabril e qualificação, que permanece oculta nas discussões contemporâneas: os discursos ideológicos da qualificação apresentam-na como qualidade do trabalho e/ou do trabalhador, com uma positividade que oculta o próprio processo de desqualificação dos trabalhadores.

Método

Ao longo de todo este trabalho lançamos mão análise teórica a partir das proposições de Marx dos discursos sobre a qualificação. É desta perspectiva teórica que realizamos as discussões sobre a divisão do trabalho no modo de produção capitalista e da subsunção do trabalho ao capital, e a consequente produção de trabalho desqualificado como especialização unilateral, e sua relação com a qualificação em sua constituição como ideologia. Outros autores da vertente de pensamento marxista acompanharam este estudo. Particularmente os estudos de Braverman sobre a degradação do trabalho no curto século XX, aprofundando a análise marxista sobre a divisão do trabalho sob o capital, foram utilizados para a interpretação do processo de desqualificação do trabalho, desde a manufatura até os trabalhos em suas formas atuais. Desde a perda do saber-fazer pelos trabalhadores, a divisão entre trabalho manual e intelectual, e a sua apropriação pela ciência e técnica e pelos níveis hierárquicos superiores, a gerência científica. A crítica ao trabalho imaterial, corporificação contemporânea ideológica do capital na sua face pós-moderna, e às teses do capital humano em sua formulação atual, foi também acompanhada pelas reflexões e críticas realizadas por Sérgio Lessa e Eleutério Prado. No que diz respeito à Ideologia, lançamos mão particularmente das proposições de Chauí e de Marx, atentos à divisão da sociedade em classes antagônicas e à divisão do trabalho e a separação e à hierarquização entre trabalho manual e trabalho intelectual, a autonomização deste último na produção de ideias

sobre o Trabalho e o Trabalhador, a produção de universais a partir de pontos de vista particulares de uma classe:

“Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. (MARX; ENGELS, 1977, p. 57).

Dito isto, é importante apontar que este trabalho afasta-se das proposições de neutralidade tão caras às ciências humanas de caráter positivista. A procura por objetividade não se põe aqui por um afastamento do objeto, uma tentativa de captar as relações estabelecidas no seio da sociedade de uma perspectiva dissociada das classes sociais constituídas sob o capitalismo, dos diferentes interesses e perspectivas sociais e econômicos que as opõe, constitutivos do próprio sistema, como se fosse possível se por acima delas, em um voo panorâmico observá-las em suas relações e conflitos e tecer julgamentos neutros sobre os acontecimentos humanos – em nosso caso, sobre a qualificação. Não é esta a perspectiva que adotamos, apontada por Löwy (1973; 1987) como fundada em uma visão social de mundo predeterminada e em premissas tendenciosas que insistem em renegar, uma “pretensão à neutralidade e às vezes uma ilusão, às vezes um ocultamento deliberado” (Löwy, 1987, p. 32). As proposições tão caras ao positivismo de que é necessário por de lado todas as prenoções e buscar “a

serenidade e a imparcialidade científicas” (Durkheim²⁵, S/D, p. 241, apud Löwy, 1987, p.30) como pressupostos da objetividade encontram seus limites em suas próprias prenoções: a harmonia natural da vida social, que é regida por leis naturais e invariáveis, que independem da vontade e da ação humanas e a possibilidade de uma explicação causal de seus fenômenos pela observação apenas aos moldes das ciências naturais (Löwy, 1987)²⁶

A opção por estudar a qualificação e sua constituição como ideologia, sua relação com o processo de divisão do trabalho sob o capital, a partir da leitura dos escritos de Marx e de outros autores de vertente marxista, tanto a definição das questões sobre a qualificação, quanto o referencial teórico adotado, já indicam a perspectiva de onde se parte para este estudo: desde uma visão de mundo, conforme Löwy (1987), da classe que vive do trabalho. O entendimento de que a qualificação como ideologia possui caráter histórico, como os fenômenos sociais que podem ser “produzidos, reproduzidos, e transformados pela ação dos homens [...]” e de que há uma “identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento enquanto seres sociais [...]” (Löwy, 1987, p. 193-194), é chave para este trabalho. Porém, o que então distinguiria esta perspectiva adotada em relação ao positivismo acima criticado e suas premissas tendenciosas baseadas em uma visão social de mundo predeterminada? O que faria dela mais válida para interpretar o fenômeno da qualificação? Lançamos mão mais uma vez de uma breve passagem de Löwy:

²⁵ DURKHEIM, Emile. La science sociale et la action. (em português : DURKHEIM, Emile. A ciência social e a ação. São Paulo: Difel, 1975)

²⁶ Löwy aponta que a solução proposta pelo positivismo para que se alcance a objetividade desde a posição de se abandonar os preconceitos e as prenoções por meio de uma *boa vontade* do pesquisador, um esforço pessoal na direção de ser objetivo se equivale à passagem vivida pelo Barão de Münchausen, que consegue “escapar do pântano onde ele e seu cavalo estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos [...]” (Löwy, 1987, p. 30)

O ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece a maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado, um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução [...]” (Löwy, 1973, p.36).

É desde esta perspectiva que avançaremos neste trabalho: a procura por alcançar as relações que determinam a qualificação tal a conhecemos hoje, ultrapassando a forma objetiva como aparece cotidianamente ao homens, em sua forma de qualidade do trabalho e qualidade do trabalhador, procurando entender suas determinações.

PRIMEIRA PARTE

I- Qualificação: uma explicação para o desemprego

Quando iniciamos este percurso para estudar as relações entre qualificação e ideologia, no auge da aplicação do receituário político neoliberal no Brasil e na América Latina, vivíamos um quadro agudo de desemprego, com taxas por volta dos 20% da força de trabalho sem emprego, o que alçava o país às primeiras posições no *ranking* mundial de desemprego²⁷. Resultava dos processos de transformação tecnológica advindos da revolução molecular-digital e da globalização. Tratava-se dos efeitos da reestruturação produtiva e da abertura econômica no país, do imperativo de tornar mais competitivas as empresas brasileiras e o próprio país frente ao mercado internacional, segundo os discursos oficiais. Com a globalização o país precisava adaptar-se aos níveis de competitividade e qualidade internacionais, superar o atraso tecnológico de seu parque produtivo, além de tornar-se atrativo ao investimento financeiro. As novas formas de organização das empresas, a adoção do paradigma *toyotista* na produção e na organização do trabalho, chegavam para modernizar e tornar competitivas as empresas brasileiras, contribuindo para o aumento da produtividade e a redução dos

²⁷ “Nos chamados países emergentes, associada à reestruturação produtiva, a crise econômica e financeira resultante da adesão incondicional ao projeto neoliberal na década de 1990 e início dos anos 2000 transformou o desemprego em um fato alarmante. O Brasil chegou a ocupar em 1999 o terceiro lugar em Desemprego Aberto no mundo, com 7,6 milhões de desempregados em números absolutos (segundo dados do IBGE), o que significa 5,61% do total de desemprego mundial, atrás somente da Índia com 40 milhões e da Rússia com 9,1 milhões de desempregados”. (“Segundo informações disponíveis na página eletrônica do DIEESE em 2004”). (“Para uma comparação do avanço brutal do desemprego no Brasil na década de 1990 vale lembrar que neste ano de 1999 o Brasil representava 3,12% da PEA mundial e 5,61% do desemprego mundial, enquanto que em 1986 representava 2,75% da PEA mundial e 1,68% do desemprego mundial, na 13ª posição global (Antunes, 2004: 24, citando Pochmann, (2000, 2001)”). (COSTA, 2005, pág.60).

custos. O desemprego seria o resultado natural e inexorável, ainda que lamentável e não desejável, destas transformações e das novas necessidades trazidas pela globalização, enfim, havia vindo para ficar na forma do desemprego estrutural: parcela da força de trabalho tinha se tornado excedente e não encontraria mais espaço no *mercado de trabalho*, que tinha se tornado mais restrito e exigente e só ofereceria espaço para uma parcela dos trabalhadores disponíveis.

Além destas muitas razões apresentadas pelos meios governamentais e pelo empresariado e repercutidas pela grande mídia para explicar o desemprego galopante no país, ocupava lugar privilegiado as falas sobre a pouca ou nenhuma qualificação do trabalhador, que o impedia de ocupar as vagas existentes dada a necessidade de novas ou melhores qualificações e de melhores níveis de escolaridade exigidas aos trabalhadores para se inserirem no *mercado de trabalho*. Tratava-se, pois, de apontar que faltava ao trabalhador brasileiro a necessária qualificação para que pudesse ocupar uma vaga no exigente mercado de trabalho, para acompanhar as transformações tecnológicas em curso e as mudanças econômicas. A falta de escolarização adequada reduzia a qualidade do trabalhador e dificultava, quando não impedia, a sua chegada a um posto de trabalho. Significava dizer indiretamente, à época, que as dificuldades encontradas pelo trabalhador para alcançar um posto de trabalho estava apenas parcialmente posta na economia do país, em suas inúmeras e cíclicas crises e nos processos em andamento de reestruturação do capital, contando, pois, com uma grande parcela de responsabilidade do próprio trabalhador pela sua condição de desempregado. Se era difícil conseguir uma vaga por conta da diminuição da oferta de postos de trabalho, operada pelas crises locais e mundiais e pelo enxugamento do mercado de trabalho, era, no entanto, a falta de qualificação adequada que impedia o trabalhador

de alcançar as vagas que estivessem disponíveis: a chamada *mão-de-obra* do país era pouco qualificada e com baixa escolaridade, enquanto que os postos de trabalhos *necessitavam* de pessoas com melhor formação e capacitação. Invariavelmente a falta do nível escolar adequado, cujo patamar desejável encontrava-se posto no nível superior, a partir de afirmações que punham o curso universitário como uma necessidade para a sobrevivência no mundo do trabalho, era apontada como um mal que afligia os brasileiros em sua grande maioria e que deveria ser sanada, conclamando a todos os trabalhadores a retornarem aos bancos escolares dos mais diversos níveis, do básico ao superior, da alfabetização às pós-graduações e MBA (Master Business Administration), passando pelos cursos à distância, licenciaturas curtas e cursos modulares. A pouca ou ultrapassada qualificação os empurrava para os cursos de qualificação e de requalificação profissionais, enquanto que a insuficiente escolaridade os empurrava na direção dos mais variados bancos escolares. A morte anunciada do emprego avançava a olhos vistos, expressa pelos elevados índices de desemprego e pelo tempo médio de dois anos para um desempregado alcançar um posto de trabalho formal ou informal (Pochmann, 2001). A qualificação, mais especificamente a falta dela, era apontada como a causa da demora para encontrar um posto de trabalho ou pelo trabalhador permanecer fora do *mercado de trabalho* e também como a responsável pelo fato de as empresas migrarem para outros países em busca de uma força de trabalho mais preparada para as novas condições e exigências das transformações tecnológicas em curso, abandonando o Brasil e desempregando um grande contingente de trabalhadores: iam em busca de trabalhadores com maior nível de escolaridade e melhor qualificação existentes em outros países – que haviam investido corretamente em educação, segundo o discurso hegemônico; os Tigres Asiáticos

(Singapura, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong) tomados como exemplos de investimento em educação e qualificação de sua força de trabalho e que com isto estavam atraindo os postos de trabalho para seus territórios em detrimento daqueles países que não investiram na formação de sua força de trabalho: o Brasil estava tornando-se um *exportador* de postos de trabalho, por conta da pouca qualificação de seus trabalhadores, além da sua pesada legislação trabalhista²⁸, outro elemento que tornava o mercado de trabalho brasileiro pouco atraente para os investimentos empresariais.

Neste período de desemprego galopante foram desenvolvidas inúmeras iniciativas no sentido de qualificar e requalificar os trabalhadores no país. O Governo Federal durante os anos de 1990 desenvolveu o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (Planfor), cujos objetivos estavam voltados para a ampliação da população atendida pelo sistema educativo profissionalizante, que se detinha sobre a problemática de qualificar e requalificar a força de trabalho brasileira, com elevados recursos para o financiamento das ações de qualificação dos trabalhadores, em particular os desempregados, por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Integrados ao Planfor, os Estados desenvolveram os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ), com estes recursos advindos do FAT, que se tornaram as diretrizes estaduais para a qualificação dos

²⁸ A falta de qualificação foi apontada insistentemente como elemento que emperrava o investimento produtivo e a expansão ou instalação de empresas no país, associada sempre aos altos custos impostos ao capital pela legislação trabalhista, o chamado “Custo Brasil”. O economista José Pastore, durante a década de 1990 e nos anos 2000, escreveu diariamente em jornais da grande imprensa apontando a falta de qualificação e a baixa escolaridade do trabalhador brasileiro, com sugestivos títulos: “A Morte do Emprego” (1997), “A Agonia do Emprego” (1997), “O Desemprego tem Cura?” (2003), em que desenvolve repetidamente a tese de que o emprego está a acabar, que a força de trabalho no país não possui as novas exigências de qualificações impostas pelas transformações tecnológicas em curso, além da baixa escolaridade, e que apenas os que se qualificarem conseguirão trabalho. Isto tudo associado à crítica feroz à legislação trabalhista brasileira, apontada pelo autor como elemento central, ao lado da qualificação inadequada, para a impossibilidade de ampliar a contratação de trabalhadores e da diminuição das taxas de desemprego, com a proposta de flexibilizá-la – os custos com os direitos trabalhistas seriam elevados e impeditivos da ampliação da contratação da força de trabalho no quadro da *morte do emprego*.

trabalhadores, com o intuito de reinserção do contingente de desempregados no mundo do trabalho a partir da qualificação e requalificação da força de trabalho. Estas políticas e ações propostas mobilizaram um grande e variado setor da sociedade civil em torno da implementação de formações voltadas aos trabalhadores, principalmente os desempregados. Cursos e capacitações em sindicatos, OnGs (Organizações não-Governamentais), dentre os muitos locais que ofereciam formação ao trabalhador. Diante do crescente fechamento de postos de trabalho e do encolhimento do emprego formal, com a consequente redução das categorias profissionais estruturadas, o sindicalismo se pôs em movimento para buscar alternativas de capacitação dos trabalhadores para que pudessem alcançar uma vaga ou permanecer em seus postos de trabalho – nestes casos, foram desenvolvidos cursos de qualificação para trabalhadores empregados de maneira a ampliar seus conhecimentos e capacidades e aumentar as chances de permanecerem no emprego, esta era a tônica – ou que, demitidos, pudessem se dirigir à outras áreas de trabalho, uma vez que dificilmente retornariam à categoria a que pertenciam até então – nestes casos, foram desenvolvidos cursos de requalificação, com o intuito de prover uma nova capacitação ao trabalhador de maneira a dotá-lo de novas possibilidades profissionais. Além destas modalidades de capacitação, alguns sindicatos, em particular aqueles cuja base social era amplamente formada por jovens, também se debruçaram sobre o desemprego junto à faixa juvenil (que representava a metade dos desempregados no país) e desenvolveram capacitações voltadas ao primeiro emprego. Inumeráveis sindicatos desenvolveram as mais variadas políticas de qualificação e requalificação profissionais, buscando apoiar os trabalhadores por eles representados²⁹. Ao lado

²⁹ Desde meados dos anos de 1990 a Confederação Nacional dos Bancários vem incluindo na

das ações propostas desde o Planfor, o Estado implementou outras políticas no que diz respeito à qualificação e requalificação dos trabalhadores, como forma de combate ao desemprego e à obsolescência das suas qualidades, dentre as quais vale apontar a *Bolsa Qualificação*³⁰. Foi possível alcançar anualmente com o Planfor a surpreendente faixa de 20% da PEA de qualificados ou requalificados (Brasil, 1999). Os anos de 1990 até início dos anos 2000, período em que o desemprego foi avassalador no país, viram se intensificar os esforços de qualificação dos trabalhadores brasileiros como instrumento de combate ao desemprego. Ao menos assim se apresentou o discurso disseminado na sociedade brasileira: os trabalhadores desempregados eram demasiado desqualificados e fazia-se necessária sua qualificação para que obtivessem um espaço no *mercado de trabalho*.

Em trabalho anterior (Costa, 2005) procuramos desenvolver a tese de que as falas em torno da qualificação, que apregoavam a baixa qualificação do trabalhador brasileiro como responsável pelo seu desemprego prolongado ou permanente e sugeriam que as elevadas taxas de desemprego no país estavam

Convenção Coletiva de Trabalho uma cláusula que destina uma verba de requalificação a cada bancário demitido para cobrir gastos com cursos. Na Convenção 2009/2010 pode-se ler: "Cláusula Quinquagésima Terceira - Requalificação Profissional: No período de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o banco arcará com despesas realizadas pelos seus empregados dispensados sem justa causa a partir de 1º.09.2009, até o limite de R\$ 831,28 (oitocentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos), com Cursos de Qualificação e/ou Requalificação Profissional, ministrados por empresa, entidade de ensino ou entidade sindical profissional, respeitados critérios mais vantajosos"(FENABAN, CONTRAF. "Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010", pág. 18).

³⁰ Um dos melhores exemplos está na criação da Bolsa Qualificação pela Lei 7998/90: "Art. 2-A. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a Bolsa de Qualificação Profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção coletiva ou acordo coletivo celebrado para este fim". O trabalhador passa a ter o direito a uma Bolsa para qualificar-se e ela deve ser oferecida ao trabalhador empregado que tiver seu contrato de trabalho suspenso temporariamente para participar de curso ou programa de qualificação. Vale anotar que, no entanto, tem sido mais "uma medida que pode ser e vem sendo adotado pelos empresários para evitar a dispensa em grande proporção durante o período de instabilidade econômico-financeiro e de baixa de empregos" (Rosendo de Fátima Vieira Jr., *Bolsa de Qualificação Profissional (BQP): uma alternativa viável em face da crise global*, disponível em: <http://jusvi.com/artigos/38225>. acessado em 12/05/2010).

relacionadas a esta insuficiente qualificação, constituíam-se em *discurso ideológico da qualificação*, que responsabilizando o próprio trabalhador pelo seu desemprego deslocava da economia a determinação pelo desemprego, ocultando-a. Constituído como discurso lacunar, como aponta Chauí (1980), cumpria o papel de universalização do particular, generalizando “para toda a sociedade os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais (...) (*ocultando*) a própria origem desse particular, isto é, a divisão da sociedade em classes” (págs. 24 e 25), aparecendo como “verdade já feita e já dada desde todo sempre, como um ‘fato natural’ ou como algo ‘eterno’” (pág. 25), o discurso da qualificação aparecia ao conjunto da sociedade como uma “verdade igualmente aceita por todos” (pág. 25), que “predetermina e preforma os atos de pensar, agir e querer ou sentir, de sorte que os nega enquanto acontecimentos novos e temporais” (pág. 24). A ideologia da qualificação aprecia como a própria expressão da realidade, nela confirmada diariamente: desempregados quando confrontados com as exigências do *mercado de trabalho* não alcançavam exibir as qualificações e a escolaridade necessárias. O mundo do trabalho havia mudado e as qualificações dos trabalhadores tinham se tornado ultrapassadas ou insuficientes em um processo rápido de obsolescência da força de trabalho do país: sob as altas taxas de desemprego da década de 1990 o país se descobriu de uma hora para outra um país com uma classe-que-vive-do-trabalho desqualificada, incapaz de responder às novas exigências tecnológicas e gerenciais. O resultado se podia observar cotidianamente na quantidade de postos de trabalho que permaneciam vagos à busca de um trabalhador com as qualidades necessárias para ocupá-lo. Assim, trabalhadores com as mais diversas qualificações puseram-se a buscar melhorar suas qualificações com vista ao *mercado de trabalho* movidos pela crença de que

este seria o meio pelo qual poderiam obter algum sucesso em sua empreitada: fosse ela a de encontrar um posto de trabalho em meio às altas taxas de desemprego, fosse ela manter-se empregado.

II- O empreendedorismo de si mesmo

Se a baixa qualificação dos trabalhadores é o problema que assola a força de trabalho no país e os esforços para qualificá-la tem sido o remédio adotado para enfrentar tanto o desemprego, quanto a sua baixa competitividade no mundo globalizado, é forçoso concluir que é também esta baixa qualificação ou sua ausência a responsável em boa medida pelo desemprego do trabalhador, o que uma vez sanada, a desqualificação, resultaria em emprego ou, ao menos, em melhores condições de disputa de um posto de trabalho, como indicam claramente as políticas públicas de qualificação adotadas no período entre 1990 e 2010. Há, no entanto, outra ação de combate ao desemprego associada a estas políticas que merecem atenção. Trata-se do empreendedorismo individual ou coletivo apresentado aos trabalhadores como caminho para enfrentar as novas configurações do mundo do trabalho.

Uma breve passagem pelo empreendedorismo na literatura acadêmica aponta que o termo apresenta perspectivas teóricas marcadamente distintas entre si. Associado à inovação no âmbito da produção e como motor das mudanças e do desenvolvimento de acordo com a proposição de Schumpeter na teoria econômica, conforme apontam Leite e Melo (2008), aparece também como um conjunto de comportamentos e atitudes psicológicas traduzidos por um desejo de realização e concretização de um projeto não apenas no âmbito econômico, mas em qualquer campo da ação humana, conforme a proposição de McClelland (MACHADO et al,

2010; LEITE; MELO, 2008). Há também, segundo os autores, uma perspectiva que remete o empreendedorismo à figura da gerência, o chamado *intraempreendedorismo*, caracterizado pelo *empreendedor-gerente* ou *empreendedor-funcionário*, um tipo que organiza, gere e assume riscos. Enfim, o empreendedorismo e o empreendedor encontram, além destas perspectivas apontadas aqui, distintas definições, muitas vezes aparentando apenas variações umas das outras em função particularmente da ênfase dada em algum aspecto estudado conforme aparece em inúmeros estudos³¹.

A noção do *intraempreendedorismo* passou a corresponder, sem dúvida nestes últimos anos, aos chamados *colaboradores* – não mais trabalhadores ou funcionários ou empregados, eclipsados na linguagem organizacional com o advento das novas formas de gestão –, termo que ganhou força no país desde o início do anos de 1990 –, apontados nas falas de distintos administradores, gestores e diretores de recursos humanos das mais diferentes empresas como empreendedores, aos quais são exigidas “as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar” (GORZ, 2005, p. 17) e a cada vez maior adesão e submissão ao trabalho e à empresa³², ao mesmo tempo em que lhe são dirigidas exortações para que se transformem em gestores de suas

³¹ Economia, Administração e Ciências Sociais são as áreas em que aparece a grande maioria das produções sobre o empreendedorismo na literatura acadêmica, havendo uma grande diversidade de classificações das teorias e proposições acerca do tema, sem que, no entanto, haja algum consenso entre elas. Para maiores discussões sobre o empreendedorismo e as diversas abordagens teóricas e suas classificações ver: Machado et al (2010); Nassif et al (2010); Roncon e Munhoz (2009); Natividade (2009); Leite e Melo (2008); Costa, Barros e Martins (2008); Cruz Jr., Araújo, Wolf, e Ribeiro (2006); Fillion (1999).

³² Tomo a liberdade de reproduzir a citação feita por Gorz da comunicação do diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler, Norbert Bensele, em Congresso na Alemanha: “Os colaboradores da empresa fazem parte de seu capital (...) Sua motivação, sua competência, sua capacidade de inovação e sua preocupação com os desejos da clientela constituem a matéria primeira dos serviços inovadores (...) Seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho (...) Este não mais será calculado pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores” (GORZ, 2005, p. 17).

carreiras e se tornem eles mesmos empreendimentos individuais dentro das empresas, buscando cada vez mais seu desenvolvimento pessoal como instrumento para o sucesso econômico. A qualificação de sua força de trabalho e o aprimoramento de suas *competências*, a trajetória e a permanência na empresa passam a depender do próprio trabalhador, que deve investir em si mesmo, assumindo a responsabilidade por manter-se empregado, vale dizer, deve assumir para si a responsabilidade pela contratação de seus serviços pela empresa e pela manutenção deste, não apenas realizando seu trabalho com acerto e qualidade, mas demonstrando pela sua constante iniciativa e atualização profissionais a sua *empregabilidade*.

É a *empregabilidade* a “demanda por certos conhecimentos, habilidades cognitivas e comportamentais dos trabalhadores, assim como por seu envolvimento participativo” (DIAS; WETZEL, 2010, p. 102), que deve o trabalhador assumir para si como tarefa ininterrupta: manter-se em condições de permanecer no trabalho ou, em caso extremo de vir a perder seu emprego, retornar ao *mercado de trabalho* tão rapidamente quanto for possível mediante suas qualificações e competências mantidas atuais, *recicladas* ou aprimoradas. *Empregabilidade* que significa possuir os atributos *necessários* e *adequados* definidos arbitrariamente pelo empregador para ser contratado para um posto de trabalho, alcançada individualmente pelo esforço próprio trabalhador que agrega ou desenvolve em si mesmo estes mesmos atributos mediante seus próprios gastos com formação, capacitação e aprimoramento técnicos e pessoais. Alves (2007) aponta que a empregabilidade se constituiu como um dos eixos ideológicos da reestruturação produtiva sob o toyotismo e traduz as exigências de qualificações e competências postas aos trabalhadores como condição *sine qua non* para o emprego, que “oculta a natureza

íntima do desenvolvimento tardio do capital [...] a lógica da *produção destrutiva*" (ALVES, op. cit.) sob a mundialização do capital. Exige ao trabalhador a adesão incondicional à nova realidade do mundo do trabalho expressa pelo senso comum empresarial tomado, como aponta o autor, pelas "ideologias do empreendedorismo e da empregabilidade" que exige "atitude proativa, propositiva e concertativa no âmbito da ordem dominante, sem contestá-la com pensamentos complexos" (ALVES, op. cit). Ora, o binômio *empregabilidade e empreendedorismo*, tão intimamente ligados, significa ao trabalhador intensificação do trabalho, adesão à empresa e a seus valores e trabalho gratuito, a tomada de seu tempo de não trabalho pela dedicação às necessidades da empresa apresentadas como necessidades do posto de trabalho ocupado ou almejado. O trabalhador, ameaçado em seu emprego em última instância pelo desemprego estrutural, deve ocupar-se de garantir por seus próprios meios as qualidades da sua força de trabalho, qualidades heterodeterminadas prescritas conforme os fluxos de expansão e contração da produção capitalista em seus diversos seguimentos, e deve prová-las no cotidiano do trabalho com seus comportamentos, também prescritos na forma das competências necessárias ao trabalhador atualizado, que sempre se traduzem ao final das contas em adesão a mais trabalho.

Transmutado pela força da ideologia em empresário de si mesmo, o trabalhador deve procurar, além de sua formação e capacitação para a melhora de seu *produto*, vale dizer de seu trabalho, por meio da qualificação e das competências, realizar seu trabalho ao modo do *intraempreendedor*, organizando, gerindo e assumindo riscos, tornando-se o *empreendedor-trabalhador*. o

empreendedorismo traz para o cotidiano do trabalho a lógica do empresário³³ e a prescreve ao conjunto dos trabalhadores, procurando substituir os laços de cooperação pela concorrência entre eles, entendida e incentivada como força motriz da competitividade intraempresarial e dos avanços e da *evolução* tecnológica e econômica. Trata-se de disseminar entre os trabalhadores que “trabalhar em uma empresa é também investir nela ou, ainda, investir em si mesmo” (LEITE; MELO, 2008) e, assim, reduzir os interesses antagônicos no seio da produção capitalista a um consenso dos interesses individuais, a boa saúde empresarial, forjando a imagem do trabalhador-empresário com a qual cada um pode identificar-se. Com um conjunto de ações e políticas de gestão associadas ao discurso ideológico do empreendedorismo se busca sedimentar a figura do trabalhador-empresário, cujos interesses convergem com os do empresário, e assim ocultar o conflito de interesses entre classes no seio da empresa³⁴.

O trabalho assalariado, o vínculo empregatício, a estabilidade, nesses casos, devem tornar-se indesejáveis ao trabalhador, ou ao menos assim se quer fazer crer, desvinculando a empresa de suas obrigações trabalhistas para com os *colaboradores*, tornados autônomos e precarizados. O desaparecimento do emprego e sua substituição por um trabalho descontínuo, atomizado e autônomo, um novo tipo de trabalho com base na multifuncionalidade, na eficiência e na criatividade, em

³³ Segundo o dicionário Inglês Oxford, *enterprising* (empreendedor) indica “ter ou mostrar iniciativa e desenvoltura” e *entrepreneur* (empresário), usada tanto por Schumpeter, quanto por McClelland em seus escritos que se referem ao empreendedorismo, indica “uma pessoa que organiza e opera um negócio ou negócios, assumindo riscos financeiros acima do normal para realizá-los”. Segundo Leite e Melo (2008) *entrepreneur* tem sido cada vez mais traduzida para o português como *empreendedor*, consolidando a identidade entre *empreendedor-empresário-empreendedor* nos discursos e na literatura acadêmica e não acadêmica.

³⁴ O discurso ideológico do empreendedorismo associa-se às políticas de remuneração variada por cumprimento de metas, à participação nos lucros e resultados (PLR) da empresa e ao oferecimento de ações das próprias empresas aos seus trabalhadores, transformando-os em acionistas, para, dessa maneira, criar a figura do trabalhador-empresário, ao mesmo tempo trabalhador e dono de uma pequena parte da empresa em que trabalha, em última instância empregador de si mesmo.

projetos finitos e por contratos em um mundo da flexibilização do trabalho sem espaços para as licenças, as férias e a aposentadoria têm sido difundidos ao longo dos últimos anos como o *futuro do emprego* (PASTORE, 1994, 1997) ao qual os trabalhadores precisam aderir e adequar-se. Do empreendedor de si mesmo e de seu empreendedorismo, dependerá sua contratação como prestador de serviços e sua remuneração será de acordo com os objetivos alcançados, as metas de produtividade, tão amplamente disseminadas pelo mundo do trabalho, determinadas pela empresa, é claro. Trata-se de uma proposição aterradora, a visão neoliberal do trabalho, “a abolição do trabalho, autoempreendimento generalizado, subsunção de toda pessoa, de toda vida pelo capital” (GORZ, 2005, p. 25), uma subjetividade prescrita com a qual todos devem se haver. Esta é a face do empreendedorismo na reestruturação produtiva em curso, porém não é a única.

O crescimento do desemprego nos anos de 1990 e início dos de 2000 fez também voltar-se o empreendedorismo para os desempregados. Se o discurso ideológico da empregabilidade voltado aos trabalhadores empregados ou ainda aos trabalhadores autônomos e precarizados, como quer Pastore (1994, 1997, 2001), se constituiu como responsabilização e ameaça ao trabalhador empregado e força motriz da adesão ao novo mundo do trabalho, o surgimento dos inempregáveis, por oposição aos empregáveis, traduz-se pela ausência daquelas capacidades inscritas no discurso ideológico da empregabilidade, as quais devem dispor os trabalhadores para alcançar um posto de trabalho ou nele permanecer e, ato contínuo, redundam na incapacidade para obtê-las por conta de suas deficiências individuais – deficiências dos trabalhadores –, que uma vez incapazes de alcançá-las os fará engrossar as fileiras do desemprego estrutural no país. Assim, a ampliação do contingente de trabalhadores desempregados sem perspectivas de retorno ao mundo formal de

trabalho permite a configuração do discurso ideológico da empregabilidade e faz ao mesmo tempo surgir a sua contraface: trabalhadores que levados ao desemprego estrutural pela reestruturação produtiva do capital não retornarão mais ao trabalho formal por conta de sua desqualificação e de suas incompetências – são, assim, inempregáveis. A estes será também apresentado o empreendedorismo como saída para o desemprego e ação de geração de emprego e renda, tanto na formalidade, quanto na informalidade do trabalho.

É na década de 1990 que no Brasil o empreendedorismo adquire expressão política e chega ao grande público por meio da imprensa empresarial como forma de combate ao desemprego e à precarização das relações de trabalho e ganha destaque a principal agência privada que irá se incumbir de apoiar o empreendedor no país, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), agência criada em 1972 que assume a “missão clara e focada no desenvolvimento do Brasil através da geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo” (SEBRAE, 2011). Irá o Sebrae assumir a responsabilidade de conduzir ações pelo país de disseminação e apoio às iniciativas empreendedoras³⁵, procurando até mesmo organizar as atividades de grupos de artesãos espalhados pelo quatro cantos do território nacional, sob os preceitos do empreendedorismo e suas prescrições técnicas e metodológicas, pautadas menos pelo conhecimento científico do que pela ideologia. Deste período até os dias de hoje é que houve um crescimento significativo da produção acadêmica – e não acadêmica – sobre o empreendedorismo no país, conforme Nassif et al (2010), que ao se debruçarem

³⁵ O Sebrae realiza ao lado do IBQP (Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade) desde 2000 as pesquisas sobre o nível de atividade empreendedora no Brasil vinculada ao GEM (Global Entrepreneurship Monitor), fundado em 1999 pelo London Business School e pelo Babson College, que mede o nível de atividade empreendedora pelo mundo, e também se responsabiliza pela “disseminação dos resultados e articulação com outras organizações nacionais, valorizando o perfil empreendedor do cidadão brasileiro” (MACHADO et al., 2009)

sobre a produção na área nos anos de 2000 encontraram cadastrados no CNPq em 2009 um total de 50 grupos de pesquisas dedicados ao empreendedorismo no país³⁶, acompanhando o crescimento das iniciativas classificadas como empreendedoras, de maneira que procurará dar embasamento e algum contorno científico ao fenômeno, sem, no entanto, que se tenha alcançado algum consenso do que seja o empreendedor e o empreendedorismo, sem que se tenha constituído um arcabouço teórico consistente (NASSIF et al, op. cit.) a partir do qual se poderia constituir modelos de empreendedores e de empreendedorismos. Se de um lado, a literatura sobre o empreendedorismo procura encontrar para o termo conteúdo científico, de outro as publicações não acadêmicas tratam de disseminar a ideologia do empreendedorismo como instrumento de combate ao desemprego, buscando a adesão dos trabalhadores³⁷ desempregados.

No entanto, é este conceito de contornos mal definidos, apropriado pelos meios de comunicação e popularizado, que irá dirigir os discursos e as políticas voltadas para as iniciativas dos trabalhadores desempregados em uma conjuntura marcada pela precarização e a diminuição das relações formais de trabalho e a ampliação dos trabalhadores na informalidade, pelo elevado nível de desemprego e pela existência de um contingente de trabalhadores considerados definitivamente fora do *mercado de trabalho*, em que a iniciativa própria do trabalhador para

³⁶ “O Empreendedorismo no Brasil, como área de pesquisa, é recente. O primeiro Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Egepe) foi realizado em 2000. Como subárea do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad), apenas em 2003” (NASSIF et al, 2010, p. 177).

³⁷ Dias e Wetzel (2010) apontam que entre 1990 e 1996 a revista Exame, uma das mais importantes publicações da Editora Abril, manteve uma coluna quinzenal dedicada ao empreendedorismo, o que significa um número superior a 180 artigos no período apenas em uma das revistas de grande circulação do país. Ao analisarem parcela significativa destes artigos, concluem que “os instrumentos discursivos da revista estão pautados em geral, na afirmação da individualização e do mérito e de propostas concretas de formas de ser, ver e agir [...] As propostas e procedimentos particulares parecem servir como canalizadores de um conjunto de ideias capazes de consolidar certa visão de mundo, cujo alicerce encontra-se numa lógica gerencial e empresarial a ser apreendida por todos os indivíduos” (p. 116).

encontrar algum rendimento ganha novos contornos atribuídos a ela pelos discursos oficiais: o bico, a pequena atividade esporádica, o trabalho como camelô, e tantas outras formas de subsistência dos desempregados e subempregados, ganham contornos de iniciativa empreendedora, o que eram antes atividades degradantes, desclassificadas, tornam-se formas privilegiadas de inserção econômica (DIAS; WETZEL, 2010). Há, no entanto, aponta Ricca (2004, p. 71), a necessidade de realizar políticas que transformem essas iniciativas de sobrevivência, chamadas de empreendedorismo por necessidade, em oportunidades de negócio, que retirem os trabalhadores desempregados do desalento e da falta de motivação.

Ao lado da negatividade atribuída a essas iniciativas dos trabalhadores, apontadas muitas vezes como na ilegalidade, aparece uma positividade nunca dantes associada a elas: ao mesmo tempo, os desqualificados e inempregáveis, que vão para o trabalho informal ou ilegal são aqueles que possuem iniciativa, criatividade, são comunicativos, incansáveis, persistentes e corajosos, entre tantas outras características – ou qualificações sociais – que compõem um perfil de empreendedor. Curiosamente, o empreendedor que sempre foi associado à figura genérica do empresário e do pequeno-empresário, que pela livre-iniciativa e por meios próprios, articulando as oportunidades ao seu redor, alcançava o sucesso, resultado de sua força individual e de suas qualidades pessoais e sociais – ao menos assim era miticamente apresentado –, agora passava a ser associado também ao inempregável, o trabalhador excedente da nova economia, o desempregado estrutural, de baixa ou nenhuma qualificação, enfim, criou-se com um truque de prestidigitação uma equivalência entre o chamado lumpesinato e o empresariado, grande, pequeno ou médio, entre aquele que foi destituído dos meios de produzir a sua sobrevivência, e a faz de maneira precária, cuja força de trabalho

está dispensada pelo capital, e aquele que detém em, algum nível, capital e meios de produção, ou ao menos a possibilidade de acessá-los e articulá-los, e se utiliza da força de trabalho assalariada para viabilizar sua existência e reproduzir e apropriar-se do capital – alcançava-se por espécie de alquimia a transmutação do metal em ouro, do lumpemproletário em empresário, em empreendedor de si mesmo. Porém, não nos iludamos: trata-se aqui também de transferir ao trabalhador a responsabilidade pela sua sobrevivência e sua inserção econômica, tornando-o responsável por seu sucesso, inúmeras vezes improvável, e por seu fracasso, o que de resto se equipara ao discurso ideológico da qualificação, que responsabiliza os trabalhadores pela sua condição de desempregado ao imputar a ele a responsabilidade pela falta das novas habilidades necessárias ao trabalho e às novas tarefas demandadas pela *nova economia* e, assim, explicam socialmente o desemprego crescente e as dificuldades de se encontrar um posto de trabalho, deslocando do plano econômico, das relações materiais, para os campos educativo individual, das qualidades pessoais, do conhecimento, para o mundo das ideias as determinações do desemprego. Tal se dá com o discurso do empreendedorismo, como bem indicam Dias e Wetzel (2010): ideologia que prescreve o empreendedorismo “como comportamento ou atitude particular que deve alcançar outras esferas sociais [...] (e esta pode ser uma obrigação moral) não apenas na esfera econômica, mas em sua vida como um todo” (p. 103), incidindo não apenas nos trabalhadores desempregados, mas chegando como modelo de comportamento também aos trabalhadores empregados. É o trabalho por conta própria o novo modelo, em que o empreendedor deve gerar seus próprios recursos e contribuir para a sociedade de maneira individual (RICCA, 2004, p.73), a resposta civilizatória para a escassez crescente de empregos: “Além de nos aventurar para empreender tanto

na condição de empregados como na de empregadores, procedendo assim a uma enorme mudança cultural” (RICCA, 2004, p. 75), que aponta para a necessária formação dos jovens para o empreendedorismo e não mais para o emprego – com a inclusão no currículo escolar da disciplina para que se desenvolvam as atitudes empreendedoras.

Mas o empreendedorismo, que ganhou expressão nos anos de 1990 durante o período das taxas de desemprego galopantes, avançou também para o período seguinte, entre os anos 2003 e 2010, em que houve elevação da atividade econômica no país e a redução do desemprego com a ampliação da oferta de postos de trabalho no país. Com políticas do Governo Federal voltadas para a área, tais como a criação da figura do microempreendedor individual (MEI) no Código Civil de 2003, a ampliação do crédito popular e a criação de um Portal do Empreendedor em 2010 voltado para apoiar e facilitar a obtenção do registro necessário às suas atividades, associadas às melhorias econômicas vividas neste período, a atividade empreendedora se ampliou, com o país chegando a um total de 1 milhão de microempreendedores individuais (MEI) no ano de 2011 (Portal IG, 2011)³⁸. O empreendedorismo e a empregabilidade aparecem, pois, como portadoras da nova mensagem à classe que vive do trabalho: diante de um mundo do trabalho em constante transformação, a *desordem do trabalho*, apenas com a adesão à nova ordem é possível se safar do desalento do desemprego, do risco de ser *jogado para fora*. Como prescrição, apontam aos trabalhadores empregados e desempregados como devem agir e pensar diante da *nova economia*.

³⁸

Disponível em:
<http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/funileiro+cabeleireira+e+jardineiro+dao+nota+e+ganham+credito/n1300021742816.html>. Acesso em: 04 abr. 2011

III- Qualificação: políticas de combate ao desemprego e responsabilização do trabalhador

Durante os anos de 1990, a qualificação ganhou destaque nos meios de comunicação e nos pronunciamentos governamentais. Tornou-se objeto de atenção dos mais diversos setores da sociedade brasileira, que se puseram a discuti-la em distintos espaços públicos. A revolução tecnológica recém-chegada ao país, cujos impactos foram rápida e violentamente sentidos na indústria, e as crescentes taxas de desemprego advindas da política econômica adotada no país pelos governos neoliberais criaram as condições para que se diagnosticasse como reduzida a qualificação dos trabalhadores no país. As mudanças na base produtiva com a introdução da microeletrônica deslocaram os trabalhadores no que diz respeito às suas qualificações técnicas, em curto prazo de tempo, passando-os de trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos e habilidades técnicas adequavam-se aos padrões exigidos pela *antiga* tecnologia, para trabalhadores desqualificados, sem os conhecimentos técnicos necessários para a operação das novas tecnologias em implementação. Níveis de escolaridade mais elevados passaram também a ser exigidos aos trabalhadores para que pudessem enfrentar esta nova realidade do trabalho. Em pouco tempo o país descobria que seus trabalhadores possuíam qualificação e escolaridade insuficientes e que esta situação era responsável entre outras coisas pela dificuldade de inserção e reinserção dos desempregados no *mercado de trabalho*: a substituição do trabalho humano pela mecatrônica (os robôs)

havia eliminado grande parte dos postos de trabalho na indústria, transformado as vagas remanescentes e criado novas vagas que exigiam novas habilidades aos trabalhadores, de um lado, novos conhecimentos técnicos, de outro, maior nível escolar, além das chamadas competências, as habilidades relacionais humanas úteis ao trabalho e ao capital. Este foi o diagnóstico socioeconômico apresentado ao qual a ideologia da qualificação estava intimamente ligada

Se o empreendedorismo se dirigia (e se dirige ainda), por um lado, aos desempregados e subempregados, aos trabalhadores informalizados e precarizados, como forma de responsabilizá-los individualmente pela geração de sua própria renda e, por outro, aos trabalhadores empregados, de maneira a criar uma identidade entre eles e a empresa e, assim, alcançar maior adesão ao trabalho, sempre mediante a ameaça de desemprego, tal como discutimos brevemente até aqui, a ideologia da qualificação desde o início dos anos de 1990 foi utilizada para explicar socialmente o desemprego crescente no país produzido pela reestruturação do capital em curso. Com taxas de desemprego elevadas, o país enfrentou uma oferta de força de trabalho muito acima da capacidade de sua economia submetida ao neoliberalismo no período. O crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) superava a expansão da economia (POCHMANN, 1999, 2001) e os trabalhadores permaneciam por longo período desempregados, em busca de um posto de trabalho que se tornara disputado. As exigências do que se passou a chamar de qualificações profissionais passaram a ser cada vez mais variadas e elevadas: experiência anterior, formação técnica certificada, competências variadas, níveis mais elevados de escolaridade, em geral localizados entre o ensino médio completo e o nível superior completo, atributos exigidos aos trabalhadores para alcançarem um posto de trabalho, tornaram-se a tônica nos mais variados postos de

recrutamento de trabalhadores (COSTA, 2005) e foram alardeados pelos quatro cantos do país pelos meios de comunicação de massa como fragilidades da força de trabalho brasileira, que impedia ao trabalhador que encontrasse seu emprego dentre as vagas de trabalho existentes. Rapidamente a necessidade de qualificação dos trabalhadores se espalhou pelos distintos setores sociais e tornou-se uma das principais preocupações governamentais e do conjunto da sociedade, desde empresários, trabalhadores e acadêmicos, passando por empresas, sindicatos e as mais variadas organizações sociais, encontrando nos meios de comunicação de massa se grande veículo de expressão e repercussão. Vagas existiam, o que faltava eram trabalhadores qualificados para as ocuparem, este o bordão repetido à exaustão na grande mídia ao longo da década.

Diante das altas taxas de desemprego e do discurso da baixa qualificação dos trabalhadores no país, aceito quase que unanimemente, surgem, pois, as políticas de qualificação e de ampliação da escolaridade desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e seu equivalente Estadual (Plano Estadual de Qualificação do Trabalhador – PEQ), cujo objetivo era o de oferecer educação profissional, de maneira a qualificar ou requalificar anualmente no período entre 1995 e 1998 ao menos 20% da PEA e, assim, contribuir para reduzir o desemprego e o subemprego, combater a pobreza e a desigualdade social, além de elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo (BRASIL - MTE, 2000), para isso empenhando vultosos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e mobilizando uma grande força-tarefa de organizações sociais para a sua implementação (BRASIL - MTE, 2000). Segundo Cêa (2006):

Entre 1995 e 2002, o Plano subtraiu ao FAT cerca de 2,7 bilhões de reais para o desenvolvimento de ações de qualificação profissional que atingiram algo em torno de 20,7 milhões de trabalhadores, tarefa que envolveu mais de 2 mil entidades, sendo a grande e expressiva maioria delas do setor privado, incluindo os segmentos empresarial, sindical e comunitário (PLANFOR, 1997, 1999a, 1999b, 2000b; MTE, 2001/2002) [...] no biênio 1997/1998, por exemplo, o setor privado abarcou 75% dos recursos e qualificou 70% dos trabalhadores atingidos pelo Planfor (PLANFOR, 1997).

Partia do diagnóstico de que o emprego formal, assalariado e industrial encontrava-se em declínio nos 20 anos precedentes, o Planfor apontava para a “expansão de oportunidades de trabalho no chamado setor ‘informal’, que inclui trabalho autônomo, associativo, microempreendimentos urbanos e rurais, [...] pouco explorado em suas novas características” (MTE, 2001³⁹ apud PEIXOTO, 2008, p. 115). Voltou-se para a qualificação das “populações vulneráveis, em desvantagem ou em risco social” (BRASIL – MTE/MEC, 1999), focado em cursos de curta duração que visavam a ampliação da *empregabilidade* dos trabalhadores desempregados por meio do desenvolvimento de competências e habilidades (CÊA, 2006, p. 230) e, ainda, conforme a autora, foi determinado pelas “necessidades de regulação social da relação entre capital e trabalho, num delicado momento de redefinição e aprimoramento da hegemonia econômica e política do capitalismo” (CÊA, op cit, p. 233). Em um quadro de desindustrialização e ampliação do desemprego estrutural no país, de precarização da força de trabalho e de redução da intervenção reguladora do Estado na economia, principal proposição neoliberal quanto à redução do Estado, a “qualificação, por meio do PLANFOR, aparece como uma política

³⁹

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Guia do PLANFOR 2001.

compensatória da restrição do Estado estrito senso frente à promoção e potencialização de formas e oportunidades de trabalho” (CÊA, op. Cit p. 11).

Tratava-se, pois, de qualificar a força de trabalho no país para enfrentar as novas exigências do mundo do trabalho resultantes das transformações tecnológicas e da competitividade dos mercados mundiais, desqualificação que, por um lado, incapacitava o trabalhador para ocupar os postos de trabalho disponíveis e assim reduzir as taxas de desemprego, e, por outro lado, impedia a melhora da inserção competitiva das empresas estabelecidas em território nacional no mercado mundializado, além de inviabilizar o estabelecimento de novos investimentos produtivos no país com a consequente ampliação da oferta de postos de trabalho – circunstâncias que, se alcançadas, resultariam em uma redução do nível de desemprego no país, mas que encontravam na baixa qualificação dos trabalhadores o seu maior impedimento. A qualificação era ao mesmo tempo causa do desemprego e solução para o desemprego, dinamizadora da economia pelo aumento da competitividade e da geração de emprego e impeditivo para a oferta de postos de trabalho mediante a ampliação dos investimentos produtivos no país pela atração de capitais internacionais produtivos – era, por assim dizer, o nó górdio da geração de empregos nos anos de 1990. Ao menos assim se mostrava a problemática da qualificação aos mais diferentes setores sociais, os quais aderiram ao esforço pela qualificação dos trabalhadores realizado em larga escala.

Os anos da década de 2000 viriam a assistir mudanças significativas na economia brasileira e mundial. As profundas crises econômicas e financeiras a que se viram arremessados os países sul-americanos sob a governança do Consenso de Washington resultaram em inúmeros processos de luta social e na eleição de governos alinhados com a recuperação do Estado e a reconstrução das economias

nacionais, combatidas pela adoção do receituário neoliberal⁴⁰. Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Equador e Brasil viram chegar aos seus respectivos governos alianças políticas que se opunham, com matizes distintos, às teses neoliberais e viriam a se alinhar com a Venezuela na proposição de integração regional, criando um marco continental mais favorável para as políticas de integração tanto econômicas, quanto políticas. A eleição para o Governo Federal, no Brasil, de uma aliança de caráter trabalhista no ano de 2002, com Lula à sua frente, pôs em movimento mudanças que puderam ser sentidas ao longo da década, com a alteração da política econômica no país, um desembarque gradual do receituário neoliberal e sua substituição em grande medida pela matriz desenvolvimentista, particularmente em seu segundo mandato.

Ao longo dos oito anos de seu governo, a política de recuperação da economia alcançou reduzir significativamente o nível de desemprego, baixando a taxa para 5,3% em dezembro de 2010, o menor índice da série histórica iniciada em março de 2002, que contava com o taxa de 12,9%⁴¹, com a criação de 15,04 milhões de empregos com carteira assinada no período⁴². Esta ampliação da ocupação da força de trabalho com o aquecimento da economia não encontrou maiores impedimentos na qualificação dos trabalhadores. Porém, o diagnóstico sobre a falta ou a baixa qualificação dos trabalhadores que emergiu com grande força nos anos de 1990 e que foram objeto das políticas de qualificação adotadas à época pelo Estado Brasileiro avançou pela década de 2000 adentro.

⁴⁰ As crises brasileiras de 1999 e 2002, o colapso da economia Argentina em 2001, as crises bolivianas de 2000 até 2005 são alguns exemplos das crises que se abateram sobre o continente.

⁴¹ IBGE (2011), disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoe rendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm. Acesso em: 08 abr. 2011.

⁴² CAGED-TEM (2011), disponível em: http://www.mte.gov.br/delegacias/pr/pr_serv_caged.asp. Acesso em 08 abr. 2011.

O Planfor, com a chegada do novo Governo, foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), formulado em 2003, que continuou a mobilizar um grande contingente de organizações sociais em parcerias com os Estados e Municípios e grandes investimentos de recursos do FAT, em moldes semelhantes ao que vinha ocorrendo (PEIXOTO, 2008). Mesmo com mudanças importantes na formulação do novo plano, que procuraram ampliar seu alcance e articulação com as políticas de emprego, discutidas por Peixoto (2008), o PNQ permaneceu voltado para os segmentos considerados vulneráveis, para o atendimento aos segmentos da população desempregada e o incentivo às estratégias alternativas de geração de renda e manteve-se nos mesmos marcos do ideário neoliberal do Planfor de capacitação para o mercado de trabalho “visando a formação para o desempenho do trabalho subalterno no processo de produção” (PEIXOTO, 2008). Mesmo em se tratando de um novo governo de caráter trabalhista a perspectiva da qualificação dos desempregados como instrumento de combate ao desemprego permaneceu no centro do novo programa – o sindicalismo, base de sustentação do novo governo e de onde vieram os mais importantes quadros políticos e técnicos para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já vinha atuando como um dos principais parceiros na implementação dos programas de formação do Planfor, e se encontrava a tempos, aderido à ideologia da qualificação, fosse por conta da aceitação da visão da classe dominante e seus interesses na capacitação dos trabalhadores, fosse pelos recursos expressivos do FAT destinados à qualificação ou ambas as coisas⁴³ -

⁴³ Vale apontar a observação realizada por Theodoro, citado por Peixoto (2002): “A CUT recebe recursos para desenvolver seus programas de formação” profissional, os órgãos do Sistema S recebem recursos; a Força Sindical montou um Centro de Solidariedade ao Trabalhador de São Paulo – com recursos provenientes do FAT. Todos eles, todas as entidades ali representadas passaram a receber recursos. Ao mesmo tempo que tinham um poder deliberativo e fiscalizador – das políticas em curso – essas entidades passaram a ser também clientes [...] Eu acho que isso acabou gerando uma situação de conflito de interesses porque você ao mesmo tempo é dirigente e

desde o Planfor, as Centrais Sindicais do país participaram intensamente da implementação de políticas de emprego, seja assumindo ações de qualificação profissionais, seja assumindo a oferta de um sistema de intermediação de empregos e cadastramento de para o seguro desemprego (CÊA, 2004) – por meio do Centro de Solidariedade do Trabalhador (da FS), da Agência Integrada de Apoio ao Trabalhador (da CGT), do Centro de Apoio ao Trabalhador (da SDS) e Central de Trabalho e Renda (da CUT), ao que a autora chama de privatização do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Assim como no Planfor, o PNQ assumiu a noção de que a qualificação é um direito do trabalhador (PEIXOTO, 2008), cujas políticas devem garantir a “universalização do direito dos trabalhadores à qualificação” (CODEFAT, 2007⁴⁴ apud PEIXOTO, 2008, p. 96). Permaneceu o consenso forjado ainda no período do Planfor quanto à necessidade de qualificar profissionalmente os trabalhadores como política nacional de desenvolvimento.

Para além do PNQ, ao longo dos últimos anos, em que pese as mudanças ocorridas no quadro do emprego no país, com a diminuição das altas taxas de desemprego da década de 1990 e a ampliação da oferta de emprego formal nos anos 2000 já apontada, as falas sobre a pouca qualificação dos trabalhadores não sofreram mudança significativa. Imprensa, acadêmicos, trabalhadores e seus representantes, empresariado, representantes governamentais, entre outros permaneceram apontando para a qualificação dos trabalhadores como um problema

dirigido, financiador e financiado.” (THEODORO, Mário. Participação social em políticas públicas: os conselhos federais de política social – o caso CODEFAT. Brasília: IPEA, dez. 2002, p. 22)

⁴⁴ CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (BRASIL).(2007) - Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003. Institui o PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do FAT ao plano, implementado sob gestão do DEQ/SPPE/MTE, por meio de Planos Territoriais de Qualificação, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais e de Projetos Especiais de Qualificação de caráter nacional ou regional com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Presidente: Francisco Canindé Pegado. Disponível em: <www.mte.gov.br/codefat>. Acesso em: 8 març. 2011.

crítico no país. Se durante os anos de desemprego elevado a qualificação era apontada como a principal dificuldade encontrada pelo trabalhador para alcançar um posto de trabalho, em anos recentes, com o declínio do desemprego, a qualificação passou a ser uma dificuldade com a qual tem que se haver o empregador no país: a falta de trabalhadores qualificados para ocupar os postos de trabalho que têm sido criados pela expansão econômica vivida no último período, escassez que tem sido uma preocupação empresarial constante – e não apenas no país. Em pesquisa de opinião realizada no ano de 2010 com empresários de 36 países⁴⁵ os resultados apontam que em média 31% deles afirmam que encontram dificuldades para achar trabalhadores qualificados, enquanto que no Brasil esta taxa mais que dobra e atinge 64% do empresariado. Chama a atenção o fato de que não se trata de pesquisa sobre a qualificação dos trabalhadores, senão de pesquisa sobre o que pensam os empresários sobre a qualificação/desqualificação dos trabalhadores nos seus respectivos países, que se caracteriza pela reprodução de um discurso amplamente disseminado na sociedade capitalista mundial e na brasileira, mais especificamente: o da falta de força de trabalho qualificada, em particular pela baixa escolaridade dos trabalhadores, transmutada em qualificação pela ideologia da qualificação. Cantilena espalhada aos quatro ventos, a falta de qualificação aparece tanto em um quadro de desemprego, como foi o da década de 1990 e início dos anos 2000, quanto em um quadro de geração de postos de trabalho, como o período de meados dos anos 2000 até o momento atual, de crescimento significativo da oferta de emprego, tomando a aparência de fato real e verdade inquestionável.

⁴⁵ Pesquisa realizada pela consultoria internacional de recursos humanos Manpower junto a mais 35 mil empregadores em 36 países e publicada em maio de 2010 (Portal IG, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/bbc/falta+de+mao+de+obra+deixa+vagas+em+aberto+no+pais/n1237630655011.html>. Acesso em: 21 mai. 2010).

A qualificação constituída em ideologia passa a responsabilizar o próprio trabalhador desempregado pelo seu desemprego, deslocando do âmbito econômico para o educacional e deste para o indivíduo a explicação sobre o desemprego: em última instância, é o trabalhador o responsável pela sua baixa ou nenhuma qualificação e pela superação deste estado por meio da aquisição dos atributos que o tornem um qualificado e, conseqüentemente, um empregável. Desloca para o âmbito individual a sua determinação econômica, ocultando aquilo que o discurso sobre a qualificação aparenta querer revelar ao conjunto da sociedade: aponta as transformações tecnológicas e de gestão em curso como responsáveis pelas mudanças que levaram ao desemprego, mas oculta que elas respondem, antes, à reestruturação do capital impulsionada pelas políticas neoliberais (ALVES, 1999), como instrumentos de intensificação do trabalho e recuperação da rentabilidade, respondendo aos interesses da classe social detentora dos meios de produção e do capital. Em hipótese alguma se tratava de evolução da base técnica e tecnológica, melhoria ou progresso na produção que visasse à ampliação da qualidade das mercadorias e da competitividade das empresas estabelecidas no território nacional, como se tenta fazer crer – e o desemprego um inconveniente e indesejado resultado deste ciclo virtuoso –, senão de modificações na base produtiva cujos objetivos são a ampliação da extração de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa, como a própria adoção gradual e seletiva, no país, das novas tecnologias e dos paradigmas de gestão baseados no toyotismo e sua mescla com o fordismo-taylorismo (ANTUNES, 2006) nos mais diversos setores, segundo os interesses do capital, viria a demonstrar. *Evolução e progresso*, expressões tão caras à ideologia, que por meio delas procura dar a ideia de continuidade entre o presente, o passado e o futuro, o primeiro como desdobramento necessário do segundo a caminho daquilo que

inexoravelmente virá, estabelecida, pois, a continuidade entre eles (CHAUI, 1980) – assim o faz ao representar a história como progresso humano. É aqui que a qualificação mostra sua força ideológica ao produzir desde os interesses de uma classe em particular uma visão universalizada com a qual o conjunto da sociedade brasileira pode identificar-se: a necessidade da qualificação dos trabalhadores se constituiu como uma espécie de “consenso social [...] em torno da importância do resgate da qualificação como condição para o desenvolvimento nacional” (LEITE, 1995⁴⁶ apud CÊA, 2006) e para o combate ao desemprego.

A ideologia da qualificação se volta também para o campo da educação, tanto formal, quanto profissional, atribuindo às políticas de formação e capacitação dos trabalhadores a tarefa de superar o desemprego, já individualizado, por meio da melhora de suas qualidades e atributos profissionais, ao mesmo tempo em que estabelece como paradigma para a educação o trabalho subsumido ao capital, a chamada educação voltada para o trabalho, mais especificamente para o emprego, para as chamadas necessidades do mercado de trabalho – a oferta de cursos deve seguir as demandas do mercado e acompanhar seu desenvolvimento, formar os trabalhadores para ingressarem no mercado de trabalho. À educação formal passa a ser exigido o desenvolvimento das habilidades e atitudes, as competências demandadas pelo mercado, necessárias à ampliação da empregabilidade, enquanto que à educação profissional exige-se que atenda às demandas imediatas do mercado de trabalho, conforme os ciclos de expansão e retração dos diferentes ramos da atividade econômica – e com isso surgiram os modismos que tanto levaram à criação de cursos para atender essa demanda sazonal, como a uma enxurrada de estudantes candidatando-se para o que foi chamado de *profissões do*

⁴⁶ LEITE, Elenice M. Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação. Em aberto: Educação, trabalho e desenvolvimento. Brasília : INEP/MEC, 1995. Ano 15, n. 65, p. 5-17.

futuro em referência às áreas que estariam em alta no que diz respeito à contratação de trabalhadores e que prometiam *um bom futuro profissional*, com uma boa remuneração (figuram ao longo da década de 1990 nestes casos, como exemplos, os cursos técnicos e superiores de Turismo, Hotelaria, Comércio Exterior e Informática abertos nas mais diversas instituições de ensino pública e privada). Dirige e justifica a abertura de novas instituições de ensino particularmente privadas ao longo da década de 1990, em função do crescente contingente de trabalhadores empurrados para os bancos escolares pela necessidade de qualificar-se, além da criação de novos cursos de níveis técnico e superior adequados ao novo mercado de trabalho e à *nova economia* baseada no setor de serviços⁴⁷.

Os discursos ideológicos do empreendedorismo (DIAS; WETZEL, 2010) e da empregabilidade (ALVES, 2007) constituem ao lado da ideologia da Qualificação (COSTA, 2005) o trinômio de sustentação ideológica da reestruturação produtiva em curso e cumprem explicar socialmente o desemprego, transferir ao trabalhador individualmente a responsabilidade pela sua inserção/exclusão/permanência no mundo do trabalho e sua sobrevivência econômica, ao mesmo tempo em que justifica a intensificação do trabalho e amplia a adesão à este trabalho intensificado. Se sob o neoliberalismo o empreendedorismo se constitui como uma alternativa para a autogeração de emprego e renda e se propõe como um novo *ethos* ao trabalhador (o trabalhador-empendedor, o trabalhador-empresário, dentro ou fora

⁴⁷ É neste sentido que o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, criado em 1873 com a finalidade de oferecer cursos profissionalizantes, passa em fins dos anos de 1990 e início dos de 2000 por uma importante readequação de sua estrutura pedagógica: deixa de oferecer o Ensino Médio gratuito e substitui em sua grade de cursos técnicos seus tradicionais cursos (Edificações, Mecânica, Eletrônica, Desenho de Construção Civil e Eletrotécnica – encerrados em 2002) por novos cursos adequados à nova economia baseada nos serviços (Produção de Eventos Culturais e Promocionais Multimídia e Gestão de Negócios Culturais). Em 2010, os cursos técnicos oferecidos são: Eletrônica, Edificações, Multimídia e Produção de Eventos Culturais e Promocionais. (Liceu, página eletrônica, disponível em: http://www.liceuescola.com.br/conteudo.asp?numero_materia=26207222614 &id_subitem=429. Acesso em: 01 abr. 2011)

da empresa capitalista) que dispensa as relações formais de trabalho, a *empregabilidade* e a qualificação se constituem como condição *sine qua non* para a sua sobrevivência e inserção no mundo do trabalho, e como força que o põe em movimento constante, a busca da atualização profissional continuada para, dessa maneira, despertá-lo como consumidor dos serviços e produtos de educação.

Este tripé fornece as condições sociais necessárias para o estabelecimento de um consumo de massa de educação e formação transformadas em produtos os mais variados: alcançou desde a década de 1990 mobilizar um contingente massivo de trabalhadores, em particular os jovens, que foram então os mais afetados pelo desemprego – os índices apontavam para 50% da PEA com idade entre 16 e 24 anos desempregada (IBGE, 2011) –, que acorreram aos bancos dos cursos de níveis técnicos e superiores das instituições privadas de ensino, cuja expansão sem precedentes durante a década de 1990, revela esta mercantilização, além, é claro, do contingente de trabalhadores desempregados ou precarizados que se viram tendo que buscar as capacitações oferecidas pela política pública federal de qualificação – que possibilitaram o estabelecimento e a expansão de uma rede de Organizações não Governamentais voltadas para a qualificação e para a formação para a geração de emprego e renda.

Porém, há uma distinção que nos parece importante anotar: se a *empregabilidade* é a qualidade daquele trabalhador que pode ser empregado e o caracteriza como aquele que possui os atributos necessários para alcançar um posto de trabalho, a qualificação, que diz respeito especificamente a esses atributos que o trabalhador deve possuir, é a própria substância da *empregabilidade*. Ambos discursos ideológicos, a qualificação é, no entanto, o lugar de onde emanam os atributos que irão definir se o trabalhador é ou não empregável. As habilidades

técnicas e comportamentais, a escolaridade, as certificações, as competências, os conhecimentos práticos (particularmente aqueles que podem ser certificados) e teóricos compõem o conjunto de atributos a que se refere a ideologia da qualificação – no Brasil, o conceito se alargou e passou a abranger as competências, a escolaridade e a qualificação, que se misturam, são tomadas em conjunto e aparecem socialmente sob o discurso da qualificação: o trabalhador chamado qualificado as possui na medida das exigências do posto de trabalho. À *empregabilidade*, filha caçula da modernização conservadora, no Brasil nascida nos anos de 1990, cumpre o papel de transferir ao trabalhador a responsabilidade pelo seu emprego/desemprego em um quadro de desemprego estrutural produzido pela reestruturação do capital, enquanto que a qualificação historicamente assume o papel central de explicar socialmente o lugar do trabalhador no sistema produtivo capitalista, incluído aqui o desemprego. É, portanto, a qualificação o instrumento de que se serve o capital para definir aos trabalhadores seu lugar na produção, como será aproveitado e como será pago seu trabalho, que cria as hierarquias e as justifica socialmente, que estabelece as estratificações econômicas e sociais distribuídas pelas profissões e ocupações, e que possibilita aos indivíduos pela sua universalização como elemento geral e intrínseco (e natural) ao processo produtivo identificar-se e localizar-se dentro do sistema produtivo e com isso alcança dissimular a dominação e ocultar a divisão da sociedade em classes, processo característico da ideologia conforme propõe Chauí (1980, 1993).

É desde o entendimento de que há uma *Ideologia da Qualificação* disseminada pelo corpo da sociedade brasileira, que penetra nos mais diversos setores sociais e que, de um lado, age responsabilizando os trabalhadores pela sua própria formação e qualificação, pela aquisição dos atributos exigidos pelo capital, e

na sua ausência (da qualificação) responsabilizando-os por seu próprio desemprego, tal como procuramos demonstrar anteriormente (COSTA, 2005), que aparece contemporaneamente de modo mais sofisticado sob a forma da *empregabilidade*, a sua relação com os ciclos de emprego/desemprego como instrumento de justificação e submissão da força de trabalho ao capital, e que, de outro, oferece um sistema de representações ocupacionais e profissionais baseado na *divisão capitalista do trabalho*, como apresentada por Marx em O Capital (1985a), em que o trabalhador pode se localizar, identificar-se e fazer-se representar socialmente, que, não obstante, serve para justificar os baixos salários pagos aos trabalhadores pelo capital, que vai utilizar a qualificação (incluindo a escolaridade e as competências) como critério de remuneração do trabalho, é desde esta perspectiva da qualificação como ideologia que tentaremos relacionar o processo de *divisão capitalista do trabalho* e o processo de desqualificação dele advindo com o surgimento da qualificação no capitalismo e seu estabelecimento como ideologia.

É sobre isto que procura se debruçar este trabalho: a qualificação como resultado da desqualificação do trabalho produzida historicamente pela divisão do trabalho em suas várias modalidades e pela subsunção do trabalho ao capital. Procuramos perseguir no processo de divisão do trabalho fabril a desqualificação do trabalho e sua especialização e a sua transformação em qualificação.

IV- Crescimento econômico e emprego: a qualificação como obstáculo

Os anos 2000 viram modificar-se o quadro de desemprego no país, com queda no número de desempregados a partir das mudanças na condução da política econômica pelo Governo Federal. Os níveis de desemprego segundo o IBGE desceram de 12,9% em março de 2002 para 7,6% em março de 2010⁴⁸, devido ao aumento da atividade econômica do país, puxado pelos investimentos governamentais e privados do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, uma redução de 5,3% na taxa de desemprego do país – tendo atingido em dezembro de 2009 a menor taxa da série desde 2002, com 6,8% de taxa de desemprego no país. A sequência de índices decrescentes aponta neste início dos anos de 2010, segundo a imprensa especializada, que o país caminha para uma situação de pleno emprego⁴⁹, com taxas caminhando para um patamar por volta de 5,0%. Esta diminuição do desemprego com a oferta de trabalho a um

⁴⁸ IBGE (2010, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm. Acessada em 12/05/2010). Se tomado os índice de desemprego levantados pela Fundação Seade/Dieese, que inclui a desocupação oculta por desalento (aqueles que não procuraram emprego nos últimos 30 dias) e o desemprego oculto pelo trabalho precário (quem fez pequenos trabalhos temporários ou bicos, por exemplo), a taxa é bem mais alta - 13,7%.

⁴⁹ Não se trata de uma situação em que todos ou quase a totalidade dos trabalhadores estejam empregados: para a Economia, é chamada de Pleno Emprego a situação em que as taxas de desemprego se situam por volta de 4,0% da força de trabalho, o que significa haver trabalhadores desempregados, segundo os economistas, em função da rotatividade e da troca de um emprego para outro e não pela falta de postos de trabalho. Em entrevista ao jornal Brasil Econômico o economista da FEA-USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), Hélio Zylberstajn, chega a afirmar que o Brasil caminha para atingir o *pleno emprego*, “quando a procura por trabalho é igual ou menor do que a oferta” – afirma na entrevista: “No caso do Brasil, essa situação acontecerá quando a taxa de desemprego for 5,0%, o que pode ocorrer em breve se a economia mantiver o atual ritmo de expansão” (Brasil Econômico, 30/11/2010, págs. 03 e 04).

crescente número de trabalhadores, resultante das políticas governamentais de cunho desenvolvimentista e do aquecimento da economia, no entanto, vem acompanhada de um problema que se apresenta como crônico junto à força de trabalho do país, a saber, a falta de profissionais qualificados, apontada pelos meios de comunicação como elemento que dificulta tanto a diminuição mais rápida do desemprego, quanto a própria expansão econômica, responsável pela elevação do nível de ocupação da força de trabalho. Jornais como o *Valor Econômico*, o *Brasil Econômico*, a *Gazeta do Povo*, a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, para ficar somente com alguns deles, tem apontado recentemente que há um gargalo provocado pela pouca qualificação do trabalhador brasileiro. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em sua página eletrônica reproduz editorial publicado no Jornal Valor Econômico, que aponta uma “preocupação geral no mundo dos negócios sobre as deficiências na formação e na oferta de mão de obra no país” e traz a declaração de Roberto Setubal, presidente do Banco Itaú, para quem “o banco já está encontrando dificuldades para contratar gerentes para trabalhar nas agências que estão sendo abertas” (ABDI, 2010) pela falta de qualificação dos trabalhadores. Na Sondagem Industrial feita no primeiro trimestre de 2010 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) houve uma elevação de 20,3% para 23,7% no percentual de empresários que apontam a falta de mão de obra qualificada como principal problema para a produção (ASPEA, 2010), o que já estaria obrigando algumas empresas a importar trabalhadores ou a treinar elas mesmas seus trabalhadores.

Mudada a conjuntura econômica com o crescimento da economia acompanhado da ampliação da oferta de postos de trabalho e a consequente redução dos índices de desemprego entre 2002 e 2010, retornam as falas sobre a

qualificação como elemento que dificulta o próprio desenvolvimento e que mantém parcela dos trabalhadores desempregados, apesar do aumento da oferta de emprego. A pouca ou nenhuma qualificação, a escolaridade insuficiente frente às novas tecnologias são ainda e novamente os elementos que afligem a força de trabalho no país e impedem a contratação de trabalhadores para os postos de trabalho⁵⁰. Para o professor e economista Naércio Aquino Menezes Filho (FEA-USP)

os principais determinantes do crescimento estão na adoção de novas tecnologias, que geram aumento de produtividade. Para adotá-las, as firmas precisam de trabalhadores mais qualificados. Conclui-se que as firmas americanas, coreanas, de Cingapura, de Taiwan têm muito mais condições de fazer isso do que as brasileiras [...] Dos jovens entre 25 e 29 anos, diz o economista, apenas 55% concluíram o ensino médio, porcentual que os Estados Unidos alcançaram há 60 anos. Em países como a Coreia do Sul – que tinha características semelhantes às do Brasil em meados do século passado – o índice atual chega a 95%. No ensino superior, a discrepância é ainda maior (Gazeta do Povo, 17/01/2010)

No entanto, estaríamos diante de uma nova realidade em que o discurso ideológico da qualificação estaria cedendo lugar para uma fala legítima sobre a própria realidade do mundo do trabalho baseada em fatos concretos, a falta de qualificação do trabalhador no país não mais como uma justificativa para o desemprego, mas de fato um quadro concreto trazido à tona pela ampliação da oferta de trabalho? Vale dizer, com o crescimento econômico acompanhado da expansão expressiva do emprego em curso teríamos chegado de fato a um gargalo

⁵⁰ Entrevista do professor e economista Naércio Aquino Menezes Filho (FEA-USP), (Gazeta do Povo, 17/01/2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=964231&tit=Sem-mao-de-obra-para-crescer>. Acessado em 12/01/2010).

provocado pela escassez de trabalhadores qualificados: uma vez contratados aqueles que possuíam as qualificações necessárias aos postos de trabalho criados no último período estaríamos chegando à situação em que restam desempregados apenas aqueles que não possuem qualificações mínimas e escolaridade necessária? Parece-nos que de fato permanece

[...] no conjunto das explicações um deslocamento que vai das relações de produção, sem que se apague totalmente sua responsabilidade, em direção ao indivíduo, que passa a ser o responsável principal pela sua contratação no mercado de trabalho, numa perversa inversão das relações [...] (Costa, 2005, pág. 111).

A qualificação como elemento central nas falas que explicam o desemprego do trabalhador brasileiro volta à baila, agora também apontada como freio à expansão econômica. Como discurso ideológico, tal como tem se apresentado nas últimas décadas, permanece como elemento importante para a compreensão do processo de exploração da força de trabalho e de sua submissão ao capital, da constituição de um exército de trabalhadores de reserva e do controle dos custos do trabalho: resultado da divisão capitalista do trabalho, a qualificação como especialização resultante do trabalho parcelado tornou-se um dos critérios de remuneração do trabalho, e índice desta mesma divisão do trabalho, que rebaixando o valor pago ao trabalhador pelo rebaixamento dos conhecimentos necessário, do saber-fazer necessário à produção da mercadoria, possibilita um incremento na acumulação do capital – “em outras palavras, este importantíssimo princípio significa que dividir os ofícios barateia suas partes individuais, numa sociedade baseada na compra e venda da força de trabalho” (Braverman, 1977, pág. 77). Tomada novamente a qualificação como um conjunto de atributos que faltam aos

trabalhadores – especialização, qualificação, competências, nível de escolaridade e experiência, como pudemos apontar em outro momento (Costa, 2005) e vimos apontando aqui – configura-se como rebaixamento e desclassificação do trabalhador, que diretamente associada ao desemprego permite a intensificação da exploração do trabalho daqueles que se encontram empregados: em que pese a ampliação da oferta de emprego ocorrida nos últimos anos permanece a ameaça do desemprego e do receio à desqualificação que daí pode advir – uma vez fora do *mercado de trabalho* a qualificação possuída pode não ser suficiente para alcançar um novo posto de trabalho ou evitar um rebaixamento salarial com a consequente mudança de função ou ocupação.

Aqui, o Desemprego cumpre funcionar como ameaça ao trabalhador empregado para que se submeta ao que lhe for exigido: trabalho intensificado, aumento da produtividade, horas-extras, colaboração com os esforços do capital na direção da sua multiplicação, submissão. Porém, resulta em ameaça apenas, não apresenta de antemão ao trabalhador o modo como ele deve pensar, agir, conhecer, sentir, submete-o pela ameaça do fracasso. À ideologia da qualificação, que está associada ao desemprego, cumpre fornecer os esquemas práticos de ação dentro dos quais, e por meio deles, os trabalhadores poderão agir, por uma interpretação da realidade que legitima e valida a ordem social existente para todos (Martin-Baró, 1990). Possui o papel de normatizar o trabalhador constituindo-se em um “corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir” (Chauí, 1993, pág. 4), é tomada como uma determinante do processo histórico – em nosso caso o desemprego – enquanto que é na verdade, determinada por ele (idem, 1990). Desta forma, é necessário retornar neste trabalho ao caráter ideológico das afirmações que apontam para a baixa qualificação, entendida como

um conjunto de atributos do trabalhador, como explicação para o desemprego e responsável pela dificuldade de contratação da força de trabalho no país. Retomar Antunes (2004), quando afirma que há no mundo do trabalho uma *processualidade contraditória* marcada pela existência ao mesmo tempo de uma parcela de trabalhadores altamente qualificados, com emprego formal relativamente estável, com direitos trabalhistas claramente definidos e uma parcela cada vez maior de trabalhadores em trabalhos temporários, terceirizados, parciais, informais, subcontratados, precarizados e instáveis. Mesmo em situação de crescimento do emprego, esta lógica não parece ter se alterado significativamente,

SEGUNDA PARTE

I- Ideologia da Qualificação

O discurso ideológico da qualificação aparece no início desta década de 2010 como responsabilização do trabalhador desempregado pelo seu desemprego, porém com uma sutil variação. Se durante os anos de desemprego crescente, à taxas oficiais de 12,9% da força de trabalho desocupada em março de 2002, a qualificação dos trabalhadores era apontada como ponto frágil no mercado de trabalho, em 2010 com a expansão do emprego à níveis elevados e, por consequência a redução dessas taxas à patamares muito mais baixos, ao nível de 5,3% da força de trabalho desocupada em dezembro de 2010, o mais baixo índice desde 2002, a qualificação permaneceu nos discursos oficiais e midiáticos o ponto frágil do mercado de trabalho. A economia em expansão, com ampliação da oferta de trabalho e diminuição do desemprego, o trabalhador aparece como o elemento frágil deste círculo virtuoso, a qualificação como gargalo do crescimento econômico. Na relação capital-trabalho cabe ao polo do capital a virtuosidade: a geração de riqueza e de emprego, a produção do crescimento e do desenvolvimento; ao polo do trabalho recaem as deformações: a preguiça, a violência, a incompetência, a desqualificação. Ora, as imagens sociais produzidas sobre o trabalhador brasileiro não são outra coisa que representações da classe dominante produzidas como universais que generalizam seus interesses ao conjunto da sociedade.

Não à toa, a qualidade dos postos de trabalho oferecidos em ambos os casos não aparecia e não aparece publicamente, não são comentados ou

questionados nestes mesmos círculos – há, no entanto, inumeráveis estudos críticos que apontam claramente para a precariedade das vagas oferecidas aos trabalhadores⁵¹, como particularmente é o caso dos postos de trabalho gerados na área de telemarketing (NOGUEIRA, 2010, WOLF e CAVALVANTE, 2006), mas que não aparecem e não são levados em conta pelo discurso oficial e midiático. Ora, as análises sobre o circuito emprego/desemprego tornadas públicas não levam em conta a crítica do emprego, tomam este polo do chamado mercado de trabalho como não problemático. Os postos de trabalho, as vagas disponibilizadas aos trabalhadores ávidos por emprego, geradas pelo capital, têm a sua qualidade inquestionável. Ao contrário, a precarização do trabalho, exemplarmente representada pelo fenómeno da terceirização, aparece como positividade, processo modernizante das relações de contratação da força de trabalho. Se vêm à tona situações de exploração do trabalho que causem alguma comoção, elas são logo apontadas como casos isolados, que não representam o conjunto dos empregos capitalistas – o caso do corte de cana nas Usinas Sucroalcooleiras⁵² que se utilizam do trabalho infantil e, em algumas situações, do trabalho considerado análogo ao escravo, quando divulgados tomam o carácter de exceção, ferem a ética e causam indignação, mas ética e indignação apenas quando são tornados públicos; não é diferente com o fenómeno do suicídio no trabalho⁵³, que se intensificou em anos recentes no Brasil, na Europa, China e EUA. Ambos os casos, quando escapam ao silêncio midiático, são tratados pelo noticiário como acontecimentos isolados e circunscrito às condições muito especiais e raras no mundo do trabalho.

⁵¹ Para um panorama da precarização do trabalho e também dos agravos à saúde do trabalhador no novo mercado de trabalho ver: Borges (2007), Navarro e Prazeres, (2010), Navarro, (2006), Marcelino, (2006).

⁵² Já estão mais que demonstradas as péssimas condições de trabalho no setor sucroalcooleiro, os efeitos da precariedade do trabalho no corte de cana e os impactos na saúde do trabalhador (SANT'ANA e CARMO, 2010).

⁵³ Para a discussão sobre o tema ver Dejours e Bégue (2010).

Esta desclassificação se constitui em instrumento poderoso, faz representar ao conjunto da sociedade uma imagem negativa da força de trabalho no país. Sem dúvida, a imagem do trabalhador desqualificado contribui para a legitimização dos baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros e a perpetuação da sua precarização. A associação de uma imagem negativa ao povo brasileiro retoma, no entanto, à sua própria história: desde a chegada dos colonizadores, ao povo originário destas terras, os Tupis, foram atribuídas as imagens da violência e da brutalidade,

[...] desde o olhar do colonizador os gestos e os ritmos dos tupis que dançam e cantam [...] aparecem como resultado de poderes violentos de espíritos maus que rondam e tentam os membros da tribo. A qualquer hora pode sobrevir Anhangá [...] O cauim salivado na boca das velhas fermenta o sangue, sobe às cabeças e arrasta o índio à luxúria e à brutalidade [...] (Bosi, 2001; págs. 73 e 74),

não à toa, posta em marcha a empresa extrativista mercantil que aqui primeiro se instituiu e à indústria da cana-de-açúcar que a ela se sucedeu podiam os Tupis tornarem-se a força de trabalho em regime escravocrata do novo empreendimento. A escravidão no Brasil, que avançaria para a força de trabalho do empreendimento do tráfico negreiro, traria mais uma parcela de desclassificados ao país, homens negros despojados de sua humanidade uma vez tornados escravos, aos quais se atribui um conjunto de representações negativas, a ignorância e a violência advindas de sua vida selvagem, que não conheciam a cultura e a civilização⁵⁴. Os homens-livres nesta ordem escravocrata erma vistos como vadios, imprestáveis para o

⁵⁴ A visão eurocentrista dos colonizadores, que tomavam a sua cultura e organização social como parâmetro do processo civilizatório, hierarquizando as sociedades com as quais manteve contato, de saída no mínimo um grande equívoco.

trabalho: “eram vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho” (Kowarick, 1987, p.47), imagem que perdurou após a abolição da escravidão. A miscigenação advinda do encontro de povos tão distintos na obra capitalista colonizadora permaneceu sob representações negativas da população. Sob as doutrinas raciais do século XIX o *festival de cores* representava a deteriorização das Raças, a possível causa para a inviabilidade do país (SCHWARTZ, 1993), ainda que estas teorias raciais tenham sido apropriadas pelos homens da ciência no país de maneira peculiar, entre a adesão ao condenamento da miscigenação e a sua adaptação a um povo miscigenado, como aponta a autora. Chegados à República, não é outra a imagem da população, em sua grande maioria pobre, conforme aponta Patto:

O eficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou nesse período, em íntima relação com o discurso científico, foi a disseminação pelo corpo social de uma imagem negativa dos pobres, vírus poderoso que naturalizava a condição social de uma classe aos olhos de todos e justificava a exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e o exercício oligárquico do poder. (Patto, 1999, pág.183).

Ora, são estas imagens que atravessaram os tempos, vieram se constituindo historicamente, que chegam ao século XXI: uma imagem em torno do povo brasileiro como a de um povo composto por desclassificados, vadios, ignorantes e indolentes, e agora, modernamente, de trabalhadores desqualificados, construída e reconstruída ao longo do tempo. Representações que justificam a dominação de classe destes e a exploração econômica nestes últimos 500 anos.

Tornada a síntese de um conjunto de atributos que são exigidos aos trabalhadores para a permanência no emprego ou para a conquista de um posto de trabalho, a qualificação divide os trabalhadores entre aqueles que são qualificados e aqueles que não são qualificados, e atribui a estes últimos uma ou muitas insuficiências nestes atributos – ou lhes falta escolaridade, ou competências, ou especialização, ou qualificação, ou experiência, algumas ou todas elas juntas. Com as transformações na base técnica e na gestão da produção capitalista a divisão entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais é atravessada com força pela divisão entre trabalhadores qualificados e não qualificados (ou de baixa qualificação). A qualificação caminha na direção da intelectualização do trabalho, enquanto que o polo do trabalho manual vai sofrendo desqualificação paulatina. Com as teorias do Trabalho Imaterial, as teses do *capital humano*, retornam com força, porém em uma modalidade renovada: não se trata mais das capacidades técnicas, habilidades, conhecimentos, etc., que possuem os trabalhadores, mas dos saberes, das inteligências gerais e dos conhecimentos que este possui, como *capital humano* – que vão se tornando os elementos centrais do no processo de valorização (o que discutiremos de maneira mais detalhada mais adiante neste trabalho). Este deslocamento do manual ao intelectual é interpretado como uma melhora da qualidade da qualificação, o que já de saída merece ressalvas. O trabalho intelectual como superior ao trabalho manual não resiste à uma análise minimamente atenta: a divisão capitalista do trabalho é que produziu a separação artificial do trabalho nestas duas dimensões, separou o saber-fazer do ato mesmo da produção do produto e destinou-o à gerência científica e à ciência e à técnica como forma de intensificar a exploração da força de trabalho e ampliar a produtividade do trabalho (Marx, 1985a; 1985b). A realização do trabalho possui estas das dimensões que se

determinam mutuamente – apenas sob o capital é que se constitui essa forma social de trabalho. Ora, a hierarquia que se pretende entre ambas é a manifestação visível da divisão do trabalho e da apropriação destas formas de trabalho pelo capital. O discurso da qualificação ao representar a hierarquização entre trabalho intelectual e trabalho manual, a passagem do segundo para o primeiro como melhora da qualidade da qualificação, ao fazer circular no mundo das ideias esta representação, faz circular uma aparência fetichista da divisão capitalista do trabalho.

Mas, o discurso ideológico da qualificação avança também na direção da responsabilização do trabalhador pelo seu aproveitamento no mercado de trabalho, por conseguir mediante seus atributos profissionais um posto de trabalho, isto é, pela sua inserção no mundo do trabalho – seja na forma do emprego formal ou informal, seja na forma do empreendedorismo de si mesmo. A posse em maior ou menor grau destes atributos é que dividirá a *classe-que-vive-do-trabalho* em qualificados e desqualificados e será determinante na posição em que será aproveitado o trabalhador no mundo do trabalho. Definirá, também, os que serão aproveitados e os que não o serão, porém não necessariamente coincidindo qualificação com emprego e desqualificação com desemprego, ainda que assim apareça nos discursos proferidos pelos diferentes agentes sociais. Esta poderosa representação produz o movimento de trabalhadores em direção à qualificação e requalificação permanente, leva-os à procurarem a ampliação da sua escolarização e o desenvolvimento de suas habilidades como fim em si mesmo, posto que as qualificações exigidas pelo mundo do trabalho se apresentam sem uma forma lógica e racionalmente percebível pelos trabalhadores. Aqui, desloca a responsabilidade pelo desemprego do econômico para o social e deste para o individual. Aparece aos

homens como um conjunto de normas a serem seguidas, que fixam desde sempre o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir (Chauí, 1980).

Escolaridade, qualificação, experiência, competências, cursos complementares: os atributos variados exigidos aos trabalhadores jamais configuram perfis de trabalhadores *desejados pelo mercado de trabalho* e que alcançam um posto de trabalho ou mesmo alcançam salários melhores. No entanto, a qualificação mostra-se aos trabalhadores como o bilhete de passagem para o emprego formal e, em alguns casos, para o informal, sem o qual estará fadado a vagar do desemprego ao subemprego e ao desemprego novamente, para retornar ao ciclo mais tarde, ao mesmo tempo em que aparece aos trabalhadores como um conjunto de exigências para uma vaga de trabalho, um emprego impostas a eles pelo contratante, muitas vezes percebidas como arbitrárias e outras tantas vezes como desnecessárias ao exercício da função (Costa, 2005). No entanto, o que não aparece é que muito trabalhadores qualificados (possuidores dos atributos mencionados) não alcançam postos de trabalho e engrossam as fileiras do desemprego, este é o exemplo daqueles que possuem formação universitária – um dos mais elevados níveis escolaridade – e que não encontram um posto de trabalho e engrossam as estatísticas de desemprego no país⁵⁵.

Afinal os atributos sozinhos ou combinados não são a chave para o posto de trabalho: as necessidades delineadas pela vaga, pelos cargos a serem ocupados, é que vão determinar quais qualificações – quais atributos – serão mais ou menos valorizados no momento da seleção profissional e da escolha do trabalhador e, assim, validarão um determinado conjunto de atributos reunidos e

⁵⁵ Entre 1992 e 2000 o índice de desempregados com 14 anos de estudo saltou de 3,5% para 6,2%, numa variação de 76,9% no período, enquanto que os que tinham 15 anos ou mais de estudo ficaram com taxas de 2,7% e 3,6%, respectivamente, com uma variação de 34,5%, para uma taxa geral de desemprego que passou de 6,7% para 9,3%. (Pochmann, 2006) (Riqueza e Miséria do Trabalho).

presentes no trabalhador e descartarão os demais – desde este ponto de vista é que agirão os selecionadores e profissionais de recursos humanos, sob a lógica de uma racionalidade técnica que extrai da realidade as necessidades do trabalho e as exige do trabalhador. Porém, são os ciclos de expansão/retração da atividade econômica, que não ocorrem homoganeamente e de modo linear por todos os setores da economia, que definirão quais qualificações (atributos) serão validados a cada período e para cada setor econômico, vale dizer, quais qualificações (atributos) estarão sendo requisitadas aos trabalhadores que serão incorporados ao processo de reprodução do capital – que serão renovadas à cada reconfiguração cíclica do capitalismo⁵⁶.

Esta é a face mais visível do mecanismo que define a qualificação (atributos) necessária que será exigida ao trabalhador para a ocupação de um posto de trabalho. Estes perfis de qualificação a serem requisitados aos trabalhadores não emanam do posto a ser ocupado, não são simplesmente pelas características intrínsecas a ele, senão por uma determinação econômica anterior ao estabelecimento destes perfis. É na esfera da divisão do trabalho que se dará a determinação das necessidades da produção no que diz respeito às especialidades da força de trabalho. Aqui, a divisão fabril do trabalho engendra a desqualificação da força do trabalho necessário à produção de mercadorias e torna a força de trabalho

⁵⁶ No Brasil a expansão econômica vivida nos últimos anos vem sendo puxada pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos Estadais e Privados de grande envergadura na infra-estrutura do país – construção de estradas, hidrelétrica, oleodutos e gasodutos, a transposição do Rio São Francisco, a recuperação da indústria Naval, enfim, obras que necessitam de um conjunto de trabalhadores cujas especializações estão delineadas pela Engenharia e pela construção – e no impulso à produção. Assim, a força de trabalho necessária é aquela eu gira em torno da indústria da construção, tais como engenheiros, pedreiros, eletricitas, entre outros, que tem sido apontados como em falta no *mercado de trabalho*: “‘Não tem eletricitista nem encanador na praça’, diz Jorge Craveiro, sócio da Brecan Engenharia. ‘Se eu quiser um profissional desses hoje, vou ter que esperar alguns meses ou treinar alguém.’”(Portal IG, “Faltam Profissionais para Atender a Demanda” em entrevista à Sabrina Lorenzi, Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/seunegocio/faltam+profissionais+para+atender+a+demand/n1237623547552.html>. Acessado em 18/05/2010)

especializada a realizar pequenas tarefas, parcelas simples do trabalho, ou transforma o trabalhador em apêndice da máquina, dispensando seu saber-fazer. Estes processos, que serão nosso objeto de discussão nas sessões seguintes deste trabalho, estão no centro da determinação da qualificação como desenvolvimento exclusivamente capitalista.

A ideologia da qualificação cumpre, pois, ao explicar socialmente as dificuldades de se conseguir um posto de trabalho pela pouca qualificação do trabalhador diante de um posto de trabalho complexo e qualificado, frente a um *mercado de trabalho* exigente, sua finalidade de generalizar para o conjunto da sociedade os interesses da classe dominante. Conforme Chauí (1980, 1993), oculta a divisão do trabalho e a divisão da sociedade em classes antagônica e oculta os interesses de uma classe no processo produtivo e produz a identificação dos interesses particulares desta classe com os interesses de toda a sociedade.

II- Divisão do trabalho: qualificação e desqualificação do trabalhador

O processo de divisão do trabalho sob o capitalismo é central para a compreensão do fenômeno da desqualificação-qualificação do trabalhador uma vez que é a própria divisão do trabalho fabril que define as características necessárias à força de trabalho para que esta possa ser aproveitada na indústria capitalista. Ao longo de seu desenvolvimento, desde o trabalho em cooperação simples e na manufatura, até a adoção da maquinaria e a automação, a produção industrial se organizou de maneira que pudesse ser extraída a máxima produtividade da força de trabalho adquirida pelo capital ao trabalhador. Desde o advento da máquina a vapor e sua aplicação para a retirada de água das minas de carvão inglesas no início do século XVIII e posteriormente a criação da máquina-ferramenta e sua adoção pela indústria⁵⁷, que revolucionou o modo de produzir, do que se tratou foi de procurar ampliar continuamente a relação *mais produto por hora/homem*. A divisão do trabalho na organização fabril caminhou na direção de simplificação progressiva dos fazeres necessários à produção, uma simplificação do saber-fazer dos trabalhadores, que se constituiu em um processo de desqualificação da força de trabalho.

⁵⁷ Marx afirma que “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada” (1985b, p.8) e mais adiante: “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos 80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial. Ocorreu o contrário: foi a criação das máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada.” (MARX, 1985b, p.10)

É sabido que o trabalho esteve sempre dividido, de uma ou outra maneira, pelos homens nos mais distintos agrupamentos humanos, com maior ou menor grau de especialização ou com a criação de ofícios e ocupações menos ou mais definidos e estabilizados no corpo da sociedade, resultado da necessidade de produção e reprodução de suas condições materiais de existência. Para Marx (2007), o homem produz os seus meios de vida e, ao fazê-lo, produz indiretamente sua própria vida material, porém, o modo como o faz depende “antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que ele têm de reproduzir” (ibid, p. 87). Trata-se de uma forma de exteriorizar sua vida, não apenas a reprodução de sua existência física, mas um *modo de vida*: “O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem” (ibid, p. 87), isto é, o homem produz a si mesmo ao produzir as condições de sua existência segundo as condições materiais de sua produção (MARX, 2007). A divisão do trabalho necessária à produção de sua existência ao mesmo tempo emerge deste processo de produção, do homem enquanto produz, e o determina enquanto forma de produzir. As diferentes formas da divisão social do trabalho, bem como as suas diferentes fases de desenvolvimento determinam “as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (ibid, p.89), vale dizer, representam as diferentes formas de propriedade constituídas. Como tal, a divisão do trabalho resulta do processo histórico de cada agrupamento humano, aparece em formas distintas a cada período ou em diferentes agrupamentos, como construção histórica, com suas determinações e características específicas.

Braverman (1974), autor essencial em relação aos debates sobre a divisão do trabalho e sobre a qualificação, analisa estes processos a partir da crítica de Marx

(1985a) da divisão do trabalho e a distinção que faz entre a *divisão social do trabalho* e a *divisão manufatureira do trabalho*. Aponta que todo agrupamento humano distribui o trabalho pelo conjunto da sociedade, distribui pelos seus membros, criando em distintos graus e formas ofícios delimitados e que podem se complementar no sentido da realização do conjunto de trabalho necessário à cada sociedade para a sua reprodução material nos distintos momentos de sua existência. Aponta, no entanto, que sob a égide do capital surge uma nova forma de divisão do trabalho: a forma da divisão do trabalho em sua modalidade capitalista manufatureira e fabril, transformação na divisão social do trabalho que se dá pela subordinação do trabalho ao capital.

Se é correto afirmar que todas as sociedades humanas dividem ou dividiram o trabalho necessário para sua produção e reprodução, é, no entanto, fundamental distinguir a forma que tomou a divisão do trabalho com o advento do capitalismo e o estabelecimento de seu modelo industrial de produção de mercadorias. Enquanto que a *divisão social do trabalho*, nos termos de Marx (1985a), é característica presente nas sociedades humanas, e se configura pela distribuição das tarefas sociais necessárias pelos membros do agrupamento social, a divisão do trabalho na sociedade capitalista opera em sentido diverso. Sociedades que se baseiam na divisão social do trabalho o fazem distribuindo as tarefas pelos seus membros, criando especializações marcadas pelas necessidades sociais: trabalhadores distintos realizam trabalhos distintos, parcela do conjunto total de trabalho social necessário ao agrupamento a que pertencem, surgindo especializações no corpo social – são os ramos produtivos presentes numa dada sociedade, que vão se criando desde as novas necessidades sociais que surgem por conta da própria *divisão social do trabalho*, que resulta sempre do processo de reprodução das

condições materiais de existência em uma sociedade determinada e sobre elas age. São trabalhos que uma vez divididos e distribuídos pelos trabalhadores criam ocupações sociais e tornam-nos especialistas em fazeres específicos, de maneira que cada trabalhador realize uma parte do trabalho socialmente necessário em sua totalidade – sem que haja a subdivisão das tarefas dentro destes ofícios ou especializações. Significa dizer que o trabalhador realiza o trabalho a ele destinado desde sua concepção até a sua efetivação, que conhece e possui, portanto, o controle do todo do processo de trabalho envolvido em seu ofício e de seu produto – característica fundamental do trabalho artesanal. Esta *divisão social do trabalho* resulta, conforme Braverman (1974, p. 71 - 72), do fato de que cada indivíduo não pode realizar todos os trabalhos socialmente necessários e possíveis aos humanos, mas apenas o agrupamento humano tem esta possibilidade de realizá-los.

O autor aponta que esta *divisão social do trabalho* resulta “do caráter específico do trabalho humano”. Partindo da afirmação de Marx, de que “Um animal faz coisas de acordo com o padrão e necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie”, argumenta que a possibilidade de o Homem possuir simultaneamente estas distintas capacidades produtivas “compele à divisão social” do trabalho, uma vez que “cada indivíduo da espécie humana não pode sozinho ‘produzir de acordo com todas as espécies’ e inventar padrões desconhecidos do animal, mas a espécie como um todo acha possível fazer isso, em parte através da divisão do trabalho” (BRAVERMAN, op.cit, p. 71). É a distribuição destas possibilidades pelo corpo da sociedade, segundo as necessidades com que se depara, que possibilita aos agrupamentos humanos realizar o trabalho socialmente necessário à sua produção

e reprodução social mediante as condições materiais dadas, configurando, assim, a *divisão social do trabalho* como característica das sociedades humanas.

A divisão social do trabalho sob o capitalismo faz sua aparição, no entanto, profundamente transformada. A mundialização do capital e a transnacionalização da empresa capitalista, com a conformação dos conglomerados corporativos transnacionais, elevou à escala planetária a divisão social do trabalho: conformou uma divisão internacional do trabalho, que se espalha pelas diversas regiões do globo, com a especialização de nações ou agrupamento de nações dentro do circuito da produção industrial, caracterizada por uma complementaridade concorrencial entre suas regiões especializadas, desde o fornecimento de matérias-primas, as ligas metálicas, até as áreas responsáveis pela manufatura de alta tecnologia, passando pelas regiões responsáveis por fontes de energia (hidrocarbonetos, minérios radiativos, etc), pelos capitais financeiros, ou até mesmo pela simples montagem de produtos manufaturados (as montadoras ou as maquiladoras mexicanas são exemplos deste caso). Trata-se da constituição de uma rede mundial que compõe o complexo produtivo em escala global, cujo trabalho total necessário para a sua reprodução, também em escala global, está dividido pelos distintos países e regiões, não obstante, de forma desigual. Apresenta-se, também, como uma divisão entre a cidade e o campo, de um lado o trabalho industrial e comercial e de outro o trabalho agrícola, além a uma separação entre os trabalhos industrial e comercial (MARX, 2007, p.89), divisão, no entanto, em que “o poder da indústria sobre seu opositor é atestado pelo surto da *agricultura* como uma indústria verdadeira” (MARX, 1964, p.111, 2004).

Nestas áreas, industrial, comercial e agrícola, apresentam-se subdivisões variadas, em ocupações, ofícios e profissões as mais distintas, conforme o grau de

desenvolvimento econômico e social de cada país ou região. Esta divisão aparece socialmente como caótica e anárquica: dirigida pelo mercado, submete-se aos ciclos de expansão e contração da produção, o que produz deslocamentos constantes de uma à outra ocupação, ofício ou profissão. Submetida à racionalidade técnica, às inflexões do aparato produtivo e das mercadorias que se impõem ao sistema social, escapa ao planejamento e aos controles sociais, estatal ou privado. Porém, estas formas de divisão social do trabalho presentes no capitalismo encontram-se mediadas por uma forma distinta e nova de divisão do trabalho, eminentemente capitalista, a saber, uma divisão pormenorizada do trabalho no interior dos diversos ramos: das fábricas, dos escritórios, dos comércios, da agricultura, dos serviços.

Apresenta-se, distintamente, na forma de uma subdivisão sistemática e generalizada da produção, com operações claramente delimitadas. Trata-se da divisão do trabalho humano para além da distribuição das tarefas sociais necessárias à sobrevivência do grupo social, da comunidade, pelo conjunto de seus membros, de uma especialização produtiva socialmente necessária à sobrevivência e à produção da cultura de um agrupamento humano determinado. Apresenta-se na forma de uma subdivisão em operações parciais do trabalho humano, característica do trabalho presente desde as manufaturas capitalistas. A divisão do trabalho sai do corpo da sociedade para adentrar a oficina fabril: o trabalho deixa de ser dividido socialmente apenas por meio das ocupações e a divisão torna-se parcelamento destas ocupações, cujas operações necessárias à realização do trabalho são separadas umas das outras em partes menores, fragmentadas, resultando no trabalho parcelado, fragmentos do trabalho que são atribuídos a trabalhadores distintos, que vão coletivamente realizar no seu conjunto de trabalhos parcelados a somatória destes fragmentos e recompor ao final da cadeia da produção o todo do

trabalho original, vale dizer, vão recompor fragmentariamente a ocupação que foi originalmente dividida. Trata-se, pois, de processo que divide os fazeres na oficina fabril em suas partes e distribui estas operações pelos trabalhadores e os recupera ao final do encadeamento das tarefas distribuídas, na forma do produto resultante do trabalho realizado pelo conjunto dos trabalhadores da linha de produção. Este é o modelo. O trabalhador individual, então, não produz mais um produto, mas realiza uma parcela do trabalho necessário para produzi-lo apenas, o que resulta na perda do controle pelo trabalhador do processo de produção: conhece o trabalho que deverá realizar no encadeamento da produção, mas não possui o domínio referente à realização do produto, vale dizer do conjunto das operações necessárias à sua realização, nem de seu resultado, o produto final.

Esta passagem de uma modalidade de divisão do trabalho à outra não resulta de uma mudança quantitativa na realização do trabalho, em que o trabalhador passa a realizar apenas uma quantidade menor de operações na produção, mera redução dos fazeres sociais a ele destinados, portanto, uma simplificação do trabalho requerido a ele, não se trata de uma mudança de grau senão de uma mudança na própria essência do trabalho executado, de caráter qualitativo, que transforma tanto a forma, quanto o conteúdo do trabalho e, desta maneira, uma mudança também em essência da divisão do trabalho na sociedade para a divisão do trabalho na fábrica, quanto uma modificação do próprio trabalhador. É na análise que faz Marx (1985, p. 270-272) sobre a divisão do trabalho na manufatura que podemos encontrar a dimensão clara destas mudanças: o trabalho dividido ao longo de uma cadeia produtiva determinada no interior da sociedade pelos diversos ofícios – a exemplo, a confecção de botas e os ofícios vinculados àquela produção, criador de gado, curtidor e o sapateiro por fim (MARX, op. cit., p. 279) – se caracteriza pela produção

de mercadorias pelos trabalhos independentes de cada trabalhador da cadeia, que os vincula uns aos outros, enquanto que o trabalho dividido na oficina se caracteriza pelo fato de que o “trabalhador parcial não produz mercadoria. Só o produto comum dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria” (MARX, op. cit., p. 279). Resulta que as especializações do trabalho social e o encadeamento delas dá lugar para a especialização do trabalho dentro da oficina, cuja essência é a um mesmo tempo a simplificação do trabalho realizado, o trabalhador parcial e a necessidade de um conjunto de especializações *re-unidas*, submetidos ao capital que, após fracioná-los, os reunifica para alcançar a produção da mercadoria. Completa Marx,

[...] a divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhos parciais na manufatura pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada (op. cit., p. 279-280).

A divisão do trabalho de fato muda em sua qualidade, ainda que se mostre em aparência como uma mudança de grau apenas. O trabalhador independente dá lugar a um conjunto de trabalhadores parciais reunidos pelo capital, que institui o trabalhador coletivo responsável pela confecção do produto, a mercadoria.

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pela troca de mercadorias, existe nas mais diferentes formações sócio-econômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista (MARX, op. cit., p. 282).

Esta divisão do trabalho no sistema capitalista não resulta, pois, apenas em trabalho em suas partes menores, em seus fragmentos apenas, uma vez que são as

ocupações sociais que são divididas no processo fabril, mas também em uma divisão do próprio Homem que trabalha. Enquanto o trabalho na forma da *divisão social do trabalho* necessita de um Homem que o realize em sua plenitude e ele o faz mediante a realização das inúmeras atividades necessárias para alcançar a produção do produto final, que ele domina desde a sua concepção até a sua efetivação, o trabalho modelado pelo capitalismo necessita de uma parcela do homem para que seja realizado, a parcela equivalente ao trabalho parcelado, que repetirá suas operações predeterminadas diariamente na fábrica e que as conhecerá e controlará perfeitamente, sem, contudo, dominar o processo de produção da mercadoria em suas múltiplas etapas. Não apenas as novas tarefas parciais são distribuídas pelos trabalhadores, senão que “o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 1985, p. 269). Esta fragmentação do trabalho produzida pelo capital destrói as ocupações e incapacita o trabalhador para acompanhar o processo completo de realização da produção e resulta na própria subdivisão do Homem, reduzindo-o à especificidade do trabalho (BRAVERMAN, 1974, p. 72). O trabalhador que realiza apenas uma operação simples ao longo de sua vida tem seu corpo transformado em “órgão automático unilateral dessa operação” (MARX, op.cit. p. 269).

O artífice dá lugar a um trabalhador parcial, detalhista, ligado apenas a uma parcela do trabalho, o capital prescinde do trabalhador independente e passa a reproduzir o trabalhador especializado, voltado para uma parcela do trabalho, para as diferentes funções do trabalhador coletivo. Os trabalhadores parciais necessitam de capacidades distintas e definidas pelas funções que ocuparão na composição do trabalhador coletivo instituído pela divisão do trabalho, que podem ser mais complexas ou mais simples, o que exigirá graus de formação diferentes de uns e de

outros (MARX, 1985a, p. 276). São as operações mais complexas e também aquelas mais simplificadas que dirigem a formação e a seleção dos trabalhadores e constituem-se em especialidades. De um lado, o desenvolvimento da especialidade desde a parcela do trabalho inteiramente unilateralizada até a virtuosidade (Marx, op.cit., 276), de outro, a ausência deste desenvolvimento feita também uma especialidade, que constituem a divisão dos trabalhadores parciais:

A manufatura cria, portanto, em todo ofício de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. *Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho (grifos nossos).* (MARX, 1985a, p. 276)

Se a divisão do trabalho sob o capital permite a poupança de trabalho e com isto aumenta sua produtividade, uma vez que evita a perda de tempo na passagem de uma à outra atividade, e permite um aumento do controle do trabalho pela gerência ou supervisão, esta mesma divisão barateia o trabalho pelo barateamento das suas partes individuais (BRAVERMAN, 1974, p. 77), tomadas segundo seu grau de dificuldade ou de emprego da força necessária. Significa que o faz por meio de baratear a força de trabalho pela sua divisão, isto é, que o faz dividindo os homens conforme o que cada trabalhador parcial realiza na oficina, conforme as

necessidades pré-determinadas pela própria divisão do trabalho, conforme indicado por Marx na passagem acima. Apontado por Babbage⁵⁸ (BRAVERMAN, 1974, p. 77), o princípio segundo o qual a divisão do trabalho permite realizar a compra exata daquela parcela de trabalho necessária para realizar cada tarefa fracionada e com isso permite baratear a produção da mercadoria ao capitalista “significa que a força de trabalho capaz de realizar o processo pode ser comprada mais barata como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador” (ibid, p. 79), cujos valores a serem pagos seguem de modo geral a qualidade do trabalho necessário representada pelo binômio qualificação/não-qualificação do trabalhador. Assim, as características do trabalho fragmentado passam a ser representadas como características do trabalhador parcial e aparecem socialmente como *qualificação do trabalhador*, que possui ou não possui as capacidades (*perícia* ou *força*, nas palavras de Babbage) necessárias à produção. Classifica-se, então, a força de trabalho mediante a sua qualificação e sua não-qualificação: divide entre aqueles que possuem alguma perícia do trabalho – uma perícia tornada parcial – e aqueles que não a possuem e hierarquiza os trabalhadores na oficina fabril e fora dela – “uma nova relação hierárquica que cria relações de subordinação entre os próprios trabalhadores” (ROMERO, 2005). Ora, não se trata afinal de que o trabalhador possua esta ou aquela qualificação, mas, antes, que a divisão do trabalho exige dele como trabalhador parcial uma parcela unilateral de trabalho definida quanto à sua qualidade (e ausência dela) e à sua limitação: ao trabalhador

⁵⁸ “...parece-me que qualquer explicação de baixo custo dos artigos manufaturados como consequência da divisão do trabalho seria incompleta se o seguinte princípio fosse omitido: *que o mestre manufatureiro, ao dividir o trabalho a ser executado em diferentes processos, cada qual exigindo diferentes graus de perícia ou força, pode comprar precisamente aquela exata quantidade de ambas que for necessária para cada processo; ao passo que, se todo trabalho fosse executado por um operário, aquela pessoa deve possuir suficiente perícia para executar o mais difícil, e força o suficiente para executar o mais laborioso das operações nas quais o ofício é dividido*”. (Babbage, Charles. Sobre Economia de Maquinaria e Manufaturas, 1832, citado por Braverman, 1974, pág. 77)

parcial não é pedido o melhor de si, senão as qualidades na medida exata da parcela de trabalho que lhe cabe na oficina, intensificado em sua quantidade. Esta qualificação resulta, pois, de uma transformação profunda no saber-fazer dos trabalhadores, que a um mesmo tempo “perdem habilidade em várias dimensões, [e] por estarem vinculados à tarefas parciais, tornam-se mais habilidosos em uma delas” (ROMERO, 2005, p.100), sofrem de uma *especialização unilateral*.

A divisão fabril do trabalho realiza ainda a separação entre a concepção e a execução do trabalho de maneira a ampliar o controle sobre o trabalhador e intensificar o trabalho, retira o conjunto de conhecimentos necessários à efetivação do trabalho e os transfere à outro nível hierárquico, à gerência e à ciência. Esta separação faz surgir “um trabalho puramente intelectual como uma atividade especializada da divisão do trabalho, com a constituição dos trabalhadores técnico-científicos” (ibid, pág.102) e permite tornar produtivo o trabalho intelectual, completa o autor (ibid, pág. 104). Marx (1985a) aponta que

Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais, a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. E se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (p. 283-284).

A perda da posse da dimensão intelectual do trabalho, do poder sobre o planejamento do trabalho, retira do trabalhador a possibilidade de controle dos tempos de execução das atividades necessárias à realização do produto, deixa o trabalhador de controlar o ritmo em que realiza o produto, e possibilita a

intensificação dos ritmos da produção ditada pelo capital. Ainda, com a automação o saber-fazer do trabalhador se transfere para a máquina e este passa para a condição de operador ou vigilante da maquinaria (como veremos mais adiante) e torna-se apêndice da máquina-ferramenta. Desse processo de divisão resulta a concepção que atribui ao trabalho intelectual maior ou melhor qualidade em relação ao trabalho manual: o trabalho intelectual torna-se por definição trabalho qualificado, um axioma, uma vez que nele está a dimensão do controle do planejamento das ações, das etapas e dos tempos necessário à realização do produto. Submete-se o trabalho manual ao trabalho intelectual, tornado exterior a ele, criando uma hierarquização entre ambos: o trabalho intelectual, superior ao trabalho manual, possui qualidades superiores e está destinado a uma parcela reduzida de trabalhadores que se tornará também hierarquicamente superior com a dominação do saber técnico-científico sobre o trabalho.

Esta concepção que entende o trabalho intelectual como superior ao trabalho manual se cristalizou e aparece claramente nas discussões sobre a qualificação exigida pelas transformações na base tecnológica do capitalismo na passagem do século XX para o século XXI, quando se afirma que a qualificação exigida pela nova maquinaria e pela automação da produção, pela adoção do modelo *Toyotista* e pela passagem de uma economia baseada na indústria para uma economia de serviços sofre uma mudança no que diz respeito à sua qualidade, porquanto teria havido um deslocamento do trabalho manual para o trabalho intelectual ou para a incorporação do trabalhador de uma maior dimensão intelectual em seu trabalho – como se pode ver em Bernardo (2000), Pastore (2001), Malvezzi, (1999), Pimenta, (1998), Bruno (1996), entre tantos outros. A passagem de um *paradigma da qualificação* para um *paradigma das competências* (ZARIFIAN, 1998; 1999), seria a expressão desta

mudança qualitativa do trabalho exigido ao trabalhador contemporâneo: a dimensão da especialização técnica (qualificação) de recorte manual estaria dando lugar para a dimensão relacional de recorte marcadamente intelectual (competências) - o que de toda forma não é consensual entre os pesquisadores (DUBAR, 1999; RIBEIRO, 2009; FERRETI, 2004). Já para Antunes (2002), o que se observa é uma *processualidade contraditória*, no que se refere à qualificação e desqualificação dos trabalhadores, com a redução do número de qualificados e ampliação do daqueles com baixa ou nenhuma qualificação.

O trabalho intelectual adquire esta condição de trabalho elevado frente ao trabalho manual não por uma superioridade intrínseca a ele, mas pelo controle da produção que o domínio do planejamento permite ao capital – como já apontado anteriormente, pelos controles de tempo e do ritmo de trabalho – o movimento da Administração Científica na passagem do século XIX para o século XX e ao longo deste, segundo Braverman (1974) se dedicou ininterruptamente a extrair do trabalhador o controle sobre seu trabalho por meio do controle e da separação entre o planejamento e a execução das tarefas cotidianas no trabalho, de maneira que concentrasse em suas mãos os progressos da ciência e garantisse um nível de “força de trabalho geral e indiferenciado, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares” (ibid, p. 109), o que, de resto, não se modificou significativamente na passagem do século XX para o XXI como indicam as proposições sobre o trabalhador generalista e polivalente, cujas capacidades e habilidades permitem a ele deslocar-se de uma à outra função conforme a necessidade do capital. Mas, uma vez apartado do trabalho manual, da execução das ações, o trabalho intelectual perde a dimensão de sua realização como processo vivo em contato com o real que lhe opõe resistência, e vai tornar-se mera prescrição. Deslocado para a gerência e a

ciência, ao se afastar da sua dimensão prática e de sua realização aparece na forma de prescrição média do trabalho a ser realizado, mediante os estudos e avaliações dos trabalhos concretos, os tempos, os movimentos corporais e etc. Aparece, muitas vezes, por demais abstratos aos trabalhadores: inúmeras são as ocasiões em que os trabalhadores apontam o afastamento entre teoria e prática no ambiente do trabalho, indicando o desconhecimento dos níveis hierárquicos superiores e dos elaboradores das normas técnicas quanto ao trabalho realmente realizado e a inadequação dos planos de trabalho. Sem dúvida, as prescrições chegam aos trabalhadores com a máxima objetividade – e os controles para que sejam executadas são rígidos e implicam sanções salariais, quando não físicas e psíquicas – e são supervisionadas na sua aplicação e pelas avaliações de desempenho do trabalhador rigorosamente. Porém, realizam os trabalhadores ajustes nas prescrições no ato mesmo de implementar estas diretrizes: ao passar da prescrição para o trabalho efetivo os trabalhadores realizam alterações no trabalho de maneira a viabilizá-lo concretamente que o afasta da normatização⁵⁹.

⁵⁹ As pesquisas que apontam a existência de um hiato entre a prescrição do trabalho realizada pelos níveis de direção e administração e o trabalho realmente realizado pelos trabalhadores no chão de fábrica retratam bem os resultados da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual: de um lado a prescrição desde os níveis hierárquicos superiores, do outro os trabalhadores que adaptam astuciosamente o fazer prescrito para fazer frente à realidade que resiste à ação humana. Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto ver Dejours (2004) e Sato (2000)

III- Subsunção do trabalho ao capital: qualificação como processo de objetificação do trabalhador

Até o momento viemos apontando as relações existentes entre a divisão capitalista do trabalho e o processo de desqualificação e qualificação da força de trabalho. É importante, no entanto, voltarmos-nos um instante para o próprio processo de valorização do capital como determinante da divisão capitalista do trabalho e, portanto, em última instância, da desqualificação-qualificação do trabalho, e observarmos dois conceitos apresentados por Marx: a subsunção formal do trabalho ao capital e a subsunção real do trabalho ao capital⁶⁰.

Para o autor (MARX, 1985c), a substituição da produção social pela produção capitalista, em que o processo de produção se converte no *processo do próprio* capital, cujo centro é alcançar a valorização do valor, faz com que o processo de trabalho se converta

[...] no instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação da mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital) e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo

⁶⁰ A estas duas formas de subsunção do trabalho ao capital, subsunção formal e subsunção real, vale assinalar, correspondem formas distintas de mais-valia, a saber, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, respectivamente, e representam duas formas de produção capitalista: “Seja como for, as duas formas de mais-valia, a absoluta e a relativa - se se quiser considerar cada uma de *per si*, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) – correspondem a duas formas separadas de subsunção do trabalho ao capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda” (MARX, 1985c, p. 93).

tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto o que denomino subsunção formal do trabalho no capital. É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção [...] (MARX, 1985c, p. 87).

Neste processo, o capital se apropria do trabalho em suas formas preexistentes e transforma os trabalhadores em vendedores da força de trabalho, ambos não se confrontam como portadores de mercadorias, mas como agentes *no interior do processo de produção*, “como agentes personificados dos fatores que intervêm no processo de produção: o capitalista como ‘capital’, o produtor como ‘trabalho’” (MARX, 1985c, p. 88). O capitalista, proprietário dos meios de produção e do produto, não interfere ainda propriamente dentro do processo de trabalho: o trabalhador não depende do capitalista para realizar o seu trabalho, encontra-se submetido ao capital, porém o capital não determina o conteúdo de seu trabalho – o saber-fazer permanece em posse do trabalhador, “nesse caso, braços e mentes ainda andam juntos” (ROMERO, 2005, p. 86), o que significa dizer que não houve ainda a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual envolvidos no processo de trabalho.

O capitalista controla e dirige o trabalhador, vigia seu trabalho, mas não o determina. Trata-se da aquisição do controle do trabalho pelo capital, mas ainda de maneira formal: “O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente” (MARX, Capital TOMO I, p. 304 Elet; p.154), é o trabalhador que se encontra submetido ao capitalista e não o próprio trabalho do trabalhador, que permanece em sua posse e impede o controle real do trabalho,

sem que tenha havido mudanças tecnológicas no fazer do trabalhador, apenas em sua forma:

“a diferença é que, no capitalismo, eles deixem de ser meios para a realização do trabalho para se tornarem meios de direção e exploração do trabalho alheio (...) este é o cerne da subsunção formal, o valor de uso cede lugar ao valor de troca e não é mais medida do que e quanto deve ser produzido; a produção se autojustifica e se estabelece como fim em si mesma. A produção pela valorização/acumulação torna-se o único sentido que organiza o trabalho e o define”. (ROMERO, 2005, p. 81)

A subsunção formal do trabalho ao capital ao juntar um número cada vez maior de trabalhadores expropriados dos meios de produção e produzir trabalho em grande escala é que provoca um processo acentuado de divisão do trabalho como condição de submetimento progressivo ao capital (MARX, 1985c) e permite a “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (ibid, p. 105): é o próprio processo de trabalho que sofre transformação.

É a transformação da base material da produção, com o desenvolvimento da máquina-ferramenta, segundo Marx (1985 a, b ou c?), que resulta em um processo de trabalho que não depende mais do saber-fazer do trabalhador, posto que a máquina realiza o trabalho sem depender da habilidade e do conhecimento do trabalhador. A divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, como já apontado anteriormente, permite a plena aplicação da ciência à produção de maneira a torná-la também produtiva, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da maquinaria transforma o trabalhador: “não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam os trabalhadores” (Romero,

2005, p.175), como simples força de trabalho, uma vez que o saber-fazer na produção não se encontra mais no trabalhador. O manejo da ferramenta é transferido para a máquina, mas a facilitação do trabalho daí decorrente torna-se um meio de tortura (MARXarx, TOMO II), uma vez que o trabalhador não se vê livre do trabalho, mas atado a um trabalho junto à máquina esvaziado em seu conteúdo:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. (Marx, TOMO II, p.54-55 elet; p.43-44)

A ciência em sua forma aplicada produz normas técnicas às quais o trabalhador estará vinculado e que terá de aplicar como conhecimento exterior a ele e se introduz no processo de trabalho como tecnologia, como *força produtiva do capital*. Trata-se, pois, do processo de subsunção real do trabalho ao capital, que avança para a expropriação das condições subjetivas do processo de trabalho, o saber-fazer próprio ao trabalhador – para além da expropriação das condições objetivas do processo de trabalho característica já ocorrida sob a subsunção formal. Processo que objetifica o trabalhador na produção: com a introdução do maquinário faz do trabalhador apêndice da máquina, que “simplesmente realiza os movimentos mecânicos (prescritos rigidamente por protocolos), como um instrumento de trabalho” (ROMERO, 2005, p. 177) e assim o desumaniza, como se vê na passagem que se segue:

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. (Marx, TOMO II, p.55-56 Elet; 43-44)

A divisão do trabalho caracteriza, pois, a subsunção formal do trabalho ao capital e a sua implementação (da divisão do trabalho) em escala, pelo emprego de inumeráveis trabalhadores pelo capitalista na manufatura, é que possibilita a passagem para a subsunção real do trabalho ao capital. É necessária a divisão do trabalho fabril e, por consequência, do saber-fazer do trabalhador pelo conjunto dos trabalhadores na manufatura, a conformação do trabalhador coletivo, que realiza o produto como resultado do reagrupamento dos trabalhos parciais: o capital subsume o trabalho formalmente, expropria os meios de trabalho, mas não expropria o saber-fazer, que permanece de posse do trabalhador, este trabalhador coletivo, e provoca a desqualificação do trabalho pelo parcelamento das atividades. Ao mesmo tempo em que resulta da divisão fabril do trabalho, a desqualificação do trabalho apontada por Marx (1985a) é em última análise resultado do processo de subsunção do

trabalho ao capital, primeiramente como parcelamento do saber-fazer, a *especialização unilateral*, que, no entanto, em sua forma de subsunção formal não elimina a subjetividade do trabalho: o trabalho subsumido formalmente ao capital permanece ainda como realização do saber-fazer do trabalhador.

Porém, é com a maquinaria que a divisão do trabalho ganha outra dimensão: não se trata apenas de uma mudança ou rearranjo na divisão do trabalho, em sua forma, mas uma mudança em seu conteúdo. O homem torna-se apêndice da máquina, responsável por animá-la, e não realiza mais o trabalho que agora foi transferido para a maquinaria, o saber-fazer do trabalhador já não é mais necessário ao capital que o transformou, incorporando seu conteúdo à máquina, apenas o ato repetitivo é necessário ao trabalhador. Sendo assim, o trabalho junto à maquinaria resulta em mais desqualificação do trabalho, simplifica ainda mais as tarefas já anteriormente simplificadas que devem ser realizadas. O trabalhador perde seu saber-fazer, ainda que parcelar, seus saberes não são mais úteis à produção. A subsunção real do trabalho ao capital captura o saber-fazer e provoca, assim, a dessubjetivação do trabalho e objetifica o trabalhador, tornando a maquinaria o sujeito do capital – processo que promove uma nova e brutal desqualificação do trabalhador. Marx não deixa dúvidas:

A habilidade pormenorizada do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da Natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do “patrão” (*master*). Esse patrão em cujo cérebro a maquinaria e seu monopólio sobre ela estão indissoluvelmente fundidos, proclama aos “braços”, com desprezo,

em casos de conflito: “Os operários de fábrica deveriam resguardar em sagrada memória o fato de que o trabalho deles é efetivamente uma espécie muito baixa de trabalho qualificado: que não há nenhum que seja apropriado mais facilmente e que, em sua qualidade, seja mais bem pago, que, por meio de rápido treinamento dos menos experientes, possa ser suprido em tempo tão curto e em tamanha abundância. A maquinaria do patrão desempenha, de fato, um papel muito mais importante no negócio da produção do que o trabalho e a habilidade do operário, que se adentra com um treino de 6 meses e que qualquer peão do campo pode aprender”⁶¹. (MARX, 1985b, p.55-56 Elet; 43-44)

É o processo de desqualificação do trabalho provocado pelo modo de produção capitalista que funda, por oposição, a qualificação do trabalhador: no trabalho parcelado pode-se com a desqualificação do trabalho, como já dito anteriormente, utilizar trabalhadores conforme as necessidades do processo de valorização do capital, com a qualificação exigida ao trabalhador emergindo como a pequena parcela do trabalho necessário, a *especialização unilateral* apontada por Marx (1985a), que será dada a ele, trabalhador, pelo seu treinamento para a função que exercerá. O processo de *subsunção do trabalho ao capital*, tanto em sua modalidade *real*, quanto em sua modalidade *formal*, opera, então, a desqualificação ao produzir no trabalhador uma progressiva perda do controle do saber-fazer e, ao mesmo tempo, cria condições para o surgimento não de novos saberes e fazeres, senão do saber ou do fazer específicos necessários à maquinaria: o trabalho solicitado ao trabalhador não é mais determinado pelo processo de trabalho para a

⁶¹ The Master Spinners' and Manufacturers' Defence Fund. Report of the Committee. Manchester, 1854. p. 17, citado por Marx, 1985b, p.55-56 Elet; 43-44.

produção da mercadoria, mas determinado pela maquinaria, que determina também quais características, habilidades e saberes serão necessários para operá-la ou supervisioná-la; aprende-se no treinamento fabril a operação da máquina, aquela parcela desta tarefa destinada ao trabalhador, em lugar da fabricação do produto: a qualificação assim fundada na desqualificação não diz respeito ao saber-fazer necessário ao produto, mas a um novo tipo de saber, que é o da operação e supervisão do maquinário. Não se trata de uma mudança qualquer: o processo de subsunção do trabalho ao capital é desumanização porquanto reificação do trabalhador e, assim, ao resultar em desqualificação-qualificação põe para este último termo do binômio, a qualificação, também o papel de desumanização do trabalhador, uma vez que se trata de prepará-lo para ser apêndice da maquinaria, para responder às necessidades da máquina.

A disposição de um sistema de máquinas distintas ao longo da linha de produção, que ocupa o lugar e substitui os trabalhadores, redimensiona a divisão do trabalho agora distribuído pela maquinaria e requer grupos de trabalhadores dispostos pelos diferentes tipos ou espécies de máquinas, sem, contudo, a necessidade de que o trabalhador seja fixado permanentemente numa mesma atividade (MARX, 1985b). Com o saber-fazer transferido para a maquinaria os trabalhadores podem ser deslocados para distintas tarefas junto à produção: uma vez que a produção é determinada pela maquinaria, o que requer deles (trabalhadores) não mais que o treinamento para a sua operação, o que permite o aproveitamento da força de trabalho em qualquer função na cadeia produtiva. Marx (1985b) aponta, assim, para a desqualificação do trabalho no processo fabril, particularmente intensificada com a automação.

É, pois, a qualificação tal como a conhecemos um produto exclusivamente capitalista, processo de reificação do trabalhador, que transformado em objeto pela automação pode ter sua força de trabalho melhorada, beneficiada, redirecionada e reciclada, adequada às necessidades não apenas da produção, mas ao próprio instrumento de produção:

O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro (a metáfora é de Marx) cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (GORENDER – Apresentação ao O Capital Tomo I)

mercadoria que pode ser submetida ao processo de beneficiamento no que diz respeito ao seu treinamento e capacitação, conforme demandadas pela produção – nesta virada do século XX para o XXI: o beneficiamento da mercadoria força de trabalho adquiriu contornos industriais e se desenvolveu um mercado da formação e da educação de massa em nível nacional e mundial que prescindiu da suas ligações originais com o processo de produção, o que debateremos em capítulo futuro.

Chegados até aqui, retomado fio da meada da desqualificação do trabalho produzido no bojo do desenvolvimento do capitalismo industrial, suas origens históricas, acreditamos ser possível avançar para o debate sobre o processo de qualificação/desqualificação do trabalho em curso neste período da modernização conservadora do capital em que vivemos.

IV- Trabalho Imaterial e Capital Humano: a realidade como fetiche

As transformações ocorridas no final do século XX e início do XXI trouxeram consigo questões fundamentais àqueles que se dedicam ao estudo do mundo do trabalho. A reestruturação produtiva resultou em modificações intensas na relação do trabalho com a produção. Novas formas de trabalho emergiram e formas antigas, que pareciam estar em um movimento decrescente, reapareceram com grande força, ao lado do fortalecimento de formas já consolidadas. Estes são os casos, por um lado, do trabalho junto às novas tecnologias informacionais e de comunicação que ganhou grande impulso e espaço fundamental no sistema produtivo, cujos serviços de *call center* são exemplos vivos, com ocupação de grande número de trabalhadores e a intensificação da exploração da força de trabalho, com a redução significativa dos momentos de não trabalho dentro do trabalho (DAL ROSSO, 2008), e por outro lado, do ressurgimento em escala dos trabalhos em domicílio, como é o caso da terceirização na indústria de calçados da região de Franca, no Estado de São Paulo, do corte do couro e das colocadeiras de “tressê” (enfeites) nessa indústria, este último um “trabalho predominantemente feminino realizado em domicílio” (NAVARRO, 2004, p. 105), sem vínculo empregatício e de caráter familiar em que as crianças ‘ajudam’ suas mães a cumprir sua cotas diárias, não sendo

remuneradas separadamente por seu trabalho” (NAVARRO, 2006), uma retomada do trabalho precarizado feminino e infantil na produção industrial⁶².

A expansão do desemprego, em particular o crescimento do desemprego estrutural, por outro lado, resultou em um crescimento de formas de trabalhos temporários e parciais, de expansão do trabalho informal, de subcontratação da força de trabalho, e o crescimento da utilização do trabalho feminino, além da expansão do trabalho no setor de serviços (ANTUNES, 2004), um mundo do trabalho caracterizado pela *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002). Terceirização, trabalho precário, temporário e informal tornaram-se formas permanentes de ocupação para amplos setores dos trabalhadores, afastando-se de seu caráter transitório para os desempregados, de apenas uma condição temporária, “uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais”, resultado do estancamento das tendências à formalização das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 135).

Mudança fundamental no ordenamento do trabalho, houve também um significativa redução da ocupação no setor da produção de bens e um crescimento no setor de serviços, que passou a figurar como o principal setor de ocupação da força de trabalho – entre os anos de 1970 e 2000 na região da OCDE a ocupação na indústria recuou de 51% para 37% enquanto que no setor de serviços saltou de 49% para 63%, chegando a 72% de ocupação da força de trabalho quando considerados

⁶² Marx, em *O Capital*, apontava se referindo à maquinaria que: “Em antítese ao período da manufatura, o plano da divisão do trabalho funda-se agora, sempre que possível, na utilização da mão-de-obra feminina, do trabalho de crianças de todas as idades, de trabalhadores não-qualificados, em suma, do cheap labour, do trabalho barato, como o inglês tão caracteristicamente o denomina. Isso vale não só para toda a produção combinada em larga escala, quer use maquinaria, quer não, mas também para a assim chamada indústria domiciliar, seja ela exercida nas moradias privadas dos trabalhadores ou em pequenas oficinas”, e completa: “A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se [...] ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua dispersão” [...] (Marx, 1985b, p.92 elet).

o conjunto dos países do centro capitalista, (POCHMANN, 2001. p. 32-35); no Brasil, no início dos anos 2000 a ocupação nos serviços alcançava 54,6%, enquanto que na indústria era de 12,7% na ocupação da força de trabalho⁶³ (Ibid, p. 58). O autor explica que esta “redução da capacidade de produção intensiva em mão-de-obra foi complementada, em parte, pela ampliação de fábricas intensiva em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador muito mais alto” (Ibid, p. 34). Esta nova configuração do trabalho, deslocado do setor industrial para os serviços, configura uma nova realidade no sistema econômico, o que teria produzido uma mudança em seu eixo dinâmico: a indústria, a produção de bens, estaria perdendo sua centralidade na produção do valor para o setor dos serviços, nova força motriz do sistema econômico, e a velha economia industrial estaria dando lugar a uma *nova economia* baseada no setor dos serviços, responsável pela absorção de parcela significativa da força de trabalho dispensada pelo setor produtivo.

Uma das interpretações de grande penetração nos centros de estudo e nos meios de comunicação para este fenômeno, o da diminuição da força de trabalho empregada na indústria e o aumento de seu emprego nos serviços, aponta para o nascimento de uma *nova economia* cujo novo centro dinâmico são estes serviços. Esta nova economia indicaria o nascimento da sociedade pós-industrial como superação da sociedade industrial, na medida em que a implementação da automação e da informatização da produção resulta na redução drástica do trabalho vivo na produção de bens – o que levaria progressivamente a produção industrial a ocupar cada vez menos trabalho vivo, até que se torne residual no computo do

⁶³ No Brasil, entre os anos de 1970 e 1990, o setor de serviços aumentou “[...] em média 50% sua participação relativa na estrutura ocupacional, sendo em boa medida direcionada para o setor informal” (ANTUNES, 2004, p.24). No mesmo período, o setor industrial sofreu redução de 20% para 13% do total da força de trabalho, sem, no entanto, que tenha ocorrido a incorporação de todos os trabalhadores dispensados pela indústria por parte do setor terciário (POCHMANN, 2000), ampliando, assim, o número de desempregados e de trabalhadores informais.

trabalho total presente na sociedade. Concomitantemente, o crescimento do setor de serviços indicaria estar havendo uma troca da produção de bens materiais pela produção de serviços, de informação e de conhecimento, o que estaria ocupando cada vez mais o centro dinâmico do sistema econômico (DE MASI, 2003). Nova fase do capitalismo em que estaríamos vendo nascer o fim da produtividade física e sua substituição por uma produtividade imaterial (POCHMANN, 2009b), cujo “trabalho não tangível está sendo executado para além do local de trabalho, com metas de vendas e novos métodos de gestão que mantêm o trabalhador plugado 24 horas por dia” (POCHMANN, 2008 – Conferência Bancários, ver como citar vídeo). O autor, na mesma oportunidade, aponta como elemento indicador desta mudança de foco o fato de que a cada 10 empresas, 7 a 8 localizam-se no setor de serviços – haveria, então, uma identidade entre a nova economia calcada nos serviços, cuja produção é imaterial, e a constituição desta nova sociedade pós-industrial, que “coloca o conhecimento na principal posição de ativo estratégico em termos de geração de renda e riqueza” (POCHMANN, 2009b). Esta nova economia de caráter diversificado apresenta uma combinação entre a dimensão agrícola e industrial com o lazer que libera progressivamente os homens do trabalho (DE MASI, 2003): a liberação de tempo aos trabalhadores, pela diminuição das jornadas de trabalho, possibilitada pela liberação de tempo de trabalho pelas novas tecnologias responsáveis pela automação, pela substituição do trabalho dos homens (trabalho vivo) pelo trabalho automático (trabalho morto) cria as condições para a construção de uma sociedade do lazer (DE MASI, 2003). É a própria constituição da sociedade pós-industrial centrada no trabalho imaterial que “favorece a criação de melhores condições para o trabalhador, como a diminuição do peso do trabalho para somente 5% do tempo total de vida” (POCHMANN, 2009a).

O conhecimento alçado à posição central na produção do valor desloca a força de trabalho do trabalho manual para o trabalho intelectual por meio das novas tecnologias informacionais, e resulta da passagem da produção material para a produção imaterial como centro da valorização do valor, em uma sociedade em que o emprego do trabalho voltado à produção de bens materiais é cada vez menos necessário – pela automação da produção. A base desta sociedade é, então, o trabalho imaterial, característica de uma economia com a prevalência da prestação de serviços, em que “o conhecimento se tornou a principal força produtiva” em substituição aos “produtos do trabalho cristalizado” (GORZ, 2003, p. 29). Para o autor, esta mudança

indica que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não mais é determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais (GORZ, 2003, p. 29).

Consequentemente, são estes saberes e inteligências gerais que se tornam as principais fontes de trabalho e de capital e, portanto, fonte do valor. Trata-se da valorização nesta nova economia do *capital humano*, *capital-conhecimento* ou *capital-inteligência* e de novas metamorfoses do trabalho:

“O trabalho abstrato simples [...] é substituído pelo trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidade de tempo, é substituído pelo trabalho dito imaterial...” (GORZ, 2003, p. 16).

Lessa (2005) aponta que, segundo Negri, Hardt e Lazzarato⁶⁴, propositores da tese do trabalho imaterial, este trabalho dito imaterial produz mercadorias “que não se separam em objetos autônomos de seus produtores e que não possuem, por isso, massa ou extensão” (LESSA, 2005, p. 51). São os bens imateriais, como o serviço, o produto cultural, o conhecimento e a comunicação, estes que não resultam em bens materiais e duráveis em cujo trabalho envolvido em sua produção está o chamado trabalho imaterial, segundo Hardt e Negri⁶⁵ (PRADO, 2006). São produtos dos serviços, aqueles que sem permanência física autônoma se consomem no próprio ato da sua produção. Trata-se de um tipo de trabalho em que a cooperação é inerente a ele: por se tratar de um trabalho que tem como fonte a inteligência e os saberes, fundado no trabalho intelectual e não no trabalho manual, sua realização se dá por meios colaborativos, conforme apontam Negri e Hardt (LESSA, 2005; PRADO, 2006), que a informática e a rede mundial de comunicação possibilitam em grau nunca antes atingido, que põe em movimento a valorização de uma intelectualidade de massa, afirmada como agente do novo processo de trabalho. Trata-se, então, desde uma retomada da produção coletiva e social dos saberes, de uma nova modalidade de trabalho fundada nas capacidades intelectuais humanas, que se tornou a base da nova economia, da sociedade pós-industrial:

A característica fundamental do novo modo de produção parece consistir no fato de que a principal força produtiva vem a ser o

⁶⁴ LAZZARATO, M. Le concept de travail immatériel : la grand entreprise. Future Antérieur, Paris, n. 10, p. 55-61, 1992. LAZZARATO, M.; NEGRI, A. travail immatériel et subjectivité, Future Antérieur, Paris, n. 6, p. 86-99, verão 1991. LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Le « cycle » de la production immatérielle. Future Antérieur, Paris, n. 16, p. 111-120, 1993. NEGRI, A. Marx beyond Marx. Nova York; Londres: Autonomedia; Pluto, 1991. NEGRI, A. El poder constituyente. Madri: Lebertarias; Prodhufi, 1994. Negri, A. La première crise du postfordisme. Future Antérieur, Paris, n°16, p 11-15, 1993.

⁶⁵ Hardt, M.; Negri, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001. NEGRI, A. Twenty Theses on Marx Interpretation of Class-Situation Today. In: Marxism beyond Marxism. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p. 149-180.

trabalho técnico e científico [...] o trabalho vivo se manifesta acima de tudo como trabalho abstrato e imaterial (com relação à qualidade), como trabalho complexo e cooperativo (com relação à quantidade) e como trabalho continuamente mais científico e mais intelectual (com relação à forma). (HARDT e NEGRI, 2001, p. 279)

Segundo Lessa (2005), os autores da tese do trabalho imaterial apontam para o desenvolvimento da *sociedade-fábrica*, uma vez que, segundo eles, o processo de trabalho deslocou-se para toda a sociedade: o consumo e a produção se integraram ao ponto de o consumo gerar a produção e, assim, tornar-se ele mesmo produtivo, o que promove uma *identidade absoluta* entre sociedade e capital – a *sociedade-fábrica*. O trabalho produtivo passa a ser aquele que reproduz a sociedade e não apenas o que reproduz o capital e assim “toda e qualquer atividade que reproduz o mundo social existente é produtiva” (PRADO, 2006, p. 55) Aqui, o capital dá origem ao subsumir à totalidade social a uma

“nova subjetividade que recusa a valorização do capital e a substitui pela sua própria valorização [...] a subsunção da totalidade das relações sociais ao capital (que) faz com que a verdadeira força produtiva passe a ser o conhecimento (a ciência)” (LESSA, 2005, p.65, 2001).

A produção e a sociedade, agora uma mesma e única dimensão (a *sociedade-fábrica*), centradas nos conhecimentos e saberes humanos acumulados abrem espaço para que a intelectualidade de massa torne-se o agente do novo processo produção: detentores dos saberes, os trabalhadores empenham-se não mais na valorização do capital, mas na sua autovalorização, aponta Lessa (2005) referindo-se à Hardt e Negri. Tomados não mais em separado, o momento do saber

e o momento da produção material tornam-se profundamente integrados: “uma absoluta identificação entre o saber e a produção e, portanto, também entre o consumo, a circulação e a produção”, aponta Lessa (2005, p. 65) em relação às teses sobre o trabalho imaterial.

Expostas até aqui de maneira breve as teses sobre o trabalho imaterial, não sem as dificuldades inerentes à tarefa mencionadas por Lessa (2002)⁶⁶ pelas características das proposições, é possível estabelecer as suas conexões com a ideologia da qualificação. De toda maneira, apesar de não ser o foco deste nosso trabalho realizar a crítica aprofundada destas proposições, tarefa esta, aliás, que pode ser encontrada em diversos autores⁶⁷, vale assinalar o caráter ideológico e fetichista destas teses e reflexões acerca da sociedade pós-industrial e do trabalho imaterial de Hardt, Negri e Lazzarato: ao centrarem suas observações no caráter concreto do trabalho e na manifestação material ou imaterial de seu produto, deduzem daí as qualidades inerentes ao processo de trabalho e terminam por extrair do resultado material do processo de produção o caráter da produtividade do trabalho (PRADO, 2006), caindo em posições fetichistas. Como bem assinala Marx:

A mania que há de definir o trabalho produtivo e improdutivo por seu conteúdo material provém [...] da concepção fetichista, que é peculiar

⁶⁶ Após leitura extensa sobre o trabalho imaterial para apresentá-lo nesta tese de modo sucinto é inescapável a longa observação feita por Lessa: “Caro leitor: se, depois desta “definição”, não se sentir seguro do que exatamente seria o “trabalho imaterial”, o problema estaria, não no próprio conceito, ou na argumentação de Lazzarato, mas sim no fato de estarmos (o autor destas linhas e você) ainda presos às velhas concepções “objetivistas” e “racionalistas”! Apenas aqueles capazes de se elevar ao “subjetivismo” em que se move o conceito poderá entendê-lo. Não se esqueça que o “estilo” dos teóricos do trabalho imaterial se afasta da “excessiva” racionalidade “objetivista” de Marx e, portanto, também da “precisão racionalista” (que limita o “poder constituinte” do “amor para o tempo) de seus conceitos. Por isso, em se tratando dos teóricos do “trabalho imaterial”, esta definição de Lazzarato é, digamos, exageradamente precisa; não encontraremos nenhuma definição mais nítida. Se fôssemos generosos, poderíamos dizer que Hardt, Negri e Lazzarato comentam esta categoria ao invés de defini-la. Se fôssemos repetir literalmente um de seus discípulos, teríamos que dizer que “divagam” e não definem absolutamente nada!” (LESSA, 2002, p. 16).

⁶⁷ A crítica das teses do Trabalho Imaterial e da Sociedade Pós-Industrial pode ser encontrada entre outros em: Lessa, S. (2005; 2002; 2001), Prado, E. (2006; 2005), Amorim, H. (2009, 2007, 2006a., 2006b), Borón, A. (2002).

ao modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo, segundo a qual há determinações econômicas formais, como, por exemplo, *mercadoria*, *trabalho produtivo*, *etc.*, que constituem uma qualidade inerente em si e para si aos depositários materiais destas determinações formais [...]; do fato de que, se se considerar o processo de trabalho enquanto tal, só é produtivo o trabalho que desemboca [...] num produto material [...] (MARX, 1985c, 117-118).

Vale também apontar que a promessa de liberação do tempo de trabalho para o lazer ou para o ócio, defendida por De Masi (2003), ou mesmo a diminuição significativa do “peso do trabalho para somente 5% do tempo total de vida”, conforme afirma Pochmann (2009b), que podem ser realizadas pela sociedade pós-industrial não se afiguram em um horizonte distante: sequer se põem como perspectiva na sociedade capitalista. As transformações na base produtiva, com o novo maquinário a liberar força de trabalho, a *lean production* e outras formas mescladas às formas de gestão toytista, que reduzem os quadros de empregados tem resultado em aumento das taxas de desemprego mundiais. É sabido já de longa data que a introdução da maquinaria na produção e de seu avanços técnicos não têm resultado em liberação de tempo de trabalho, mas, inversamente, vêm resultando em intensificação do trabalho. Lafargue, em seu opúsculo sobre o direito à preguiça já apontava:

Um poeta grego do tempo de Cícero, Antíparos, cantava deste modo a invenção do moinho d'água (para moer os grãos): ia emancipar as mulheres escravas e voltar a trazer a idade de ouro: "Poupei o braço que faz girar a mó, ó moleiras, e dormi tranquilamente! Que o galo vos avise em vão de que já é dia! Dao impôs às ninfas o trabalho das escravas e ei-las que saltitam alegremente sobre a roda e eis que o

eixo agitado rola com os seus raios, fazendo rodar a pesada pedra rolante. Vivamos da vida dos nossos pais e ociosos regozijemo-nos dos dons que a deusa nos concede." Infelizmente, os tempos livres que o poeta pagão anunciava não vieram. A paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os. (LAFARGUE, 1980, p 31)

A passagem da obra de Lafargue publicada em 1880 é cristalina e, ao mesmo tempo, profética: desde então nada se tem mudado significativamente quanto à liberação da força de trabalho com o desenvolvimento de mais e novas tecnologias e, quando ocorre algum tipo de liberação da força de trabalho, esta vem na forma do desemprego, contemporaneamente do desemprego estrutural. Dez anos depois de sua aparição, a tese de que haveria uma liberação da força de trabalho da produção material por conta das novas tecnologias informacionais e os novos autômatos e que se dirigiria para o ócio criativo (DE MASI, 2001) não passou de mero ilusionismo. Sob o capitalismo, o mesmo deve se esperar das previsões de uma vida liberada pela produtividade em que o trabalho venha a ocupar apenas 5% do tempo de vida total. A liberação de tempo de trabalho para a fruição do tempo livre, que para os entusiastas da pós-indústria seria promovida pela vigência do trabalho imaterial e o decréscimo de trabalho material, não se fez presente, senão na forma do desemprego.

Ao contrário do que prega a teoria do "trabalho imaterial", assistimos a uma intensificação da extração da mais-valia, a uma vigência ainda mais extensa do valor trabalho, ao surgimento de formas ainda mais brutais da subsunção do trabalho ao capital [...] (LESSA, xxxx)

De toda maneira, as previsões de que pela técnica se possa vir a libertar o homem de sua submissão ao trabalho, subjacentes à teoria do trabalho imaterial (GORZ, 2003), se revestem do mais exacerbado otimismo e permanecem circunscritas ao campo da ideologia, quando não da crença. A promessa reiterada a cada nova transformação na base técnica da produção de liberação da força de trabalho para a fruição da vida se frustra diante da ampliação da sua submissão a mais trabalho. A expectativa otimista, como aponta Marcuse (xxxxxx), de que “as realizações da sociedade industrial avançada” poderiam propiciar aos homens a ruptura da “união fatal entre produtividade e destruição, liberdade e repressão”, não resiste ao fato de que “as próprias forças que tornaram a sociedade capaz de amenizar a luta pela existência serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade de tal libertação” (Marcuse,xxxxxx). Esta nova sociedade pós-industrial, no entanto, reitera, em seus termos, a promessa da libertação: a substituição em curso do trabalho material pelo trabalho imaterial, possibilitada pelas tecnologias informacionais e comunicativas, liberta o homem da sua condição reificada e propõe uma nova subjetividade aos homens fundada nos saberes, inteligências e no conhecimento, no capital humano. Porém, como bem aponta Adorno, “o que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade”. Com as tecnologias da informação e a microeletrônica aplicadas à produção, seus autômatos, esses moinhos d’água de um Antiparos moderno, fazem, como tais, sua aparição: transmutados de “máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os” (LAFARGUE, 1980). Não consta liberação de tempo para o ócio, seja ele criativo ou não. De resto, as reduções das

jornadas de trabalho, quando vieram foram pela ação política dos trabalhadores, sempre com a resistência dos proprietários do capital⁶⁸.

A importância de relacionar esta visão que se refere às transformações produtivas em curso como uma *nova economia*, a entrada em um novo período, o pós-industrial, fundada nos serviços e na centralidade do trabalho imaterial na produção, à discussão sobre a qualificação reside, ao menos em dois aspectos centrais: de um lado, a grande penetração que alcançou junto aos meios acadêmicos por conta mesmo de seu caráter fetichista, que facilita por meio da manifestação objetiva dos múltiplos trabalhos a identificação das categorias apresentadas por esta corrente teórica – o trabalho imaterial pode ser visto, apesar da imaterialidade dos produtos que produz e mesmo por conta dela no momento mesmo em que se realiza – e a adesão à ela de importantes setores políticos e econômicos; e, por outro lado, pela equivalência que propõe entre trabalho imaterial e saberes e inteligências: a produtividade resulta da nova e verdadeira força produtiva que é o conhecimento – o chamado *capital humano*. Tomadas em conjunto, ambas resultaram na disseminação pela sociedade brasileira de um modelo de trabalho e de trabalhador de qualificação elevada, apto a contribuir para a *produção social* e para a valorização do valor não apenas com a sua técnica, mas com os seus saberes e habilidades cognitivas, o que tem servido de paradigma para os debates sobre a qualificação e elevação da escolaridade, que de resto, não corresponde plenamente à realidade.

Esta perspectiva sobre o mundo do trabalho e as transformações em curso, até agora apresentada, se relaciona e se articula com o discurso ideológico da

⁶⁸ O caso recente de redução da jornada de trabalho na França de 39 para 35 horas é objeto de disputas e debates intensos no país, que opõe trabalhadores e empresários. Ver: http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/04/040428_desempfrancadf.shtml. Acesso em 20 abr 2011.

qualificação, uma vez que se trata de uma proposição teórica que faz do conhecimento e da dimensão intelectual do trabalho o centro do sistema social e produtivo. Nesta nova sociedade da inteligência (Gorz, 2003) o conhecimento, os saberes e a inteligência adquirem centralidade na produção e reprodução sociais. O processo educativo torna-se uma necessidade de primeira ordem: o desenvolvimento social e o *capital social* dependem mais que nunca da ampliação do conhecimento e de sua rápida democratização. O novo trabalhador do imaterial estaria submetido às demandas pelo conhecimento e pelos saberes, porém não mais e apenas como demanda produtiva, senão como demanda social. A educação e não a simples capacitação técnica – esta relacionada ao modo de produção anterior, à fábrica – é necessária, tanto para a vida econômica, quanto para a vida social (de resto, é necessário lembrar, já tornadas uma única dimensão). Dessa maneira, mediante o trabalho imaterial nesta sociedade pós-industrial “o ensino superior passa a ser a base para o ingresso no mercado de trabalho, bem como a educação se torna uma medida imprescindível para a vida toda” (POCHMANN, 2009b). As novas qualificações necessárias aos trabalhadores ultrapassam a mera capacitação técnica em direção à educação e às competências.

A nova produção demanda uma força de trabalho intelectualizada, que participe ativamente na criação de novas mercadorias, o que ocorre pela sua participação no consumo determinando a demanda – a proposição *toyotista* de que a produção em massa de característica *fordista* deve ser substituída pela produção conforme a demanda, que significa a demanda por mercadorias nos ciclos de expansão e retração do consumo definindo os ritmos de produção, sofre fantástica inversão: de pernas para o ar, deixa de ser *produção conforme a demanda* e aparece como produção *conformada* pela demanda, dirigida desde fora, desde o

social, quando o trabalhador-consumidor dirige esta demanda desde o reconhecimento de suas necessidades e desejos. Trabalhador e consumidor, esta dicotomia deixa de existir: enquanto consome, produz e, por extensão, produz enquanto consome. O que em aparência sugere uma relação dialética é mera circularidade: o consumidor define o que vai consumir, mas apenas dentre as possibilidades pré-determinadas pela produção, o que revela um mercado de consumo de mercadorias pré-determinadas e que, assim, pré-determina o consumo, cujo grau de liberdade de escolha não se relaciona com a presença de maior ou menor intelectualidade, conhecimentos ou inteligências senão com a oferta de variabilidade limitada aos distintos perfis de consumidores, o que já foi claramente exposto por Adorno no final dos anos de 1940:

O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo.

(ADORNO, 1986, p.116)

A empresa-sociedade (ou sociedade-fábrica), em que não se distingue mais tempo de trabalho de tempo de não trabalho, com o trabalho avançando para todas as dimensões da vida humana, o trabalho, o consumo, o lazer, etc., exige um trabalhador com inteligências e saberes desenvolvidos que possa ser acionado nas múltiplas relações que estabelece para produzir a valorização. Se até recentemente o capitalismo esteve voltado para a valorização do capital fixo material, com a configuração da nova economia ele vem sendo suplantado por um capitalismo pós-moderno cujo centro é a valorização de um capital dito imaterial, o *capital humano*

(GORZ, 2003). Esta retomada da teoria do *capital humano* desenvolvida na década de 1960 se faz, porém, sob nova roupagem. Para Schultz (1973)⁶⁹, considerado o propositor desta teoria, o capital humano é o conjunto de conhecimentos, experiências, aprendizagens, habilidades que o trabalhador possui e que é fonte de satisfações futuras e de futuros rendimentos aos seus possuidores – que é de responsabilidade privativa aos trabalhadores ampliar por meio de melhores qualificações e da educação – das quais não pode se separar, uma vez que faz parte como constituinte do homem individualmente. Seu empenho na empresa (deste capital) faz com que haja o aumento da produtividade, numa fórmula de quanto maior o capital humano, maior a produtividade do trabalho. Na produção, segundo seus formuladores, o capital humano aparece como um capital independente (SAUL, 2004), que se relaciona com o capital produtivo no processo de valorização do valor, mas que, diferentemente deste, não é possuído pelo capitalista – a relação estabelecida é de complementaridade entre duas variáveis de mesma espécie no processo de produtivo, não mais capital-trabalho, mas capital-capital. Ora, nas relações de produção capitalista é a força de trabalho enquanto potência que é trocada pelo capital variável e empregada na produção e, assim, irá compor o capital produtivo, não como capital independente, o que não é, mas como trabalho. Os trabalhadores não se tornam capitalistas e sócios do

⁶⁹Saul (2004) aponta que a origem das proposições sobre o Capital Humano se encontram já em Taylor e foram se desenvolvendo ao longo do século XX, mas que apenas nos anos de 1960 foi sistematizada e proposta como tal por aqueles a quem chamou de seus *arautos modernos*: Schultz, Mincer, Becker. Para uma discussão mais aprofundada sobre a teoria ver: BECKER, Gary. El capital humano. Madrid: Alianza Editorial, 1983[1964]; MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution. The Journal of Political Economy, vol. LXVI, n. 4, p. 281-302, august. 1958. SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. The American Economic Review, v. LI, n. 1, p. 1-17, march.1961; SCHULTZ, Theodore W. Valor económico de la educación. Trad. Sonia Tancredi. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1968 [1963].

empreendimento corporativo por conta das qualificações e conhecimentos que possuem e que têm valor econômico, como quer Shultz⁷⁰

"Os trabalhadores tornaram-se capitalistas não em consequência da propriedade de ações das corporações, como o folclore o considerou, mas em virtude da aquisição de conhecimentos e capacidades que possuíam valor econômico [...]" (1961, p. 3, apud SAUL, 2004, p. 258)

muito menos podem valorizar seus conhecimentos no mercado da educação – o que viria a ser esta *acumulação* de capital pela educação? – e assim ampliar seu *capital humano* pela sua valorização. É sabido que os salários pagos ao trabalhador não são determinados externamente pelas qualificações da força de trabalho, como bem se pode apreender das formulações feitas por Marx (1985a) sobre a composição do salário. Ao contrário, é sabido que as qualificações são definidas e demandadas pela própria produção e vão compor, em geral, de forma residual o capital variável (MARX, 1985a).

Podemos avançar essas críticas também para as proposições de Gorz: o *capital humano* na modalidade de conhecimentos, inteligências e saberes que o trabalhador possui não responde pela sua autovalorização no mercado da troca entre força de trabalho e capital. Não é de forma alguma a ampliação da escolaridade ou das habilidades técnicas ou competências que valoriza a força de trabalho: se houver daí alguma ampliação do salário será pelo deslocamento do aproveitamento, dentro da cadeia produtiva definida pela divisão do trabalho, da força de trabalho agora diferentemente qualificada – o princípio de Babbage⁷¹

⁷⁰ SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. The American Economic Review, v. LI, n. 1, p. 1-17, march.1961

⁷¹ Ver nota 2.

apontado por Braverman (1974) indica claramente o mecanismo econômico de diminuição dos custos da força de trabalho pela compra exata daquela parcela de trabalho necessária para realizar cada tarefa propiciado pela divisão fabril do trabalho. As distinções entre as qualificações e entre níveis de escolaridade, particularmente quando certificadas, garantem a legitimação de um regime de hierarquia salarial (VATIN⁷², 1999 apud SAUL, 2004). Mas o *capital humano* proposto por Gorz (2003) apresenta-se renovado: nele o capital humano não se compõe com o capital produtivo no processo de valorização, o que já constitui erro grosseiro, mas o suplanta, ou ao menos o está suplantando, no centro mesmo da valorização – significaria, aceitas as proposições de Schultz, que o sócio capitalista minoritário, o trabalhador portador do capital humano, tornou-se majoritário do empreendimento capitalista. Restaria saber quem, então, nessa nova configuração apropria-se do lucro, o *sobretabalho*, ou *trabalho não remunerado* (MARX, 1996). Ora, ambas as proposições sobre o capital humano, mesmo quando diferem entre si, possuem em comum o caráter fetichista ao “confundir a forma da relação social com aquilo que lhe dá suporte, tomando naturalmente esta última por aquela” (PRADO, 2005, p.77).

A retomada das proposições da teoria do *capital humano* impacta imediatamente na qualificação e na educação dos trabalhadores, posto que na sociedade do conhecimento são a força motriz da economia (GORZ, 2003). Realiza uma equivalência entre conhecimentos, habilidades, inteligências, saberes com a qualificação para o trabalho – mesmo quando se diz que nesta nova sociedade do conhecimento não se trata mais apenas de qualificações técnicas, mas de inteligências gerais e saberes empenhados no trabalho (GORZ, 2003), a passagem

⁷² VATIN, François. Le travail, sciences et société. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1999.

destas para o mercado de trabalho e sua utilização para a valorização no processo produtivo torna-as sem sombra de dúvidas em atributos para o trabalho, enfim, em qualificações profissionais, termo que, particularmente no Brasil tem seu sentido alargado, mesmo contra a vontade dos propositores da tese do *capital humano* – e com isto as reduz ao econômico. A formação, a educação e a produção dos saberes passam, então, a se realizar tão-somente em função de seu aproveitamento no circuito da produção e da circulação de mercadorias (expressa na proposição do consumidor-produtor, que produz na esfera do consumo, como já discutido anteriormente).

Sua reaparição, isto é crucial apontar, se dá no quadro de desemprego e, particularmente do desemprego estrutural, que acompanhou a reestruturação produtiva nas últimas décadas do século XX e, diante da crise instalada, tornou-se em mediação entre desemprego e emprego por uma inversão das determinações de compra e venda da força de trabalho. O *capital humano* possuído individualmente pelo trabalhador se tornou o *diferencial* entre aqueles que logravam alcançar um posto de trabalho e os que permaneciam desempregados. A ampliação, pela qualificação, das suas qualidades *humanas* (saberes, competências, conhecimentos, etc.) é que resultaria na superação do desemprego. A valorização de seu *capital humano*, que poria o indivíduo em consonância com as necessidades da nova economia, da pós-indústria, é que o tornaria *empregável* (o seu *capital humano*) e, portanto, faria da sua força de trabalho comprável no mercado de trabalho.

É no mercado de trabalho que se encontram a oferta (por parte do trabalhador) e a demanda (por parte da empresa ou equivalente) de trabalho, que se entrecruzam as necessidades por força de trabalho e a disponibilidade desta mesma

força, no entanto, mediadas pelas qualidades disponibilizadas e requeridas. Ao menos assim, aparece aos homens. No entanto, é fora da esfera deste mercado de trabalho que se determinam as necessidades da quantidade de força de trabalho e sua qualidade requeridas pelo sistema de produção. São os ciclos de expansão e contração econômicos e seus deslocamentos produtivos internos, a saber, a expansão e retração dos setores internos de uma economia, que vão determinar a demanda de trabalho e a oferta de empregos, em todos os seus aspectos, inclusive a sua qualidade – particularmente, em um sistema marcado pela acumulação flexível e pelo modelo toyotista, isto se torna mais verdadeiro e brutal.

A relação de compra e venda entre o capital e o trabalho se dá pela compra da força de trabalho pelo proprietário do capital, mediante sua troca pelo capital variável, que adquire a potência desta força de trabalho (MARX, 1985a) – nunca poderia adquirir nem o próprio trabalho, uma vez que este é a objetivação da força de trabalho, a realização de sua potência, que o capitalista dispõe, uma vez adquirida ao trabalhador, para a produção de valor de troca, nem poderia comprar o próprio trabalhador, o que se fosse este o caso nos remeteria à escravidão, uma vez que de proprietário da força de trabalho passaria a proprietário do portador desta mesma força (MARX, 1985a). Ora, é o homem o portador de sua subjetividade. Conhecimentos, saberes, inteligência não se compõem como externas a ele, mas participam de sua própria subjetividade. A sua força de trabalho se afigura como potência que pode realizá-las, o que seria a própria realização de sua subjetividade. A compra, porém, da força de trabalho torna-a alheia ao seu antigo proprietário, o trabalhador despojado da possibilidade de realizar sua subjetividade, que a verá ser consumida no processo de trabalho determinado desde o processo reprodução do capital. Aqui, como aponta Prado (2005), pode-se falar que “no capitalismo

avançado o 'homem' transforma-se em conteúdo do capital", este homem negado, mas não é possível dizer que o capital é humano, nem tampouco que o homem é capital. As teses do *capital humano*, enfim, expressam na melhor das hipóteses uma relação social coisificada (PRADO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças no mundo do trabalho deste final de século XX permanecem ecoando no início do século XXI. O processo de reorganização do capital, tanto em sua face financeira, quanto em sua face produtiva, aponta para uma passagem de uma centralidade da indústria para uma centralidade dos serviços no que diz respeito ao emprego da força de trabalho, indicada pela redução da ocupação da força de trabalho na indústria e pela ampliação da sua ocupação no setor de serviços. A reorganização do setor produtivo pela microeletrônica e as mudanças no processo de administração científica do empreendimento capitalista, pelo reordenamento do capital, a sua modernização conservadora, resultaram não apenas neste deslocamento de força de trabalho, mas em destruição da força produtiva, que aparece socialmente na forma do desemprego estrutural, no subemprego e na precarização da força de trabalho, tão características do capitalismo da virada do século. Aos trabalhadores, no entanto, a face que se mostrou a eles não foi a da manobra do capital pela busca de retomada da sua rentabilidade, mas primeiramente a face do desemprego, que viria rapidamente acompanhada pelo discurso ideológico da qualificação: exigência para a escapada ao destino do desemprego, pôs em movimento contingentes inumeráveis de trabalhadores e acionou políticas públicas no sentido da realização da sua qualificação, mobilizando vultosos recursos do Estado para a sua consecução, que moveu um significativo mercado da formação profissional.

Como pudemos ver, a atividade hercúlea de capacitar e qualificar trabalhadores em pleno desemprego galopante foi assumida acriticamente. As condições para o desemprego permaneceram ocultas e apenas suas manifestações visíveis, porém não menos cruéis, foram alardeadas e esgrimidas diante de um público atônito: desempregados e empregados de todas as categorias

puderam assistir ao chamado da qualificação, muito mais um imperativo: qualifica-te, senão te devoro, o enigma da esfinge moderna. No entanto, a qualificação dos trabalhadores não alcançou decifrar o enigma do desemprego na nova configuração produtiva capitalista. O que estava na sombra, permaneceu oculto. A divisão do trabalho subjacente ao capital e a sua nova configuração, com a ampliação da participação do trabalho intelectual na produção do valor, permaneceu de fora das justificativas para o desemprego. Mesmo o avanço do emprego no país, com a era Lula, não significou a mudança no discurso sobre a qualificação dos trabalhadores

As novas explicações, simulacros de tentativas de interpretação da nova configuração do capitalismo, expressas nas teses da pós-indústria e do trabalho imaterial não fizeram senão jogar mais confusão no cenário já de difícil compreensão de reestruturação do capital. A qualificação neste cenário tornou-se o novo elemento mobilizador da relação capital-trabalho, na formulação, antes de tudo uma retomada modernizante, do chamado capital humano. Novamente, a aparência do social foi tomada como força explicativa das transformações em curso, num processo de fetichização da realidade. As relações antagônicas de classes expressas na divisão do trabalho e na subsunção do trabalho ao capital permaneceram distantes das interpretações da nova realidade do mundo do trabalho.

A desqualificação posta em movimento desde o advento da manufatura ao atual período do desenvolvimento do capitalismo produzida pelo incessante processo de divisão do trabalho aparece socialmente na forma da qualificação e a tomada desta última em sua positividade, qual seja, a de melhoria das qualificações dos trabalhadores para ocuparem os novos postos de trabalho, que exigem mais trabalho intelectual ao trabalho manual, o entendimento de que disto decorre um

aumento da qualidade da qualificação, se constitui como ideologia e fetichismo. O resultado deste processo tem sido a ampliação da divisão no seio da classe que vive do trabalho não apenas entre os trabalhadores manuais e intelectuais, mas agora amplia-se também com muita força esta divisão entre trabalhadores qualificados e desqualificados com clivagens com a divisão entre trabalhadores manuais e intelectuais. A positividade atribuída às qualificações voltadas ao trabalho intelectual se faz acompanhar de uma redução de prestígio das qualificações voltadas ao trabalho manual.

O processo de desqualificação da força de trabalho como fundante da qualificação pela sua especialização unilateral, conforme demonstrado por Marx (1985a), permanece central para o entendimento da objetificação do trabalhador. A qualificação não é imanente à força de trabalho ou ao trabalhador, resulta, antes, das relações de produção e reprodução das condições materiais de existência. Mesmo a sua aquisição, no processo educativo e formativo, não advém de uma demanda subjetiva pelo saber e pelo conhecimento técnico disponíveis que serão a *posteriori* utilizado na produção, mas do próprio processo de divisão do trabalho necessário à reprodução do capital. Desqualificar o trabalho e recuperá-lo em sua forma parcelar como qualificação, a ultraespecialização do mundo do trabalho contemporâneo é parte central do processo de subsunção do trabalho ao capital e da divisão do trabalho capitalista e, portanto, fundamental de ser entendido. Não será com o entendimento dominante quanto ao que é qualificação que se poderá buscar mudanças profundas na forma de organizar as produções e a sociedades. É fundamental aprofundar o entendimento sobre as relações entre qualificação e o processo de valorização na produção. Já é sabido que a base técnica que produz e resulta da divisão capitalista do trabalho não é neutra, muito menos que esteja à

espera de que seja operada pelos trabalhadores libertos do assalariamento e, assim, utilizadas para o bem: não se trata do bem e do mal, mas de compreender as relações capitalistas para que se possa produzir historicamente as mudanças necessárias no que diz respeito à qualificação.

Este trabalho, sem sombras de dúvidas, tem muito que avançar para o entendimento mais aprofundado das relações entre a divisão do trabalho e seu processo de desqualificação do trabalho e a aparição das especializações unilaterais como qualidade da força de trabalho, como qualificação. As discussões sobre a subsunção do trabalho ao capital, com as transformações na base produtiva, merecem aprofundamento e as proposições de Fausto (2002) sobre a pós-grande indústria e a subsunção intelectual do trabalho ao capital, ao que ele chama de uma terceira etapa da subsunção do trabalho, precisam ser debatidas, o que ficará para uma etapa posterior. Também, o aprofundamento das relações entre a ideologia da qualificação e a mobilização de uma indústria da educação de alcance e tamanho inéditos no país precisa ser discutida: a olhos vistos, a demanda por educação e formação dos mais diferentes níveis e tipos foi impulsionada pelos discurso ideológico da qualificação associado à ameaça de desemprego durante os anos de 1990. A ampliação da oferta de ensino também seguiu em grande medida esta mesma lógica, a de atender a demanda de qualificação, em particular as novas vagas criadas no ensino superior – há a necessidade de compreender este movimento e as suas relações com a ideologia da qualificação. A ampliação da divisão do trabalho no âmbito do trabalho intelectual e a compartimentalização das carreiras profissionais de nível superior em subespecialidades – o exemplo da engenharia no país é emblemático: de aproximadamente 10 engenharias no início dos anos de 1980 passou a contar com 34 engenharias distintas em 2011. Foram

discussões que não ocorreram aqui por questão de tempo e que ficaram para uma etapa posterior do desenvolvimento deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1986.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>. Acesso em: 10 março. 2011.
- _____. *Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.
- AMORIM, Henrique. *Prática política, qualificações profissionais e trabalho imaterial hoje*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 17, n. 33, Junho, 2009. Disponível em: . http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2011.
- _____. *Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Karl Marx*. Crítica Marxista, Campinas, n. 25, p. 9-46, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, G. & GENTILI, P.(orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Mundo do Trabalho, 2002a.
- _____. *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez Editora/ Ed. Unicamp, 2002b.
- _____. O Caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho, in *Rev. Trabalho, Educação e Saúde*, 1(2):53-61, 2003.

_____. Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil, in: *O Averso do Trabalho*, org. Antunes, R. e Silva, M. A. M., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. A Era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil, in *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil, in: *O Averso do Trabalho*, org. Antunes, R. e Silva, M. A. M., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATISTA, Paulo Nogueira. *Pensando o Brasil : ensaios e palestras*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BELLOFIORE, Ricardo. O capitalismo dos fundos de pensão, in *Revista Outubro*, N. 7, 2002; Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_05.pdf. Acesso em 10 abr. 2011.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores – Ainda há lugar para sindicatos?*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BERNARDO, M. H. *Trabalho duro, Discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BLACKBURN, Robin. *Banking on Death or investing in life: the history and future of pensions*. London: Verso, 2002.

- BORGES, Angela. Mercado de Trabalho: mais de uma década de precarização, in a perda da razão social do trabalho, org. Druck, Graça e Franco, Tânia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- BORÓN, Atilio. *Império e imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BOSI, Alfredo (1992): “Anchieta ou as flechas opostas do sagrado”, in: *Dialética da Colonização*, São Paulo: Cia. das Letras.
- BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm. Acesso em: 16 abr. 2011.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego Ministério da Educação e Cultura: Política para a Educação Profissional. MTE/MEC, 1999.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego Ministério da Educação e Cultura: Política para a Educação Profissional. MTE/MEC, 2000.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). GUIA DO PLANFOR 2001. 2001A
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRUNO, Lúcia. *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*, São Paulo: Atlas, 1996.
- CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. *Planfor, reforma do Estado e acumulação flexível: tecendo fios invisíveis*, Educere ET Educare – Revista de Educação, Vol. 1 nº 2 jul./dez. p. 229-244, 2006.

- _____. *A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do planfor ao pnpq, 27ª Reunião Anual Anped, 2004*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t099.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação, in: *Educação e Sociedade*, ano II, no 5, (janeiro de 1980), Campinas: Editora da Unicamp, 1980.
- _____. *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Repressão sexual – essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. (2000): *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- CHESNAIS, François. *Finança Mundializada*; São Paulo: Boitempo, 1998a.
- _____. *Mundialização Financeira e vulnerabilidade sistêmica*, in *A Mundialização Financeira*; São Paulo: Xamã, 1998b.
- COSTA, Mário de Souza. *Qualificação profissional e ideologia: estudo com trabalhadores desempregados em busca de emprego*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, 2005.
- CRUZ JR., João Benjamim; ARAÚJO, Pedro da Costa; WOLF, Sérgio Machado e RIBEIRO, Tatiana V. A. *Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática*, Revista de Ciências da Administração – v.8, n.15, jan/jun 2006.

- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DE MASI, Domenico. *A Sociedade Pós-industrial*, Ed. Senac, São Paulo, 2003.
- _____. *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro, Editora Sextante, 2001.
- DEJOURS, Christophe e BÈGUE, Florence. *Suicídio e trabalho: o que fazer?*. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DIAS, Vanessa Tavares e WETZEL, Ursula. *Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)*, in *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 97-118, Abril de 2010. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15912>. Acesso em: 22 março. 2011.
- DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*, São Paulo: DIEESE, 2001.
- DUBAR, Claude. *A sociologia do trabalho gente à qualificação e à competência*, in *Educação e Sociedade*, vol 19 nº 64, Campinas, setembro de 1999.
- FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos Anglo Saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas, in Chesnais, François (org.), *A mundialização financeira*; São Paulo: Xamã, 1998.
- FAUSTO, Rui. *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo II: São Paulo: Brasiliense, 1987; tomo III: São Paulo: Editora 34, 2002.
- FERRETI, Celso. *Escola e Fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta*, in: *Cadernos de Pesquisa*, nº 18, (março de 2003), São Paulo, 2003.

_____. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e qualificação, in *Educação e Sociedade*, vol. 25, nº 87, maio/ago. Campinas, 2004.

FILION, Louis Jacques. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*, in *Revista de Administração*, São Paulo, v.34, n.02, p.05-28 abril/junho 1999.

FIORI, José Luís. *Lições da década de 1990 (II)*, Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 29 de agosto 2002. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/jfioripor.php>. Acesso em 02 març. 2011.

FRIEDMANN, George. e NAVILLE Pierre. *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FRIEDMANN, George. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983.

GORZ, André. *O Imaterial, Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume Editora, 2003 .

_____. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro Guimarães. Prefácio escrito para a 3ª edição de *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente – O nacionalismo militar (1950-1988)*, de L.A. Moniz Bandeira. 2011. A primeira edição desse livro, como essa terceira, foi lançada pela Editora Civilização. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1750 5. Acesso em: 05 març. 2011.

- GUTTMANN, Robert. *Basiléia II: uma nova estrutura para a regulação da atividade bancária global*, in Mendonça, Ana Rosa R. e Andrade, Rogério P. (org.), *Regulação Bancária e Dinâmica Financeira*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos – o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LAFARGUE, Paul. *O Direito a Preguiça*. São Paulo, Editora Claridade, 1980.
- LEITE, Elenice M. Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação. Em aberto: Educação, trabalho e desenvolvimento. Brasília : INEP/MEC, 1995. Ano 15, n. 65, p. 5-17.)
- LEITE, Elaine da Silveira e MELO, Natália Maximo. *Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor"*. Rev. Sociol. Polit. 2008. [online]. 2008, vol.16, n.31, pp. 35-47. ISSN 0104-4478. Acesso em: 2 marc. 2011.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva: uma crítica a Negri e outros*, *Crítica marxista*, n.15, 2002. versão eletrônica. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/>. Acesso em: 19 abr. 2011.

_____. Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt, in *Estudos de Sociologia*, v. 6, n. 11, p. 119-143, ISSN 1982-4718, Araraquara, 2001. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/414>. Acesso em: 18 abr 2011.

_____. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Buscavida, 1987.

_____. *Método Dialético E Teoria Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MACHADO, Diego de Queiroz`; PINHEIRO, Leonardo Victor de Sá; GUERRA, Diego; MONTEIRO, Danielli Leite Campos. *A Invenção da Mentira: Um Estudo Observacional sobre a Ação Econômica do Empreendedor Inovador*, XIII SemeAd – Seminários em Administração, setembro 2010, ISSN 2177-3866. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/849.pdf>. Acesso em: 21 març. 2011.

MALVEZZI, Sigmar. *Psicologia Organizacional – Da Administração Científica à Globalização: uma história de desafios*. Mimeog., IPUSP-SP, 1999.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A Logística da Precarização*, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARCELINO, Paula R. P.. Honda: terceirização e precarização – a outra face do toyotismo, in *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, org. Antunes, Ricardo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARX, Karl. *O Capital, Volume I, Livro primeiro, Tomo 1, caps. I a XII*. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O Capital, Volume II, Livro primeiro, Tomo 2, caps. XIII a XXXV*. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital – resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985c.

_____. *Salário, preço e lucro, in O Capital, Volume I, Livro primeiro, Tomo 1, caps. I a XII*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*, Lisboa: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1977.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Acción y Ideología*. El Salvador: UCA, 1990.

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*, São Paulo: Scritta, 1995.

MESZÁROS, Istvan. *Século XXI- O socialismo ou barbárie*. São Paulo Boitempo Editorial, 2003.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. *Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise*. Rev. Adm. Pública [online]. 2009, vol.43, n.1, pp. 231-256. ISSN 0034-7612. Acesso em: 16 abr. 2011.

NAVARRO, Vera L. e PRAZERES, Taísa J.. Reestruturação produtiva, precarização e saúde do trabalhador na indústria de calçados de Franca (SP), in O avesso

do trabalho II, org. SANT'ANA, Raquel S.. São Paulo: Expressão Popular/FAPESP, 2010.

NAVARRO, Vera Lúcia. A Reestruturação Produtiva na Indústria de Calçados de Couro em Franca (SP) *in: O Averso do Trabalho*, org. Antunes, R. e Silva, M. A. M., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

NASSIF, Vânia Maria Jorge; SILVA, Natacha Bertoia; ONO, Arnaldo Turuo; BONTEMPO, Paulo Cesa e TINOCO, Tatiana. Empreendedorismo: área em evolução? Uma revisão dos estudos e artigos publicados entre 2000 e 2008, in RAI – Revista de Administração e Inovação, Vol. 7, No 1, 2010. ISSN: 1809-2039. Disponível em: <http://www.revistarai.org/ojs-2.2.4/index.php/rai/article/view/458/272>. Acesso em: 21 março. 2011.

NOGUEIRA, Cláudia M.. Telemarketing, a saúde das operadoras, in O avesso do trabalho II, org. SANT'ANA, Raquel S.. São Paulo: Expressão Popular/FAPESP, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. O Ornitorrinco, *in: Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda Maria. Seguridade Social, Regimes Previdenciários e Padrão de Acumulação: uma nota teórica e uma reflexão sobre o Brasil, inédito, Mimeo, USP, 2007.

PASTORE, José. *A Agonia do Emprego*, São Paulo: LTr, 1997.

_____. *O Desemprego tem Cura?*, São Paulo: Makron Books, 1998.

_____. *A Evolução do Trabalho Humano: Leituras em Relações do Trabalho*, São Paulo: Ltr, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza, (1999): "Estado, ciência e polícia na Primeira República: a desqualificação dos pobres", in: Estudos Avançados, vol. 13, no 35, São Paulo: IEA.

PEIXOTO, Patricia Ebani. *DO PLANFOR AO PNQ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE OS PLANOS DE QUALIFICAÇÃO NO BRASIL*. Dissertação de Mestrado em Política Social Mestrado em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Do%20PLANFOR%20ao%20PNQ.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2011.

PIMENTA, Solange Maria. Participação e Qualificação: uma nova sincronia da gestão, in: *Trabalho e Educação*, Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE, (agosto/dezembro), Belo Horizonte, 1998.

POCHMANN, Márcio. Emprego e Desemprego Juvenil no Brasil: As Transformações nos Anos 90, in: *Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*, OIT (org.), Brasília: OIT, 1999.

_____. *O Emprego na Globalização – A nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. "Qual Desenvolvimento? - Oportunidades e Dificuldades do Brasil Contemporâneo" - Publisher Brasil, São Paulo, 2009a

_____. *Assegurar o bem-estar coletivo*, in *Le Monde Diplomatique Brasil*, Edição 28 – Novembro-2009, 2009b, Disponível em <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=562&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>. Acesso em 15 abr 2011.

_____. Palestra proferida na 10ª Conferência Nacional dos Bancários, em 25 de julho de 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nPUqna0iYY0&NR=1>

PRADO, ELEUTÉRIO. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica à A. Negri e M. Hardt, crítica marxista*, N.17, 2006. Versão eletrônica. disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/>. Acesso em: 19 abr. 2011.

RIBEIRO, M. A. *Psicologia e Gestão de Pessoas: reflexões críticas e temas afins*. São Paulo: Vetor, 2009

RICCA, José Luiz. Sebrae: o jovem empreendedor. *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, n.51, pp. 69-75. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 29 març. 20011.

ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RONCON, Paulo Fernando, MUNHOZ, Sarah. *Estudantes de enfermagem têm perfil empreendedor?*. Rev. bras. enferm. [online]. 2009, vol.62, n.5, pp. 695-700. ISSN 0034-7167. Acesso em: 12 abr. 2011.

SANT'ANA, Raquel S. e CARMO, Onilda A.. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro, in O avesso do trabalho II, org. SANT'ANA, Raquel S.. São Paulo: Expressão Popular/ FAPESP, 2010.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 12, dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1517-45222004000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2011.

- SAUVIAT, Catherine, Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário, in Chesnais, F., *A Finança mundializada*; São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCHWART, Lilia M.. O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHULTZ, Theodore William. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SEBRAE (2011): Página Eletrônica, disponível em : http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/integra_bia?ident_unico=1129. Acesso em: 22 març. 2011.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho*. Educ. Soc. [online]. 1999, vol.20, n.67, pp. 183-209. ISSN 0101-7330. Acesso em: 1 març. 2011.
- SERFATI, Claude. O Papel Ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia, in Chesnais, François (org.) *A mundialização financeira*; São Paulo: Xamã, 1998.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (2002): “O direito do trabalho é instrumento de justiça social”, Teresina: Boletim Eletrônico Carta Maior-Ano 3 - n.º130 - 10 de setembro de 2002 (www.cartamaior.com.br)
- VATIN, François. Le travail, sciences et société. Bruxelles: Ed. de l’Université de Bruxelles, 1999.

VIEIRA JR., Rosendo de Fátima (2009): *Bolsa de Qualificação Profissional (BQP): uma alternativa viável em face da crise global*. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/38225>. acessado em 12/05/2010

WOLF, Simone e CAVALCANTE, Sávio. O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso Sercomtel, in Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, org. Antunes, Ricardo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.